



PME

Plano Municipal de Educação

2015 - 2025



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO



Ministério da
Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2015 - 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ

PREFEITO MUNICIPAL
Luiz Pimentel Sobral

VICE-PREFEITO MUNICIPAL
Hisidora Alves de Souza

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Otacílio Marques Dourado Sobrinho

EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA:

Cleia Regina A. Vilela Dourado

Edna Maria de Araújo Lima

Hilma Maria de Souza

Ieda Marques Rocha

Jardel Saturno de Souza

Kátia Regina da Silva

Patrícia Gonçalves de Souza

Rosângela Rodrigues dos Santos

Thomázia Andrade Queiroga

EQUIPE TÉCNICA ADMINISTRATIVA:

Clea Pires Vieira

Davi de Oliveira Santos

Elaino Dourado

Luana Martins

Marina Loula Vasconcelos

Samai de Azevedo Pereira

Vítor Hugo Dourado

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Deise Pimentel Amaral

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PME DE IRECÊ
COORDENAÇÃO EXECUTIVA

NOME	CARGO OU FUNÇÃO
Andreia Rodrigues de Oliveira Santos	Coordenadora do Plano Municipal de Educação
Otacílio Marques Dourado Sobrinho	Secretário Municipal de Educação
Cleidineia Souza Oliveira	Representante do Sindicato APLB
Cristiano Pereira da Rocha	Representante dos diretores das escolas públicas
Tháise Leite Dourado	Representante dos alunos
Deise Pimentel Amaral	Presidente do Conselho Municipal de Educação
Joaquim Magalhães Neto	Representante do Conselho do FUNDEB
Clea Pires Vieira	Representante do Conselho Escolar

PARTICIPAÇÃO PARCIAL NA ELABORAÇÃO DO PME DE IRECÊ
COMISSÃO REPRESENTATIVA

NOME	CARGO OU FUNÇÃO
Thomázia Queiroga	Coordenadora Técnica Pedagógica do Ensino Fundamental I
Joaquim Magalhães	Coordenador do Polo UAB/UFBA Irecê
Rosângela Rodrigues dos Santos	Coordenadora Técnica Pedagógica de Educação Especial da SME

Patrícia Gonçalves de Souza	Coordenadora Técnica Pedagógica da Educação do/no Campo da SME
Maria Francinete Cardoso de Souza	Vice-diretora da Escola Coperil
Marina Loula Vasconcelos	Diretora de Projetos e Convênios
Kátia Regina da Silva	Representante dos professores
Cleia Regina Azevedo Vilela Dourado	Coordenadora Técnica Pedagógica da Educação Infantil da SME
Ozemar Lopes	Coordenador Técnico Pedagógico da EJA da SME
Claudio Mendes	NRE – Núcleo Regional de Educação
Eligier Amorim	Diretor da UESSBA
Edna Maria de Araújo Lima	Coordenadora Técnica Pedagógica da Educação Infantil da SME
Jardel Saturno de Souza	Coordenador Técnico da Educação Física
Claudilson Souza	Secretário Municipal de Educação de Seabra

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – 2015/2025
IRECÊ

APOIO TÉCNICO:

Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Consultor:

Danilo Bandeira dos Santos Cruz

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – 2015/2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
INTRODUÇÃO.....	11
1. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO.....	13
1.1. Caraíbas: a história da Terra do Feijão.....	13
1.2. Aspectos geográficos, demográficos e socioeconômicos.....	15
1.3. Irecê e suas manifestações culturais	21
2. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO DE IRECÊ.....	24
2.1- Níveis da educação básica.....	25
2.1.1-Educação infantil	25
2.1.2-Ensino fundamental.....	33
2.1.3- Ensino médio.....	47
3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	52
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR	55
5. CONCEPÇÕES DE ENSINO E MODALIDADES.....	60
5.1. Educação de jovens e adultos (EJA)	60
5.2. Educação do/no campo.....	68
5.3. Educação especial	73
5.4. Educação Integral.....	80
6. TRANSVERSALIDADE.....	81
6.1. Educação étnicorraciais.....	81
6.2. Educação, relações de gênero e diversidade sexual.....	82
6.3. Educação ambiental.....	83
7. GESTÃO DA EDUCAÇÃO.....	84
7.1. Estruturação da educação municipal/organização e funcionamento da educação municipal...84	
7.2. Apoio ao educando.....	89
7.3 - Acompanhamento pedagógico.....	91
8. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	93

9 . RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.....	98
10 – DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS PME IRECÊ.....	103
10.1 - DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS.....	103
11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME IRECÊ.....	133
REFERÊNCIAS.....	135

APRESENTAÇÃO

O mais urgente desafio das administrações municipais é a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) para o período de 10 anos. Deve-se sempre ter em conta que um plano eficiente faz-se com os ingredientes da racionalidade técnica, mas emoldurada por uma concepção de racionalidade política que pressupõe os indivíduos como sujeitos capazes de ação intencional e de conhecer opções de fazer escolhas.

Não haverá atitude de compromisso com a boa execução de um plano se não houver atitude da comissão de acompanhamento e execução de encorajamento da participação dos representantes das instituições educacionais nos âmbitos municipal, estadual e federal, durante o processo de formulação e de tomada de decisões, precedentes do processo de participação na implementação. Por esta razão, um bom plano educacional tenderá a ser bem executado se as entidades governamentais perceberem todos os envolvidos como cidadãos e a participação como oportunidade.

A elaboração de um PME requer um planejamento minucioso, com base na realidade do município, para ser possível definir diretrizes, metas e estratégias estabelecer prioridades e proposições capazes de solucionar os problemas identificados a partir de uma contextualização geral, considerando cada nível e modalidade do sistema de ensino.

Um Plano Municipal de Educação não é um plano da prefeitura, ou de um governo, ou de um partido ou coalizão política. As metas e estratégias que nele forem fixadas precisam atender as demandas dos cidadãos e das organizações da sociedade civil existentes no município.

A construção do PME foi uma grande oportunidade para conhecer a política educacional em vigor no município, possibilitando um momento oportuno para fazer o planejamento e para a coordenação de novas ações que contemplem os problemas diagnosticados.

No município de Irecê, o Plano Municipal de Educação está previsto na Lei Federal nº 10172/2001, no seu artigo 2º que disciplina o Plano Nacional de Educação (PNE). Dentro desta perspectiva, e tendo como base uma Política Nacional de Educação, o Plano Municipal foi elaborado sob a consultoria da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, em regime de colaboração e coordenação do Programa de Apoio à Educação Municipal (PROAM), criado para promover a integração entre as políticas educacionais da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e as Secretarias Municipais de Educação, com o fortalecimento dos sistemas

municipais de ensino, tendo como base a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), o Plano Nacional de Educação de 2014, Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” de 2007, Plano Estadual de Educação de 2006, Plano Diretor Participativo do Município Lei nº 015, de 31 de dezembro de 2008, Lei Orgânica do Município nº 871, de 29 de dezembro de 2009, Plano Plurianual para o período de 2010/2013.

O Plano Municipal de Educação está organizado em três partes. Na primeira parte, constam os aspectos históricos, geográficos, culturais e socioeconômicos do município. Na segunda parte, é apresentado o diagnóstico da educação do município por segmento: Níveis de Educação Básica - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação Profissional, Educação Superior, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação do Campo e Educação Especial. Na terceira parte, de acordo com os problemas diagnosticados, foram elaboradas as diretrizes, metas e estratégias.

Para concluir o documento, haverá uma avaliação jurídica para validação e, finalmente, chegar até a prática diária das escolas, sob o acompanhamento de toda a sociedade, pois é uma política pública que está sendo implementada com o objetivo de promover uma educação de qualidade para toda a população municipal.

INTRODUÇÃO

O município de Irecê iniciou em março de 2015 o processo de adequação do seu Plano Municipal de Educação, com o objetivo de alinhá-lo ao Plano Estadual (versão preliminar) e ao Plano Nacional de Educação, conforme a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Nesse sentido, o propósito de adequação do PME é promover o alinhamento entre as diretrizes, metas e estratégias do PNE e as políticas públicas do município para a educação do próximo decênio.

Imbuída desse objetivo, a Secretaria Municipal de Educação, sendo o órgão responsável pela elaboração do PME, realizou o lançamento dos trabalhos de adequação em 13 de abril de 2015. Após o lançamento, realizaram-se reuniões para expor a metodologia, os fundamentos norteadores e o cronograma dos trabalhos com os responsáveis pelo processo, a saber:

- Equipe Técnica que tem a responsabilidade de elaborar o Documento Base e propor redação do Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara de Vereadores;
- Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação com a responsabilidade de avaliar o documento já existente e coordenar o processo de consulta e audiência pública.

A Equipe Técnica atualizou o diagnóstico do PME – 2012/2021, a fim de retratar a situação educacional do município com relação aos níveis e modalidades de Ensino, aos profissionais da educação básica, a gestão e ao financiamento da educação. Com base nesses diagnósticos, elaboraram-se as metas e estratégias do PME, alinhadas ao PEE e PNE, considerando as especificidades locais.

O Plano Municipal de Educação, através da participação efetiva dos poderes executivo e legislativo e da co-responsabilidade de toda a sociedade ireceense, no processo de implementação das diretrizes e metas para desenvolvimento da educação de Irecê, norteará as ações educacionais do município para decênio 2015- 2025, visando a melhoria da qualidade da educação.

FUNDAMENTOS LEGAIS

A elaboração do PME de Irecê tem como princípios legais a Constituição Federal, em seu artigo 214, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, em seu Art.9, inciso I e Art. 11, inciso I, a Lei nº 13.005 de 2014 que aprova o Plano Nacional de

Educação, a Lei Orgânica do Município nº 941 de 18 de dezembro de 2012.

Em seu artigo 214, a Constituição Federal de 1988 determina que a União elabore para o período de dez anos o PNE, que se constituirá de objetivos, metas e estratégias em articulação com as demais esferas federativas, buscando a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do País; estabelecimento de meta e aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Ainda no que se refere à Educação, a Constituição Federal de 1998 estabelece gratuidade da educação básica de 0 aos 17 anos e também a obrigatoriedade dos 4 ao 17 anos, garantido a mesma gratuidade para os que não tiveram acesso a idade própria de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009. A Constituição Estabelece ainda que os Estados e o Distrito Federal devem atuar prioritariamente no Ensino Fundamental (6 a 14 anos) e Médio (14 a 17 anos) e os Municípios priorizarão a Educação Infantil (0 a 5 anos) e o Fundamental (6 a 14 anos). A Constituição também define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino, objetivando assegurar a universalização de ensino obrigatório.

Nesse sentido, o município de Irecê criou o Sistema Municipal de Ensino, Lei Nº 686 em dezembro de 2002, o qual compreende a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, as instituições de ensino fundamental e infantil, mantidas pelo poder público municipal e as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada. A referida Lei determina que a educação abranja processos formativos que são desenvolvidos nas diferentes organizações da sociedade: família, trabalho, escola, convivência humana, concebendo a educação como direito de todos e dever do estado e da família, “tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A elaboração do PNE também está regulamentada na LDB – Lei 9393/96, no capítulo que se refere á Organização da Educação Nacional, o qual determina (inciso I do artigo 9º) que a União incumbir-se-á de elaborar o PNE, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e Município. A Lei nº 13.005, de junho de 2014, que aprovou o PNE com vigência de 10 anos, a partir de sua publicação trouxe, aos municípios e estado, em seu artigo 8º a obrigatoriedade de

[...] elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contando da publicação desta (BRASIL, 2014).

O município de Irecê, tendo um plano municipal vigente (Lei 941/2012), na data de aprovação do PNE, segue as determinações da legislação e procede à adequação dele.

O PME se constituirá em um conjunto integrado e articulado de metas e estratégias, na promoção de políticas públicas de curto, médio e longo prazo, promovendo, cada vez mais, a melhoria da qualidade da Educação em todos os níveis e modalidades de ensino em Irecê.

1- DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO

1.1 - CARAÍBAS: A HISTÓRIA DA TERRA DO FEIJÃO

Estudos pautados nos escritos do autor Jackson Rubem (2001), revelam que Irecê é um nome indígena, dado pelo Tupinólogo Teodoro Sampaio, em substituição ao nome Caraíbas (nome de uma planta que havia em grande quantidade por aqui, no passado). Irecê significa “pela água, à tona d’água, à mercê da corrente. Em 1663, Antônio Guedes de Brito, o qual residia em Morro do Chapéu foi incumbido pelo rei de Portugal para “pacificar a região” do São Francisco e, como recompensa, recebeu 160 léguas de terra¹, que abrangeriam as áreas de terra da microrregião de Irecê. Já em 21 de fevereiro de 1807, comercializaram-se pela primeira vez os terrenos onde hoje está erguida a cidade, naquela época conhecida como Brejo das Caraíbas ou Lagoa das Caraíbas.

Os primeiros habitantes chegaram décadas depois, no ano de 1877, com Antônio Alves de Andrade, Hermógenes José Santana, Sabino Badaró, Joaquim José de Sena, Deoclides José de Sena, José Alves de Andrade, Benigno Andrade, dentre outros que chegaram em Lagoa das Caraíbas e encontraram abundantemente água, caça e terrenos férteis, requisitos básicos para a sobrevivência deles. Segundo o autor Jackson Rubem, estes primeiros moradores acamparam embaixo de uma árvore:

Estes moradores habitaram inicialmente embaixo duma quixabeira secular, que se

1

Uma légua corresponde a 6.600 metros.

encontra até os dias de hoje, na Av. Tertuliano Cambuí, no quintal de dona Nita. Depois construíram suas casinhas de enchimento, desmataram parte das terras e começaram a desenvolver a agricultura e a pecuária (RUBEM, apud <http://irece.ba.gov.br/historia>, 2009).

Anos depois chegaram aqui os herdeiros dos terrenos, entre eles, Martiniano Marques Dourado e Clemente Marques Dourado, descendentes de portugueses. Estes cidadãos e muitos outros promoveram o desenvolvimento de Irecê, produzindo milhares de arrobas de algodão, criando centenas de cabeças de gado e trazendo produtos de fora para serem vendidos entre os habitantes locais.

O título de fundador de Caraíbas é atribuído a Aristides Rodrigues Moitinho, que juntamente com Teotônio Marques Dourado Filho e com o Cel. Terêncio Dourado, chefe de polícia da Bahia, conseguiram criar, em 1906, um distrito de Paz de Subdelegacia de Polícia de Morro do Chapéu, com a denominação de Caraíbas.

O município de Irecê foi criado pela Lei Estadual nº 1896 em 02/08/1926, assinada no Palácio do Governo por Francisco Marques de Góes Calmon, com a denominação de Vila de Irecê. No entanto, por não ter renda suficiente que o caracterizasse como município, foi anexado a Morro do Chapéu, em 8 de julho de 1931, pelo decreto nº 7479, assinado no Palácio do Governo, por Arthur Neiva Bernardino José de Souza. Destarte, para restaurar o então extinto município, em 1933, foi promulgada a independência política, através do decreto nº 8452, de 31/05/1933, assinado no Palácio do Governo, por Juracy M. M. Magalhães. Com o fim das intendências, as autoridades ireceenses, o Poder Legislativo e o Poder Executivo, em audiência na Câmara Municipal decretam o dia 31 de agosto como a data oficial do aniversário da cidade.

No passado não muito distante, recebeu o título de “Capital do feijão” pelas grandes safras produzidas no começo da década de 1990, destacando-se atualmente na produção irrigada de cenoura, beterraba e hortaliças. Sua economia é baseada na agricultura, pecuária e comércio, distribuídos nos dois distritos: Angical e Itapicuru e nos povoados de Umbuzeiro, Fazenda Nova, Queimada dos Rodrigues, Cocão, Meia Hora, Queimada dos Florianos, Achado, Mocozeiro, Lagoa Nova e Baixão de Zé Preto. Os distritos e povoados ficam próximos da sede do município, com distâncias entre 6 e 15 km.

1.2 – ASPECTOS GEOGRÁFICOS, DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS

O município de Irecê localiza-se na zona fisiográfica da Chapada Diamantina Setentrional, abrangendo toda a área do Polígono das Secas. Pertence à bacia do São Francisco e tem como limites as cidades de João Dourado (Leste), Presidente Dutra (Oeste), Lapão (Sul) e São Gabriel (Norte), possuindo uma área de 319,028 km², distante 478 km de Salvador, capital do estado. Suas coordenadas geográficas são: Latitude Sul: 11°18' – Longitude Oeste: 41°52' - Altitude: 722 metros e a densidade demográfica é de 207,45 habitantes por km². O clima é Semiárido e, por suas características, seu território está incluído no Polígono das Secas. Sua pluviosidade média é de 582mm anuais, com chuvas que ocorrem entre novembro e março; sua temperatura média é de 22° C, com máxima de 26,9° C e mínima de 17,7° C.



Fontes: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>) e IBGE

Irecê é sede do Território da Cidadania², o qual recebe o seu nome. Segundo dados do Sistema de Informações Territoriais (SIT) abrange uma área de 27.490,80 km², sendo composto por 20 municípios: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique. Esta composição poderá ser alterada (ver mapa abaixo), por considerar a situação do município de Ipupiara que, social, política e culturalmente identifica-se com outro Território.

2

Os Territórios da Cidadania têm como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Mapa

► MICRORREGIÃO DE IRECÊ:



Fonte: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>)

Tabela 01- População do município de Irecê

Nome do Município	Censo 2000			Censo 2010				
	Total da População	Total População Urbana	Total da População Rural	Total de Homens	Total de mulheres	Total da População Urbana	Total da População Rural	Total da População
Irecê	57436	53143	4293	32142	34262	61248	5156	66404

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>

Em 2000, a cidade possuía uma taxa de urbanização de 92,52%, com o total de 5143 habitantes na zona urbana e 4293 habitantes na zona rural. Atualmente, o município de Irecê-BA, com base nos dados do censo do IBGE³ conta com a população estimada em 66404

habitantes, dos quais 32142 são do sexo masculino e 34262 do sexo feminino, lotados em 22590 domicílios. Embora a cidade tenha uma economia voltada para a agricultura, agronegócios e comércio, sua população é eminentemente urbana, com 61248 (92,52%) e apenas 5156 (7,48%) residem na zona rural.

A partir da análise do censo 2010, considerando a população das zonas urbana e rural, há um índice levemente inferior, com 92,23% de taxa de urbanização. A redução de 0,19% nesta taxa entre o censo de 2000 e 2010, não apresenta percentual significativo, levando em conta as variáveis que compõem a estatística da população do município e as respectivas margens de erro. Neste contexto, tem-se um demonstrativo do êxodo rural, em que a migração das pessoas do campo para os centros urbanos são resultado das desigualdades sociais, da crise econômica e dos longos períodos de estiagem, visto que:

Nos últimos tempos vem enfrentando longos períodos de estiagem, com quebras de safra que influenciam seu processo de desenvolvimento econômico e social. Sucessivas administrações municipais caracterizaram-se por não desenvolverem políticas sociais e diretrizes econômicas coerentes com as necessidades de crescimento do seu povo, levando a uma estagnação do processo cultural ireceense. Nesse panorama, a educação nunca foi considerada prioridade, sendo colocada em lugar de descaso e pouca valorização, o que trouxe implicações sérias e desastrosas para os processos de ensino e aprendizagem (IRECÊ-BA, 2000, p.03).

O declínio econômico da cidade, após a efervescência da monocultura do feijão em 1980, motivada pela política nacional de desenvolvimento agrícola, exauriu o solo e a possibilidade de desenvolvimento da agricultura familiar que prioriza o pequeno produtor. Hoje, a cidade tem sua economia centrada na irrigação de cenoura, beterraba, cebola e outras hortaliças. Além disso, vem chamando a atenção para a criação de animais de pequeno e grande porte, a prestação de serviços, sobretudo nas áreas de saúde, educação, tecnologia e o comércio de confecções, calçados, dentre outros.

Na área agrícola da região, as dificuldades econômicas e o crescimento do setor de serviços e comércio surgem paralelamente à exigência da melhoria da qualidade da educação e da ampliação dos investimentos públicos para educação e saúde.

Assim, a preocupação com índices sociais deve estar presente nas políticas públicas do município para garantir o acesso da educação para todos, a redução do analfabetismo e o combate às desigualdades sociais, através das ações do Programa Fome Zero, da redução da evasão e da repetência e da garantia da ampliação dos anos de escolaridade, dispostos nos

índices sociais que estão na tabela abaixo:

Tabela 02- Informações sobre o município de Irecê

População ⁽¹⁾ (Localização/ Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total
Urbana	2000	4.591	2.121	10.220	3.868	8.485	9.816	14.042	53.143
	2007	3.944	2.041	10.150	3.361	8.537	11.174	18.481	57.688
	2010	3.837	2.145	10.185	3.601	8.047	11.274	21.930	61.019
Rural	2000	381	250	796	320	623	645	1274	4.289
	2007	344	177	828	262	623	830	1527	4.591
	2010	395	179	894	290	621	868	1.915	5.162
TOTAL	2000	4.972	2.371	11.016	4.188	9.108	10.461	15.316	57.432
	2007	4.288	2.218	10.978	3.623	9.160	12.004	20.008	62.279
	2010	4.232	2.324	11.079	3.891	8.668	12.142	23.845	66.181
PIB⁽²⁾	IDH⁽³⁾	IDI⁽⁴⁾		Taxa de Analfabetismo⁽⁵⁾					
362.011	0.67	0.62		População de 10 a 15 anos			População de 15 anos ou mais		
				5.50			18.40		
<p>Fonte(1) IBGE- CONTAGEM 2007; (2) IBGE- 2007, A PREÇOS CORRENTES (1000 R\$); (3) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO- PNUD- 2000; (4) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA- UNICEF- 2004; (5) IBGE- CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000. NOTA: NO RESULTADO TOTAL DA POPULAÇÃO, O IBGE INCLUI A POPULAÇÃO ESTIMADA DOS DOMICÍLIOS FECHADOS ALÉM DA POPULAÇÃO RECENTEADA, NO CASO DOS MUNICÍPIOS QUE NÃO PARTICIPARAM DA CONTAGEM A POPULAÇÃO É TODA ESTIMADA.</p>									

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/novo/relatorio/municipios/coibge/2914604>

Ao analisar a tabela 02 não se percebe aumento significativo de população entre os anos de 2000 e 2010 na população da zona urbana nas faixas etárias até os 25 anos de idade, entretanto, a partir desta faixa o número de habitantes começa a subir. Provavelmente haja uma relação entre o aumento significativo nesta etapa com a população flutuante dos indivíduos economicamente ativos.

Os números absolutos da população conforme faixa por grupo-idade entre 2000 e 2010 demonstram que semelhante à análise anterior, permanece a tendência de aumento populacional em faixas etárias específicas, conforme dados da tabela 03. Não há diferença significativa entre o número de crianças de 05 a 09 anos e de 10 a 14 anos entre 2000 e 2010; o aumento não consiste na elevação do número de indivíduos na cidade, mas no número de sujeitos que têm acesso à educação nos segmentos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.

Tabela 03 – População por grupo idade

FAIXA ETÁRIA	Nºs ABSOLUTOS 2000	%	Nºs ABSOLUTOS 2010	%
0-4 anos	6.094	10,6	5.375	8,2
5-9 anos	5.725	10	5.798	8,8
10-14 anos	6.541	11,3	6.462	9,8
15-19 anos	7.207	12,5	6.236	9,5
20-29 anos	11.109	19,3	12.650	19
30-39 anos	8.354	14,6	10.830	16,4
40-49 anos	5.531	9,7	8.186	12,4
50-59 anos	3.371	5,8	5.096	7,7
60-69 anos	1.998	3,4	3.135	4,7
70 e mais	1.506	2,5	2.413	3,5

Fonte: Disponível em: <

http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php>, acesso em 02 jun. 2015.

Outros aspectos que chamam a atenção nos dados da tabela anterior, é que a maior diferença populacional entre os anos de 2000 e 2010 consiste nas faixas etárias a partir dos 20 anos; é justamente nesta faixa em que está a população economicamente ativa, e, o seu aumento pode ser um reflexo da migração de pessoas das cidades vizinhas para Irecê, que cada vez mais assume o papel de cidade polo da Microrregião.

Na tabela 02, a cidade apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,67 e o Índice de Desenvolvimento da Infância de 0,62. O IDH é um índice que se propõe a apresentar os fatores que compõem a educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Renda Bruta como qualidade de vida. O IDI avalia como indicadores a escolaridade da mãe e do pai, matrícula das crianças de 4 a 6 anos na pré-escola e acesso a serviços de saúde (pré-natal e vacinação). Quanto mais próximo de 01 for o índice municipal no IDH e no IDI, estaremos suprindo as necessidades de qualidade no desenvolvimento humano.

Compreendendo a qualidade de vida pela garantia da educação como direito, aumento da expectativa de vida e acesso à saúde, prioriza-se a análise sobre estes índices com o objetivo de pensar e organizar ações que viabilizarão políticas públicas para este fim. Neste sentido, a saúde tem realizado investimento com a política pública de ampliação do Programa de Saúde da Família (PSF) que consiste na implantação de Postos de Saúde nos bairros e comunidade,

para atendimento das famílias, como forma preventiva de doenças. Neste cenário, o município apresenta o seguinte quadro:

Tabela 04 - Estabelecimentos de saúde por tipo e localização

Localização	Total	Posto de Satélite	Unidade de saúde	Unidade Mista	Pronto Socorro	Hospital	Outros
Urbana	17	-	15	-----	01	01	-----
Rural	6	4	2	-----	-----	-----	-----

* Não constam na relação os estabelecimentos privados. Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2015)

A demanda de atendimento público na saúde conta com Unidade de Pronto Atendimento (UPA), e brevemente será ampliada com reforma e reabertura do Hospital Municipal que irá favorecer a população com atendimento especializado nas diversas áreas de saúde e abertura de novos PSF's. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde (IRECÊ, 2015), além da atenção básica à população pelos PSF's, há uma ampla atuação da Vigilância Sanitária e Epidemiológica e a Farmácia Básica.

A retomada do crescimento econômico de Irecê como polo regional não implica em distribuição de renda e qualidade de vida para todos. Contraditoriamente, há muita concentração de renda, sendo que grande parte das terras produtivas está nas mãos de poucos agricultores, e, uma estagnação da população da zona rural que demonstra a tendência de migração das populações para o centro urbano. Esta tendência de concentração de renda, quer seja na agricultura como nos demais setores produtivos impulsionou o aumento do Índice de Gini⁴ para 0,61, o que representa, conforme veremos posteriormente na tabela 06, que a desigualdade social se agravou no município.

Considerando o período de declínio econômico de Irecê e região e a reorganização econômica através da produção irrigada e diversificada de beterraba, cenoura, cebola, pimentão, na cultura de sequeiro⁵ do feijão e milho e a produção de mamona impulsionam o agronegócio e fortalecem os setores de prestação de serviços e de comércio. Ao observar o crescimento do

⁴ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

⁵

Plantio desenvolvido sem irrigação, aguardando o período das chuvas.

IDH municipal de 0,596 em 1991 para 0,691 em 2010 (ver tabela 05 e 06) percebe-se que o fortalecimento da economia alavancou o índice, entretanto, ao observar que o índice de Gini também aumentou, observa-se que a desigualdade em Irecê é elevada: há aumento de renda *per capita*, contudo, restringe-se a uma parcela privilegiada da população.

Tabela 05 - Dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

INDICADOR	INDICADOR DE RENDA (taxas) 1991	INDICADOR DE RENDA (taxas) 2000	INDICADOR DE RENDA (taxas) 2010
IDH - municipal	0,596	0,666	0,691
Renda per capita	122,41	157,62	-
Proporção de pobres	49,06	49,01	-
Índice de Gini	0,60	0,61	-

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 06 - Desenvolvimento Humano 1991 e 2010

INDICADORES	Índice 1991	Índice 2000	Índice 2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,596	0,666	0,691
Educação	0,668	0,800	0,643
Longevidade	0,544	0,581	0,776
Renda	0,575	0,617	0,661

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

1.3 – IRECÊ E SUAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Durante as atividades comemorativas, na época do aniversário da cidade, agora considerada a data de 31 de maio, há uma série de programações culturais, como: exposições fotográficas e de pinturas de artistas locais, cinema na praça, rodas de capoeira, reisados, premiação de campeonatos e apresentações poético-culturais, torneios de futebol, lançamento da programação do São João, corridas de maratonas, atividades culturais na Praça Teotônio Marques Dourado Filho e shows na Praça do São João (Clériston Andrade) com bandas locais e atrações do cenário nacional.

Em 2011, a cidade de Irecê comemorou 78 anos de emancipação. Ocorreu neste mesmo ano, através da Prefeitura com iniciativa da Secretaria Municipal de Educação a institucionalização do Dia Municipal da Leitura, de acordo com a Lei nº 901, de 26 de maio de 2011, a ser comemorado anualmente no dia 29 de julho. Esta data passou a constar no Calendário Oficial

de datas e eventos do município, com o objetivo de estimular a Leitura, incentivando a formação do seu hábito.

O São João de Irecê, tradicional festa da cidade, foi criado em 1970. Em suas primeiras edições, era realizado na Praça da Prefeitura, com a participação de artistas locais, das escolas públicas e privadas, entidades e associações que colocavam suas barracas feitas com palha de coco e sisal em volta da praça, formando o “Arraiá das Caraíbas”. Quadrilhas, fogueiras, bombas, pescaria, comidas típicas, sanfona, triângulo, zabumba e muita animação marcavam os festejos.

A festa foi crescendo e a Praça da Prefeitura (Praça Teotônio Marques Dourado Filho) não mais comportava o número de pessoas que se deslocavam das diversas cidades da microrregião para participar do São João. Por isso, anos depois, mais precisamente em 1980, o “Arraiá das Caraíbas” teve que ser transferido para a Praça Clériston Andrade, onde até hoje é realizado, transformando-se, ao longo dos seus anos, em um dos mais tradicionais eventos juninos do interior do Estado da Bahia.

O Desfile de Carroças também é uma tradição no São João de Irecê. Funcionários da Secretaria de Educação, estudantes, professores e demais pessoas da comunidade caracterizam-se e desfilam pelas ruas da cidade, convidando toda a população para os festejos, dando abertura à festa junina.

Os festejos juninos começam no final de maio, e seguem com animadíssimos forrós dos bairros, das comunidades rurais e da Paróquia, das escolas públicas e particulares, das universidades e clubes, como também do Sindicato dos Bancários, *Lioness*, blocos regionais, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB), passando pelos festejos de Santo Antônio, Desfile de Carroças, até os dias de São João oficial promovido pela Prefeitura, finalizando os festejos juninos no São Pedro do bairro Boa Vista.

Com a chegada dos primeiros colonizadores em Irecê, há quase dois séculos, vieram juntos seus costumes, tradições e a religião Católica que era seguida por eles. Em relação à religião, destaca-se a figura de São Domingos de Gusmão, nascido em Caleruega, em Castela, a Velha (Espanha), em 24 de junho de 1170, e santificado pelo catolicismo posteriormente, vindo a ser o padroeiro de Irecê. Segundo Rubem (2001), em Irecê “A primeira missa aconteceu na casa de Tertuliano Cambuí, num quarto conhecido de todos como “*Quarto de São Domingos*”, lugar onde ficava guardado o padroeiro da cidade.”

Documentos históricos relatam que em 04 de agosto de 1914, concluiu-se a construção da primeira capela, através de um mutirão organizado pela população católica local. Houve uma grande procissão para inauguração. Tertuliano Cambuí (prefeito de Irecê na época) contribuiu muito nessa tarefa; participou do mutirão, doou para a capela um grande sino e a imagem de São Domingos, solicitando que São Domingos ficasse como padroeiro da cidade.

A festa do padroeiro São Domingos de Gusmão passou, a partir da data da construção da capela (04 de agosto), a ser um dos maiores eventos culturais da cidade de Irecê, tendo a participação da população de toda a microrregião.

Há várias atividades culturais que incorporam este evento, como: novenário de celebrações, quermesses, bingos, apresentações evangélicas, culminando com a grande missa campal e a tradicional procissão pelas principais ruas da cidade. Estas atividades se estendem durante os nove dias que antecedem a festa.

A prefeitura Municipal de Irecê, através da Lei nº 001/1991 de 03 de junho de 1997, cria a Biblioteca Municipal Hermenito Dourado, e, com o decreto nº 207 de 27 de novembro de 1992, aprova o regimento da biblioteca e dá outras providências, sendo ela, já à época, uma entidade cultural vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com sede própria na Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 10, tendo como prioridade oferecer informações e atividades que atendam às necessidades e interesses da comunidade em geral, despertar nos usuários, principalmente nas crianças, o prazer de ler e oferecer serviços de extensão bibliotecária para os leitores que não dispõem de condições para frequentar a sede.

Esse espaço foi criado visando ampliar e oportunizar ao leitor e pesquisador as condições necessárias de alcançar o pensamento lógico, reflexivo e analítico, partindo da crença de que a leitura é um ato de transformação e libertação.

Até 2005, a Biblioteca Municipal Hermenito Dourado era localizada na praça da prefeitura, com um acervo muito defasado e com uma carência muito grande de material. Seu espaço físico já não era adequado, não oferecendo condições confortáveis e dignas para os frequentadores fazerem seus estudos e pesquisas com qualidade. A Secretaria de Educação mantinha uma sala improvisada com livros para que os seus técnicos fizessem seus estudos, espaço paralelo à biblioteca da cidade, onde eram guardados os livros adquiridos para suprir as necessidades de leitura dos funcionários do setor.

Uma vez que o público começou a buscar esses recursos que se encontravam na secretaria e o

espaço era desfavorável à pesquisa, a biblioteca que ficava na praça foi desativada e o seu acervo foi distribuído para o Colégio Municipal Odete Nunes Dourado e para a nova sede. Esse espaço novo foi pensado para atender a um público mais exigente com a implantação de cursos universitários na região e, com a parceria feita entre a prefeitura de Irecê e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), havia a necessidade de ampliação para atender a esse público e aos alunos da rede que não dispunham de uma biblioteca equipada em suas próprias escolas.

Em março de 2006, foi inaugurada a nova biblioteca, localizada no Espaço UFBA / Projeto Irecê, a qual hoje é uma referência para toda a microrregião. Oferece também assinaturas de periódicos, hemeroteca, videoteca, materiais para pessoas com necessidades especiais, especialmente em Braille. Esta guarda, por comodato, todo o acervo particular da Biblioteca pessoal do Dr. Hermenito Dourado, cedido pela família após sua morte para ser utilizado pela comunidade.

Em seu acervo, além de livros voltados para o público infantil e para os leitores jovens e adultos, há obras técnicas, clássicas, lançamentos nacionais, mundiais e Best-sellers, CDs, revistas e DVDs, entre outros. A biblioteca conta com um acervo de aproximadamente 6.287 livros adquiridos com recursos municipais, 540 livros oriundos da antiga biblioteca, 892 doações do comodato, 84 CDs, 30 DVDs, 156 livros doados pela UFBA, 05 fitas VHS, 01 DVD e 75 CDs doados pela Fundação Pedro Calmon – Salvador.

Para manter e atender à demanda dos usuários, formados pela população ireceense, atendendo a professores da graduação básica em formação e toda a Rede Municipal de Educação, a Secretaria de Educação vem realimentando mensalmente o seu acervo bibliográfico, adquirindo novas obras e ampliando o número de exemplares dos livros mais lidos e consultados, haja vista que a política da Secretaria é ampliar e dinamizar o acervo.

2- DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO DE IRECÊ

Os números da educação municipal de Irecê apresentam um investimento crescente, através de políticas públicas consorciadas entre união e município que consolidam a ampliação de vagas e a garantia do acesso à escolarização. Conforme dados do Censo escolar 2014, a rede municipal de educação conta com 9278 alunos matriculados.

2.1- NÍVEIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1.1-EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil vive um momento significativo em sua história: o reconhecimento de sua importância para a formação humana. Seu grande desafio é possibilitar que as crianças de zero a cinco anos tenham acesso a uma educação de qualidade e possam frequentar as instituições de educação infantil com a garantia de que encontrarão um espaço adequado para atender às suas necessidades e interesses, tendo respeitadas, dentro do coletivo, suas individualidades.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Artigo 208 Inciso IV, o atendimento da criança de zero a seis anos, passou a ser um dever do estado e um direito da criança. Em 1996, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que considera a Educação Infantil a primeira etapa da Educação Básica, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança até os seis anos, estabelecendo, assim, o vínculo entre o atendimento e a educação, associados a padrões de qualidade. O texto legal marca, ainda, a complementaridade entre as instituições de educação infantil e família. Também relata, no Art. 30 da LDB, que a educação infantil será oferecida em:

- I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II – pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade.

Da grande quantidade de dúvidas geradas pelos três artigos referentes à Educação Infantil, dispostos na LDB 9394/96, foi que surgiu a necessidade do Parecer nº 04/2000, estabelecido pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Dessa forma, para que uma instituição de Educação Infantil funcione legalmente e seja reconhecida perante os órgãos públicos educacionais, o documento enfatiza, em especial, os seguintes aspectos normativos:

- Vinculação das Instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino.
- Proposta Pedagógica e Regimento Escolar.
- Formação de Professores e outros profissionais para atuação nas instituições de Educação Infantil.
- Espaços Físicos e Recursos Materiais para a Educação Infantil.

O Parecer nº 04/2000 ainda faz uma abordagem sobre a importância do trabalho na Educação Infantil, afirmando que

Tais aspectos são relevantes em virtude da Educação Infantil, reconhecida como etapa inicial da Educação Básica, guardar especificidade em relação aos demais níveis de ensino, que se traduz na indissociabilidade das ações de cuidar e educar, em todos os âmbitos de atuação, o que inclui desde uma concepção de responsabilidade compartilhada entre família e poder público, definição de tipos de instituições, volume de serviços oferecidos, horários de funcionamento, até as ações que se desenvolvem diretamente com a criança. Essa especificidade implica na construção de uma identidade própria à Educação Infantil que reconhece, conjuntamente, as necessidades e interesses das crianças e suas famílias no contexto da modernidade (PARECER nº 04/2000).

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, o Ministério da Educação propôs um documento intitulado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, cuja finalidade é nortear a elaboração dos currículos e a definição dos conteúdos mínimos para a Educação Infantil, além de oferecer subsídios para o trabalho do professor.

Em 17 de dezembro de 2009, foi promulgada a resolução nº 5, que Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, normatizando a organização deste segmento:

Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

§ 5º As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

§ 6º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição. (RESOLUÇÃO nº 05/2009).

A importância de garantir instituições específicas de educação infantil que prestam atendimento às crianças de zero a seis anos tem se tornado, cada vez mais, uma realidade no Brasil e no mundo, em decorrência, principalmente, do reconhecimento que nessa faixa etária, as crianças estão em seu pleno estado de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e

social, e que, portanto, é fundamental proporcionar às crianças pequenas, experiências de aprendizagens significativas com profissionais especializados.

Para tanto, se faz necessário por parte do poder público a realização de ações efetivas que possibilitem a garantia do atendimento às crianças de zero a cinco anos, garantia de instituições de educação infantil de infraestrutura adequada e recursos materiais de forma a atender a demanda; além da qualificação e profissionalização dos profissionais que atuam com essas crianças.

Em 04 de abril de 2013 a Lei nº 12.796, altera a Lei nº 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação. No artigo 4º traz a seguinte alteração que universaliza a pré-escola.

“I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental e c) ensino médio;” e “II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade.

Além desta alteração o Art. 31 dispõe sobre a organização da carga horária e dias letivos, para este segmento.

Art. 31. A “educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

Neste contexto, no cenário municipal, conforme dados do Censo 2010, Irecê tem 66.404 habitantes, e a população em idade de acesso à 1ª etapa da Educação Básica, compreendendo alunos entre 0 a 5 anos (creche e pré-escola), segundo dados do Censo Escolar 2014 é de 1.777 alunos matriculados, dos quais 1.159 na pré-escola e os demais em duas creches próprias e quatro conveniadas.

No Plano de Ações Articuladas (PAR) do município, os Indicadores Demográficos e Educacionais de Irecê informam que, atualmente, a população em idade de Educação Infantil é de 5.985 crianças de 0 a 05 anos.

A instituição escolar que recebe crianças de 0 a 05 anos tem que considerar o cuidado e o atendimento às necessidades básicas da criança como parte do currículo, e as atividades relacionadas ao cuidado e ao atendimento como passíveis de planejamento e avaliação. Ademais, embora o reconhecimento das necessidades humanas básicas seja universal – alimentar-se, proteger-se, repousar, pertencer a grupos – a forma de responder a essas

necessidades e até mesmo de identificá-las varia no tempo e no espaço. É, pois, da maior importância o alinhamento de princípios, procedimentos e atitudes entre toda comunidade escolar com relação à identificação das necessidades sentidas e à maneira de atendê-las.

A Resolução nº 01/2007 do Conselho Municipal de Educação estabelece normas disciplinando a autorização e reconhecimento de estabelecimentos de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Irecê, onde merece destaque o Art. 15:

A supervisão/inspeção que compreende o acompanhamento do processo de autorização e a avaliação sistemática de funcionamento das instituições de Educação Infantil é de responsabilidade do Sistema Municipal de Educação, ao qual cabe velar pela observância das leis de ensino e das decisões do Conselho Municipal de Educação, atendido o disposto nesta Resolução (IRECÊ, 2007).

A demanda para o atendimento à infância na Rede Municipal pode ser visualizada pela tabela 07 quando se observa um crescimento quanto ao atendimento do segmento nos anos de 2011 a 2014, com destaque para um aumento expressivo em 2014 na oferta de vagas para a Educação Infantil.

Todavia, da totalidade de alunos matriculados na Educação Infantil em 2014, 48,7% constam no censo das escolas municipais e 51,27% estudam na rede particular de ensino. Este dado traz a preocupação do atendimento nesta demanda, tendo em vista que o número de instituições da rede ainda é insuficiente, desta forma, as famílias recorrem às escolas privadas a fim de garantir que as crianças dessa faixa etária frequentem a escola. Mesmo com o aumento da oferta de vagas na rede municipal, o número de instituições vinculadas à rede privada que prestam atendimento de educação infantil ainda é elevado.

Este dado mostra a necessidade permanente de ampliar, significativamente, a oferta de vagas e a construção de novas instituições na rede municipal de ensino, haja vista que a demanda por atendimento educacional para as crianças de 0 a 5 anos ainda é alta.

Outra questão fundante para análise consiste em considerar que, em um município com alto índice de alunos cadastrados para o programa Bolsa Família, por se enquadrarem nos índices de pobreza, possua este percentual das matrículas totais nas escolas particulares. Isto representa um aumento pouco expressivo da atenção pública ao segmento, mas que ainda merece atenção para a ampliação da política pública de oferecimento de vaga e de acesso, conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 07: Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Irecê, por

dependência administrativa e localização / 2011 a 2014

Anos	Municipal			Estadual		Particular		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Total
2011	1243	269	1512	0	0	1327	0	1327
2012	1062	205	1492	0	0	1065	0	1062
2013	1196	251	1447	0	0	1463	0	1463
2014	1187	272	1459	0	0	1535	0	1535

Fonte: MEC/INEP e Secretaria Municipal de Educação

Ao analisar a evolução da matrícula na Educação Infantil, percebe-se que em 2011 e 2014 não há aumento significativo de matrículas no segmento que pode estar relacionado a diversos fatores: a redução da mortalidade infantil, redução da taxa de natalidade como consequência das políticas públicas de atendimento à mulher nos Postos de Saúde Familiar- PSF, dentre outros fenômenos que podem contribuir para a estabilidade deste índice.

Um fator importante para constituir o quadro de vagas para a Educação Infantil deste município está em analisar a frequência de nascimentos que apresentarão demanda de ampliação ou não de vagas para o ingresso no segmento. O quadro abaixo apresenta os dados:

Tabela 08: Frequência por ano de nascimento, segundo município residente.

Nascidos Vivos – Bahia	Período	Período	Total
	2009	2010	-
Município Residente	822	762	1.584

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

Ao interpretar a tabela nº 08 percebe-se uma redução de nascidos vivos com consequência direta na futura demanda por vagas. Esta redução pode ser justificada nas campanhas do Programa de Assistência à Saúde, que tem promovido acompanhamento em todos os bairros de assistência integral à saúde das mulheres e controle de natalidade. Entretanto, faz-se necessário considerar a oscilação por demanda de vagas na Educação Infantil em outros motivos, como por exemplo, os de ordem econômica, os quais contribuem para a migração de

pessoas da região para esta cidade que se destaca como centro comercial, político e administrativo.

Tabela 09: Taxa de escolarização da Educação Infantil do município de Irecê em 2014

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não matriculados	Taxa (C) %
Creche (0 a 03 anos)	4.232	828	3.404	19,5%
Pré-Escola (4 a 5 anos)	2.324	2.166	158	93,2%
Total (0 a 5 anos)	6556	2.994	3.562	45,60%

Fonte: Indicadores Demográficos e Educacionais – Censo Escolar de 2010

Ao compreender os fenômenos econômicos e sociais que demandam o aumento de vagas para este município, e ao considerar os dados descritos na tabela nº 09, percebe-se uma demanda pouco atendida na creche (0 a 03 anos) em relação à pré-escola (4 a 5 anos), em que se faz necessário mais investimento para esta clientela.

Tabela 10: Taxa de escolarização da Educação Infantil do município de Irecê, por localização – 2014.

Localização	População de 0 a 05 anos	Matrícula	Escolarização %
Urbana	5982	2.722	45,7%
Rural	574	380	66,2%

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula.

A partir dos dados da tabela 09 foi levantada a demanda de ampliação no atendimento nas creches para a cidade, necessitando apresentar a distinção de oferta para a zona urbana e zona rural. Neste sentido, a tabela 10 traz apenas a escolarização da população de 0 a 05 anos, faz-se necessário que o município estabeleça as taxas de escolarização para o público das creches (0 a 03) e da Educação Infantil. Atualmente o município conta com mais três creches em processo de construção o que totalizará em nove, sendo duas rurais e sete urbanas.

Além da preocupação com o acesso à escola e adequação dos espaços físicos, o município também vem investindo na formação dos docentes para atuarem no segmento. Dispõe de

projeto de formação continuada, através da equipe Técnico-Pedagógica que faz formações e acompanhamentos dos profissionais que atuam nas escolas de educação infantil, orientando os docentes nos planejamentos, como também organizando estudos, de acordo com a necessidade da equipe.

A maioria das escolas possui recursos tecnológicos (Data Shows, DVDs, TVs, Computadores), enquanto outras estão em processo de aquisição; recebem também material didático de qualidade e distribuição do fardamento escolar completo para a educação infantil. Embora existam investimentos no segmento, em relação à brinquedoteca, biblioteca e parques infantis o município ainda não conseguiu suprir estas necessidades.

As crianças de 0 a 05 anos são atendidas em sala de aula por um professor e um atendente de classe, As turmas são organização de acordo com portaria de matrícula estabelecida pela Secretaria de Educação.

Tabela 11 - Número de alunos na Educação Infantil

EDUCAÇÃO INFANTIL		IDADE	NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA		
			MÍNIMO	MÁXIMA	
CRECHE	Infantil I	01 ano	06	08	
	Infantil II	02 anos	12	15	
	Infantil III	03 anos	15	20	
	PRÉ - ESCOLA	Infantil IV	04 anos	20	25
	Infantil V	05 anos	20	25	

Fonte: Art. 11 da Resolução nº 01/2007 do Conselho Municipal de Educação

As condições de infraestrutura das escolas em que as crianças são atendidas precisam melhorar, pois, em sua maioria, são espaços adaptados que precisam ter sua infraestrutura ampliadas (brinquedotecas, parques, bibliotecas, quadras esportivas, refeitórios, auditórios), para que seja possível a realização de atividades extraclasse.

O acompanhamento pedagógico é feito pelos professores, sendo que cada sala possui um atendente de classe⁶ que contribui com o trabalho de ensino e aprendizagem, buscando sempre

6

Segundo o Plano de Carreira, no art 25, compete ao atendente de classe: I- no âmbito das Instituições de Educação Infantil, desenvolver: a) ações de apoio ao Professor nas atividades de docência e pedagógicas; b) atuar no controle, acompanhamento e organização das crianças nas atividades lúdicas, sociais, culturais e

parcerias com as famílias das crianças. Este acompanhamento acontece de forma diversificada, possibilitando ao professor elementos de referência sobre o que as crianças já sabem e o que elas precisam saber. Nesta construção de saberes, o mais importante é o exercício que o professor faz sobre os diferentes caminhos do acompanhamento e avaliação, através da observação e registros pessoais das crianças, favorecendo aos educadores o diálogo constante entre as ações e as reflexões de sua prática pedagógica.

Nesta direção dialética entre o ensino e a aprendizagem das crianças, vale ressaltar a relevância que é a orientação metodológica aplicada pelo professor/a, no exercício da sua práxis pedagógica e orientada pelo coordenador pedagógico. Nesse entrelace das orientações e ações metodológicas, está o planejamento das atividades, respeitando as necessidades e os saberes que as crianças trazem, favorecendo o desenvolvimento de habilidades e a construção de conhecimentos significativos para as mesmas.

Nos espaços das creches escolares os processos que complementam as ações pedagógicas são o cuidar e o brincar, porém o educar é o eixo central de todo esse processo educativo das crianças de creche. Nesta fase das crianças, sabemos que há uma necessidade de atender aos aspectos da afetividade, como: atenção, carinho, segurança, dentre outros. Portanto, o trabalho está voltado para atividades que contemplem os eixos do cuidar e do educar. Na prática do professor de Educação infantil, a dimensão educativa tem um olhar voltado para as crianças. Elas são vistas como sujeitos que vivem em um momento em que predominam a fantasia e a afetividade.

Um panorama mais detalhado do atendimento da educação infantil, ofertado pelo município de Irecê, aponta que há muito a ser feito para que possamos alcançar os objetivos educacionais específicos, definidos para essa faixa etária nos diversos documentos oficiais que normatizam esse nível de ensino.

2.1.2-ENSINO FUNDAMENTAL

O município de Irecê possui 29 escolas municipais que atendem ao Ensino Fundamental. Atualmente a Rede Municipal atende a 3.576 alunos no Ensino Fundamental I e 2.738 alunos no Ensino Fundamental II, dados do Censo Escolar 2014. O Ensino Fundamental de 09 anos no município de Irecê é o maior segmento atendido na Rede, no âmbito da educação pública e

foi instituído pela Lei nº 686/2002, que estabelece em seu Art. 1º:

Ensino fundamental, com duração de 9 (nove) anos, organizados em Ciclos, estabelecidos em Portaria da Secretaria Municipal de Educação, obrigatório e gratuito, na faixa etária de 6 a 14 anos e para os que a ela não tiveram acesso na idade própria, podendo ser ministrada em menor tempo através da aceleração de estudos, devidamente planejada e desenvolvida em cada escola do Sistema Municipal de Ensino. (IRECÊ, 2002)

Percebe-se, pelos dados referentes à matrícula (2010 a 2014), que os alunos estão ingressando na idade correspondente ao seu ano, assim, a incidência de evasão e distorção idade/série vem diminuindo nos últimos anos, mas infelizmente ainda é motivo de preocupação, devido as repetências escolares que se acentuam no segundo ciclo do Fundamental I e Fundamental II.

Com base nos Indicadores Demográficos e Educacionais (IDE) e o IDEB⁷, a avaliação inicial foi de 3,0 em 2005 para o Ensino Fundamental Anos Iniciais (4ª série / 5º ano). Em 2007, a projeção apresentada pelo Ministério da Educação com base na avaliação inicial seria de 3,1 pontos, entretanto, o segmento alcançou um índice de 3,8, superior à previsão. Em 2009 a tendência de crescimento continua quando as séries iniciais alcançam 4,4 pontos, média superior aos 3,4 previstos. Já em 2013 o município apresentou avanços no Ensino Fundamental I, atingindo a média 4,5. Sendo a projeção final de desenvolvimento da educação nos anos iniciais para 2021 de 5,3 pontos.

O Ensino Fundamental Anos Finais (8ª série / 9º ano) alcançou, em 2005, 2,8 pontos. A projeção de pontos apresentada para 2007, foi de 2,9 e, no período, o segmento alcançou 3,0, pontos, dando continuidade ao crescimento que foi registrado nos anos iniciais. Em 2009 o segmento alcançou 3,8, com um valor de 0,8 pontos acima da previsão para o ano. Em 2011 a média foi 3,4, já em 2013 o município atingiu a média 3,6. Sendo a projeção final de desenvolvimento da educação nos anos finais para 2021 será de 4,9 pontos.

Vale ressaltar que o IDEB foi criado pelo INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas de ensino. No ano de 2014 a Secretaria Municipal de Educação fez adesão ao

7

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, obtido através da análise dos índices de evasão, repetência e da Prova Brasil.

programa Pacto com Municípios que atenderá em formação continuada, seguindo algumas orientações que já vem sendo desenvolvidas no Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, aos coordenadores pedagógicos e aos professores do 4º e 5º ano buscando uma reflexão de propostas e de metas que estejam adequadas as especificidades de cada Unidade Escolar, que interfere diretamente nas ações do processo de ensino-aprendizagem e conseqüentemente nos dados de monitoramento de avaliações externas.

Tabela 12 – Evolução do número de matrículas no Ensino Fundamental - 1º ao 9º Ano

ANO	2011	2012	2013
REDE MUNICIPAL	6791	6609	6578
REDE PARTICULAR	3628	3830	3210

Fonte: Dados coletados na Secretaria Municipal de Educação em maio 2015

Ao analisar a evolução da matrícula no Ensino Fundamental no município de Irecê, considerando as matrículas da rede particular e pública, entre os anos de 2011 a 2013, conforme consta na tabela 12, verifica-se que em 2011 o total de alunos matriculados foi de 10.419; já nos anos de 2012 e 2013 há um decréscimo no quantitativo das matrículas. Em 2012 foram registrados nas matrículas totais 10.439 alunos, com um aumento de 20 alunos em relação a 2011. Já em 2013 há uma pequena redução no número de alunos comparado a que apresentava um total de matrículas de 10.439 alunos e em 2013 matrículas totais 9788, com redução de 651 alunos.

Por uma análise pontual poderíamos questionar sobre quais os motivos sociais, econômicos, educacionais, dentre outros, que contribuíram para o aumento e redução no segmento nos anos analisados. Nesta análise, a concentração de matrícula foi maior na rede particular, uma vez que em 2012 foi de 202, enquanto que na rede pública diminuiu 182 alunos. Ao considerar o aumento de matrículas na rede particular, é importante destacar que em 2010 torna-se obrigatória a inclusão dos alunos de 6 anos no Ensino Fundamental de Nove Anos, enquanto que na rede municipal, desde 2002, pelo Decreto Lei 686/2002, já havia sido instituído.

Um fator a ser considerado diz respeito ao programa Bolsa Família. Há, no município, **9235** (Fonte: SECAD – MEC/INEP) alunos/famílias atendidas por este programa, dos 6578 alunos matriculados na Rede Municipal (Censo 2013). São 4.481 atendidos pelo programa, cuja premissa para recebimento está na frequência do aluno à escola. Tal recurso constitui-se,

muitas vezes, como a única renda familiar pontual, por isto a preocupação das famílias em garantir a assiduidade dos alunos. No âmbito do poder público, tal programa visa assegurar melhores condições de vida às crianças e adolescentes. Na Secretaria de Educação, existe uma equipe responsável por tratar dos Programas e Convênios referentes à Educação. Esta equipe monitora bimestralmente os dados referentes ao controle da frequência, informados pelas escolas das redes pública e privada.

Em relação aos convênios e à preocupação em resguardar a infância e a adolescência, o município tem se preocupado com o trabalho infantil, estabelecendo parceria com a Secretaria de Assistência Social, Conselho Tutelar e Juizado de Menores, no intuito de erradicá-lo, através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Este programa atende a 180 alunos de 07 a 15 anos, oriundos da rede pública municipal e estadual, ressalta-se que o programa oferece transporte e alimentação escolar, e atende aos alunos que apresentam maior vulnerabilidade e situações de risco. Uma premissa para participar do programa é estar matriculado e frequentando a escola.

Possui também a parceria com o Programa AABB Comunidade desde o ano 2000, oferecendo oficinas temáticas nas áreas de arte, esporte e lazer, tendo como finalidade maior, resgatar a cultura local. Vale ressaltar que essas atividades acontecem no contra turno, onde são atendidos, em média, 100 alunos de 07 a 17 anos, oriundos da rede pública municipal e estadual.

A Secretaria de Educação tem se preocupado com a inserção dos alunos em atividades esportivas, culturais e de lazer, fazendo com que os mesmos se envolvam em atividades que possibilitem um maior desenvolvimento psíquico, social e motor. Nessa perspectiva, realizou a adesão ao Programa Mais Educação - Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. O município de Irecê possui 22 escolas contempladas num total de 4.529 alunos atendidos no Programa Mais Educação.

No âmbito das escolas do município de Irecê, percebe-se que o Projeto Político Pedagógico, um projeto de identidade com construção participativa da comunidade escolar, vem dando destaque à parceria escola e família. Também, é importante apoiar, nesta perspectiva da gestão democrática nas escolas do município de Irecê, a implantação de grêmios estudantis, buscando ouvir, dar voz e estimular a participação dos alunos na garantia do direito de

aprender, no conhecimento dos mecanismos de participação na gestão educacional, como também a representação de adolescentes e jovens na gestão escolar, nos projetos e na elaboração de materiais pedagógicos.

A parceria escola e família tem intensificado a partir das programações e projetos das escolas, nas quais os pais se tornam atores participativos e ativos na aprendizagem dos seus filhos. Neste sentido, a Secretaria Municipal de Educação garante no Calendário Escolar (a partir de 2009) o “Encontro Escola e Família”, que acontece anualmente nas escolas, com o objetivo de envolver mais os pais na vida escolar de seus filhos, oportunizando melhores perspectivas de aprendizagens aos alunos, através de diálogos significativos. Essa atividade de integração tem sido um ponto positivo para a valorização da educação do município.

Outra vertente sobre o diagnóstico da educação de Irecê está na promoção da formação dos professores em nível superior/Licenciatura em Pedagogia, curso em parceria com a Faculdade de Educação da UFBA e a Prefeitura Municipal, tendo concluído em 2007 uma turma de 136 professores e em 2012 outros 56 professores concluíram a graduação. Foram ofertados cursos de especialização em parceria com a Faculdade de Educação da UFBA e a Prefeitura Municipal, tendo concluído em 2011, 63 professores em currículo escolar e 43 coordenadores pedagógicos na especialização em coordenação pedagógica.

A formação continuada, a melhoria das condições salariais e de trabalho do professor, através do Plano de Carreira, são ações que denotam esforços para uma educação pública de qualidade, a qual cremos necessária.

Outras ações que merecem destaque quanto à caracterização da educação no município, dizem respeito ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa que desde 2013 vem ofertando formação continuada para os professores alfabetizadores. A formação inicial seria de 02 anos contemplando as áreas do Estudo da Língua Portuguesa e Linguagem matemática, com carga horária de 120h e 160h respectivamente, propondo uma metodologia de estudos e atividades práticas. Os encontros com os professores alfabetizadores são mediados por 4 (quatro) orientadores de estudo, que atendem as exigências solicitadas pelo MEC, sendo cada profissional destinado a um ano/segmento.

No Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, foram e continuarão a ser desenvolvidas ações que contribuam para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização; para os processos de avaliação e acompanhamento da

aprendizagem das crianças; para o planejamento e avaliação das situações didáticas; para o conhecimento e uso dos materiais distribuídos pelo Ministério da Educação, voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo de alfabetização. Temos visto um grande avanço nas práticas e nas reflexões do professor em repensar a necessidade da inserção de novas metodologias, buscando sanar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo seu grupo, tem sido uma grande oportunidade de troca de experiências e compartilhamento de ideias.

Em 2013 também houve a adesão ao Pacto Bahia (Governo do Estado) que atendeu com formação e material específico aos professores e alunos das turmas do 1º ano, em 2014 houve uma junção dos Pacto Bahia e Pacto Nacional, o que de certa forma tranquilizou o professor deste ano/segmento.

Entendemos como relevante para o município a atenção à Lei 10639/2003 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira" e a Lei 11645/2008, que abrange a obrigatoriedade do ensino de "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena", respaldada pela Lei nº 9394/96 – Art. 26 § 4º que estabelece: "O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia".

Garante, assim, a todos os segmentos, projetos e sistematização de atividades pertinentes ao ensino de tais conteúdos. Porém, são necessárias ações com política pública municipal voltada neste sentido, para que todas as instituições de ensino, tanto públicas como privadas no município de Irecê, possam atender plenamente a esta demanda.

Cabe ressaltar que o ensino de língua estrangeira nas escolas da Rede Pública é ministrado a partir do 6º ano, com predominância da Língua Inglesa em detrimento da Espanhola, haja vista que é facultada a escolha da língua estrangeira a ser ministrada nas Redes de Ensino. As escolas particulares ministram aulas a partir do 2º ano também com Língua Inglesa.

Observando este cenário no município e, considerando as normatizações do Conselho Nacional de Educação (CNE), há uma demanda pela inclusão do ensino da Língua Espanhola na rede municipal como uma possibilidade de ampliação de oportunidades de aprendizagem dos alunos. Tal escolha pode ser respaldada através da Lei 9394/96, art. 26 § 5º que diz: "Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da

comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.”

Com relação ao ensino de música, conforme preconiza a Lei 11769/09 que institui a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, mister se faz maior aprofundamento e estudo, tanto por parte das escolas públicas como das particulares, a fim de contemplar a lei acima citada e garantir um ensino de qualidade nas escolas, através de ações que contemplem a diversidade cultural do educando.

Procurando atender esta demanda, o município de Irecê firmou parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as parcerias (UFBA, UFAL, UFES, UNIR, UFMT e UDESC), através do Programa de Licenciaturas do MEC (Prolicen – Mus), que ofertou e atendeu a 56 cursistas pertencentes ao Território de Identidade de Irecê que concluíram o curso de licenciatura em música em 2012.

Ainda considerando aspectos relevantes que caracterizam o Ensino Fundamental, no que diz respeito ao acesso e permanência dos alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, os mesmos são matriculados e frequentam a escola na rede regular; no contraturno, frequentam espaços próprios para complementação do desenvolvimento das habilidades, como: Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE) e Salas de Recursos Multifuncionais⁸ (SRM), que atendem a alunos da rede pública e particular. Com relação às altas habilidades/superdotação, não há registro sobre a frequência de alunos, bem como estudos na rede municipal para a identificação deste público. A Secretaria de Educação no ano de 2014 implantou o Centro de Referência Multidisciplinar (CERMULT) para garantir um melhor acompanhamento às crianças e adolescentes da Rede Municipal de Educação.

A preocupação com a aprendizagem, presente nos programas e projetos da Rede de Ensino, intensificam-se com a avaliação externa que é proposta pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Observa-se um crescente avanço nos resultados tanto na Rede Estadual quanto na Rede Municipal. A partir desses resultados, a Secretaria Municipal de Educação tem buscado investir cada vez mais em ações pedagógicas, dando suportes aos professores, através de formações, na tentativa de promover uma reflexão maior nas práticas educativas.

8

É um programa que apoia os sistemas de ensino na implantação de salas de recursos multifuncionais, com materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização.

Outra iniciativa importante realizada pela Rede Municipal de Educação é a aplicação da Provinha Brasil, uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano do Ensino Fundamental I de escolarização das escolas públicas. Esta avaliação acontece em duas etapas: uma no início e a outra no término do ano letivo. O diagnóstico dos resultados permite conhecer o andamento das aprendizagens das crianças, possibilitando a implantação de estratégias que permitam a evolução e desempenho destas.

A Provinha Brasil avalia os conhecimentos em Língua Portuguesa e Matemática. Em 2014 participaram desta avaliação 675 crianças no município de Irecê, desta avaliação. Desde o segundo semestre do ano de 2013 a Secretaria Municipal de Educação tem lançado todos os dados no Programa Avalie Alfa sob a responsabilidade do Governo do Estado depois de estabelecido parceria com o Pacto Bahia, que acompanha, monitora e estabelece um diálogo sobre os resultados de cada turma, escola e município, o que nos tem permitido um novo olhar sobre a aplicação desta avaliação externa. Aguardamos ainda o resultado do ano de 2014, em à Rede Municipal fez as duas avaliações (entrada e saída) da Provinha Brasil. Vale ressaltar que as avaliações de 2015.1 (de entrada) já foram realizadas e já estão sendo cadastradas no sistema. De uma maneira geral, cada escola tem recebido uma revista e um mapa que apresenta seus dados comparados as demais escolas e a nível municipal, o que tem gerado uma discussão muito pertinente nos grupos de trabalho para que se avance no processo de ensino-aprendizagem das nossas crianças.

A Secretaria de Educação, também faz a avaliação interna duas vezes no ano, em todas as escolas, com o objetivo de avaliar o processo de ensino/aprendizagem da rede Municipal. Em 2013 esta avaliação foi construída e (re)construída com a colaboração dos coordenadores pedagógicos de todas as Unidades Escolares e conseguiu traçar um perfil das turmas, das potencialidades e dificuldades das nossas crianças. No ano de 2014, após ser analisada também pelos professores, a avaliação foi construída coletivamente, professores e coordenadores pedagógicos, e houve avanços significativos. Nas socializações foi possível visualizar as demandas de cada unidade escolar e das crianças de todos os segmentos, nestes momentos refletimos também a necessidade da construção de um plano de metas que norteará o processo pedagógico, visando sanar as dificuldades encontradas.

É preciso manter altas expectativas em relação à aprendizagem dos alunos da Rede Pública, acreditando que eles têm potencial para obter um bom desempenho, colocando à sua disposição materiais didáticos de boa qualidade, como também em quantidade adequada,

sabendo da importância de matérias que oportunizam boas práticas de leitura para todos os alunos do município, buscando garantir, através de ações e projetos, articulações entre escola e comunidade.

Os livros didáticos utilizados no Ensino Fundamental da rede municipal são fornecidos através da adesão ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cujo principal objetivo é subsidiar o trabalho pedagógico dos professores, por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu Projeto Político Pedagógico.

O Município deve estar atento às questões que envolvem a educação contextualizada, garantindo o conhecimento nas questões ambientais ligadas à sustentabilidade, como também com o Semiárido. As campanhas educativas devem estar presentes, envolvendo a comunidade e poder público, como: coleta adequada de lixo, reciclagem, atividades de arborização do município, entre outras.

A preocupação com políticas públicas para a qualidade de ensino não implicam em resultados imediatos na educação; os resultados mais significativos surgirão com mais clareza a médio e longo prazo. Esta compreensão fundamenta este Plano Municipal de Educação, como um projeto que delinea as práticas educativas e as políticas públicas para os próximos dez anos, orientando as ações no município de Irecê, garantindo a ampliação do acesso e a evolução das matrículas por segmento e melhoria do nível de escolarização, os quais permitirão o desenvolvimento da educação básica neste período.

Tabela 13. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental I (anos iniciais - 1º ao 5º Ano) no município de Irecê, por dependência administrativa e localização 2011/2014)

Ano	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	3422	591	-	-	1998	-	6011
2012	3334	549	-	-	2155	-	6038
2013	3277	527	-	-	2197	-	6001
2014	3082	494	-	-	2258	-	5834

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar- www.inep.gov.br

A tabela acima tem por objetivo apresentar a evolução das matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e contribuir para a compreensão do movimento de matrícula nas redes municipal, estadual e particular, quer seja na zona urbana ou rural. Ao analisar os dados que constam na tabela, percebe-se que desde 2011 há uma tendência de redução nas matrículas nas redes municipal e estadual⁹, e, um crescimento de 15,71% na rede particular. Interpretando a tabela mais detalhadamente, percebe-se que em contraposição à redução na rede pública e ampliação da rede particular, há registro de uma redução geral nas matrículas no segmento, onde seria presumível um aumento no período.

Tabela 14. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental II (anos finais - 6° ao 9° Ano) no município de Irecê, por dependência administrativa e localização 2011/2014

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	2518	260	752	-----	1630	-----	5160
2012	2462	264	577	-----	1675	-----	4978
2013	2542	225	399	-----	1817	-----	4990
2014	2472	266	221	-----	1869	-----	4828

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

A interpretação dos fenômenos que envolvem os movimentos de matrícula em um município não deve ser realizada isoladamente, mas articulada com diversas informações para ampliação da compreensão da realidade que se desvela. Neste sentido, ao analisar a tabela 14 com a evolução das matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental e compará-la com as informações da tabela 13, percebe-se que, enquanto na primeira há a constatação de redução de matrículas na rede pública municipal e estadual, aqui, apresenta-se um aumento de 15,88%, no período de 2011 a 2014, na rede pública municipal. Neste mesmo quadro a rede estadual continua com a redução de matrículas, em virtude de sua política de encerramento de oferta para o segmento e a rede particular mantém a frequência com um aumento médio de 16,36%, semelhante ao percentual de aumento nos anos iniciais.

9

Há uma política pública estadual de redução do Ensino Fundamental e ampliação do Ensino Médio que é de sua responsabilidade, segundo a Lei 9394/96.

A tendência de aumento na rede municipal nos anos finais e a redução nos anos iniciais pode ser justificada na redução de nascimentos, enquanto política pública de acompanhamento da saúde da mulher que, desde a creche (conforme demonstrado no capítulo sobre a Educação Infantil) até o Ensino Fundamental, acarretará em diminuição ou estabilização nas matrículas. Este argumento é fortalecido considerando-se que o município tem baixo índice de evasão e repetência e que a defasagem idade/série apresenta redução em relação à períodos anteriores, conforme demonstra a taxa de escolarização líquida no ensino fundamental (ver tabela 15). Assim, enquanto o aumento na rede particular pode estar relacionado à migração para esta cidade polo e ao crescimento do poder aquisitivo das classes C e D, a redução no Ensino Fundamental II representa a chegada, neste segmento, da tendência já identificada na Educação Infantil: famílias menores e com menos filhos.

Tabela 15 - Taxa de Escolarização Líquida da População de 7 a 14 anos, 2010

Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)
81,02 %	46,55 %

Fonte: IBGE censo demográfico 2010.

As informações da tabela acima são importantes para caracterizar o Ensino Fundamental, ao analisar a taxa de escolarização no município para a composição de demanda de ampliação e/ou construção de escolas a médio e longo prazo, e, a possibilidade de prever o crescimento da rede de ensino público e particular para o desenvolvimento de políticas públicas. Nesta interpretação, a taxa de escolarização do município está satisfatória, entretanto, na rede estadual há uma demanda urgente do acesso para a ampliação da taxa de escolarização, visto que são 72,20% da população sem acesso ao segmento do ensino médio que, segundo a Lei 9394/96:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público; III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios; IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino; V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei [...] (BRASIL, 1996).

Neste contexto, o Título IV da referida lei, no item intitulado “Da Organização da Educação

Nacional” traz nos art. 08 a 11 as atribuições de cada ente administrativo com cada segmento da educação, dando destaque à prioridade da união com a Educação Superior e o Ensino Técnico Profissionalizante; para o estado, a prioridade é com o Ensino Médio e, aos municípios, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, não restringindo sua atuação ao segmento específico, desde que tenha atendido ao segmento prioritário em sua demanda de acesso e matrícula.

Ao definir as atribuições da união, estado e município e garantir no art. 8 que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional objetivou garantir a redução da defasagem idade/série e das taxas de analfabetismo, com a ampliação do acesso e da responsabilidade de cada ente da esfera pública.

Tabela 16 - Nível Educacional da População de 7 a 14 anos, 1991 e 2000.

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudos		% com menos de 8 anos de estudos		% Frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 -14 anos	33,44	14,96	---	-----	-----	-----	61,54	86,10
10-14 anos	23,30	7,12	72,99	64,36	-----	-----	74,32	95,57

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

Considerando o excelente resultado na taxa de escolarização da rede municipal, via análise do percentual na tabela 15, torna-se necessário compará-lo a outros índices municipais que merecem atenção. Nesta perspectiva, comparado aos índices na tabela 16 sobre o nível educacional da população, verifica-se que, mesmo existindo uma redução da taxa de analfabetismo de 1991 a 2000 para os públicos especificados na tabela acima, em 2010 ainda existem 9,60% da população nesta faixa etária que necessitam estar na escola e implicam uma demanda considerável para a erradicação do analfabetismo.

Tabela 17 - Matrícula do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Irecê, por idade e ano, 2010

Idades	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total
06 anos	341									
07 anos	380	364	11							

08 anos	19	379	317	41						
09 anos	2	51	358	295						
10 anos	4	11	81	324	305	7				
11 anos		5	50	112	310	255	12			
12 anos		5	19	52	127	274	256	6		
13 anos		1	5	31	68	106	262	172	13	
14 anos			3	12	30	76	103	162	167	
15 anos		1	3	7	14	43	62	81	211	
+ de 16 anos					9	14	31	74	102	
Nº de aluno total em defasagem	6	23	80	102	121	133	93	74	102	734
% em defasagem	08	2,8	9,4	11,6	14,0	17,1	12,8	14,7	20,6	11,0

Fonte: IBGE censo demográfico 2010.

A esfera pública municipal tem responsabilidade legal com os segmentos da educação infantil e com o Ensino Fundamental. Com a obrigatoriedade de matrícula para a família e para o município no Ensino Fundamental que, desde a lei nº 11274/06 estrutura-se por 09 anos de oferta, conforme consta na tabela 17, aumenta a necessidade de constituição de uma política de acesso e de investimentos para a ampliação da oferta e da procura que somente será viabilizada através da análise da relação idade/série/ano e percentuais de defasagem, bem como por via da interpretação detalhada dos dados que compõem o segmento.

A tabela 17 traz os dados da relação idade/série/ano e os percentuais de defasagem¹⁰ que são formulados. Considerando a idade de corte de cada segmento para o acesso, a tolerância de corte é de dois anos, após a entrada em cada ano. Esta compreensão orientará a construção de políticas de aceleração, acompanhamento da aprendizagem e/ou de acompanhamento pedagógico específico para cada caso.

Nesta análise, observa-se na referida tabela que enquanto há um percentual de 8% de defasagem idade/série no 1º ano, no ano final do Ensino Fundamental há passa a 20,6%. Existem apenas 06 alunos no ano inicial do segmento em defasagem, de um total de 746

¹⁰

Nota: Cálculo de defasagem – Matrícula com defasagem/total da matrícula para a série
EX: 91/301x100=30,23

alunos; são 121 alunos em defasagem no 5º ano do Ensino Fundamental, de um total de 817 estudantes; no 6º ano, em que os alunos adentram no Ensino Fundamental II (os antigos colégios), são 775 estudantes matriculados e, deste total, 133 encontram-se em defasagem idade/série e, por fim, no ano final do segmento, são 493 alunos matriculados e 102 em defasagem. Embora o maior percentual de defasagem esteja no 9º ano, em que se observa uma redução drástica no número de matrículas em relação aos anos anteriores, é no 6º que se constata o maior número de alunos defasados. A interpretação e compreensão dos dados devem orientar os investimentos públicos no segmento e atenção quanto aos índices de defasagem e da redução nas matrículas nos 9º anos, levantando junto às instituições escolares os motivos pelos quais estes alunos não concluem o Ensino Fundamental.

Tabela 18 - Taxas de Rendimento – Rede Municipal em Irecê

SÉRIE/ ANO	Ano	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
2º ano do EF	2012	92,2	6,8	1,0
	2013	94	5,1	0,9
3º ano do EF	2012	81,1	17,4	1,5
	2013	83,9	14,6	1,5
4º ano do EF	2012	83,6	14,9	1,5
	2013	88	10,1	1,9
5º ano do EF	2012	87	12	1,0
	2013	90,8	7,2	2,0
6º ano do EF	2012	78,6	15,9	7,6
	2013	69,1	23,5	7,4
7º ano do EF	2012	78,6	16,3	5,1
	2013	79,4	15,8	4,8
8º ano do EF	2012	82	12,1	5,9
	2013	82,1	11,9	6,0
9º ano do EF	2012	91,5	6,8	1,7
	2013	90	4,8	5,2

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Vale ressaltar que um fator relevante sobre os dados do município consiste na análise das taxas de rendimento na tabela 18, com os índices de aprovação, reprovação e abandono da escola. O aumento da reprovação e o abandono são interligados, pois refletem dados do fracasso escolar para os alunos e alunas que na escola não aprendem e trazem como consequência o comprometimento do desenvolvimento da educação no município.

Tabela 19 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB no Ensino

Fundamental 2005/2009/2013.

Âmbito de Ensino	Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental					
	IDEB observado					Metas	IDEB observado					Metas
	2005	2007	2009	2011	2013	2021	2005	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil Total												
Rede Estadual do seu Estado	2,6	2,6	3,2	3,8	4,0	4,9	2,6	2,7	2,8	2,9	3,1	4,7
Rede Estadual do seu Município	3,9	4,3	4,9	-	-	5,7	3,5	3,6	3,8	3,8	3,8	5,5
Rede Municipal do seu Município	3,0	3,8	4,4	4,4	4,5	5,3	2,8	3,0	3,8	3,4	3,6	4,9

Fonte: INEP

A tabela 19, ao final de toda a análise interpretativa do Ensino Fundamental, apresenta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de 2005 a 2013. Este índice é obtido da relação baixa evasão escolar com o aumento das médias obtidas na Prova Brasil¹¹, desta forma, a observação do IDEB constitui-se um instrumento de avaliação da aprendizagem e dos resultados da escola pelas políticas de melhoria da educação. Nas esferas estaduais e municipais é possível observar um aumento significativo do índice em direção à meta para 2021, sinalizando que existe a possibilidade de alcançar e superar esta média em um período bem superior ao planejado; o mesmo fenômeno pode ser analisado no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental.

Outra vertente importante é considerar que o IDEB considera a evasão e os resultados obtidos na Provinha e na Prova Brasil e que estes resultados não são a única forma de avaliar políticas

11

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar que é aplicada censitariamente aos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. No 5º, a prova recebe o nome de Provinha Brasil e oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que também são utilizados no cálculo do IDEB.

públicas de acesso, permanência e de qualificação da educação ofertadas neste município: é o conjunto de análises e interpretações, conjugadas com a participação popular, através da sociedade civil organizada, junto aos setores do poder público constituído que garantirão o atendimento da demanda, objetivos, metas e sonhos desta população para este segmento.

2.1.3- ENSINO MÉDIO

A oferta do Ensino Médio em Irecê é atendida por instituições particulares e públicas estaduais. Na rede privada oferece Ensino Médio: Escola Cooperativista de Irecê (Coperil), Escola Dinâmica (Edimaster), Centro de Ensino Integrado de Irecê (CEII), Colégio Cláudio Abílio Aragão (CCAA), Fundação Bradesco e o Colégio Cometa que, juntos, atendem a um público de 1063 alunos - Censo Escolar 2014. A Rede Estadual de ensino atende o quantitativo de 3068 alunos nas Escolas Luiz Viana Filho, Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães, Colégio Polivalente Governador Antônio Magalhães, segundo dados do NRE - 01 2015.

O Colégio Estadual Luiz Viana Filho é a única instituição da rede estadual que ainda atende ao último ano do Ensino Fundamental II, contudo, em 2016, a escola atenderá exclusivamente o Ensino Médio.

Tabela 20 - Ensino Médio da Rede Estadual no município de Irecê. (matrícula 2015)

Cód	Unidade Escolar	Cód	Diretor	Telefones	Níveis de Ensino	Endereço	Número de alunos
6041	Col. Est. de 1º G Luiz V. Filho PDE	26611	Marli Miranda Costa	36415540	Fund. 5ª a 8ª / EJA III	Av. Caraíbas, 659	1.071
6041	Col. Pol. Gov. Antº C. Magal. PDE	26620	Ulisses Smaneo	36414257	Ensino Médio/ES F	Av. Caraíbas s/n	730
6041	Col. Modelo Luis E. Magalhães PDE	76431	Antônio Conceição de Jesus	36413481	Ensino Médio	Rua Raimundo Bonfim, s/n	1.267

Fonte: NRE - 01

A Rede Estadual de Ensino tem, a cada ano, melhorado o sistema de matrícula, sendo, atualmente, informatizado e com o novo programa Sistema de Gestão Escolar (SGE). A Portaria de Matrícula nº 8110/2010 foi publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia - DO de 23/11/2010, a qual orienta e determina o cronograma para atendimento de todos os alunos.

Tabela 21 - Número de alunos da Rede Estadual em Irecê

Matrícula/ Município	Ano	Nº de Alunos na zona Urbana	Nº de alunos na zona rural	Total
Irecê	2013	2874	26	2900
Irecê	2014	2766	169	2935
Irecê	2015	2951	117	3068

Fonte: NRE -01

De acordo com a tabela 21 o número de matrículas na rede pública estadual para o Ensino Médio vem aumentando, inclusive a de alunos oriundos da zona rural.

O Núcleo Regional de Educação (NRE 01) avaliou a necessidade de melhorar o planejamento e o controle por parte da equipe gestora, em priorizar a matrícula dos alunos oriundos da rede pública ou privada de Irecê, e não dos demais municípios da sua jurisdição, onde todos têm unidade da Rede Estadual com atendimento ao Ensino Médio. O fenômeno de migração de alunos de outras cidades é motivado pelo fato de Irecê constituir-se como Polo Regional de comércio, produção e serviços e, considerar este fato, torna-se necessário para evitar imprevistos quanto à ausência de vagas no início do ano letivo.

Na Rede Estadual de Ensino a avaliação tem como objetivo avaliar institucionalmente a rede para a gestão do sistema de ensino, melhoria das condições físicas e materiais das escolas, ampliação do acesso ao Ensino Médio, bem como estabelecer parâmetros de avaliação mediadora e reflexiva que primem pela aprendizagem significativa dos alunos.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) merece destaque nos processos de avaliação da Rede Estadual de Ensino. A Secretaria de Educação vem focando as quatro dimensões em que a escola desenvolve seu trabalho: Pedagógica, Administrativa, Financeira, Jurídica e, neste momento, com ênfase no Pedagógico. Com isso, os gestores estão com formação em serviço (PROGESTÃO), com a intenção de desenvolver ações que contribuam com os resultados da aprendizagem nas Unidades de Ensino (U.E.), além de construir o Plano de Ação proposto

pela Coordenação de Avaliação da SEC (CAV), através do Programa Círculos de Avaliação, que reflete e discute os indicadores das escolas.

O desempenho dos alunos no ENEM segue três faixas: Insuficiente a regular, compreendendo as médias entre 0 a 400 (inclusive); Regular a bom, que compreende as médias entre 400 a 700; bom a excelente, compreendendo as médias entre 700 a 1000 (inclusive), (INEP, 2006). A tabela abaixo apresenta estes índices nas escolas estaduais participantes do ENEM:

Tabela 22 - Notas Médias do Enem dos alunos concluintes do Ensino Médio por escola.

Escolas participantes	Particip. Prova Objetiva	Ling. e Cod.	Mat.	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Médias nas Objetivas	Particip. Redação	Média Redação	Média Total
Colégio Modelo Luiz Eduardo Magalhães	138	483,00	483,00	506,00	461,66	483,25	138	499,00	491,12
Colégio Polivalente Gov. Antônio Carlos Magalhães	69	457,00	472,00	490,00	430,54	462,38	69	438,00	450,19

Fonte: MEC - INEP – 2012 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ao considerar o número de alunos e as médias de desempenho das duas escolas em cada área de conhecimento, percebe-se um equilíbrio entre os índices, o que não implica em uma avaliação qualitativa idêntica. A grande questão consiste em perceber nesta proximidade quais as diferenças que caracterizam cada escola. Neste sentido, ao considerar os indicadores do Colégio Modelo, observa-se um melhor desempenho em relação ao Colégio Polivalente. Observando a tabela, percebe-se que os alunos do Colégio Modelo conseguiram uma melhor média na Redação, o contrário ocorreu com os alunos do Polivalente que obtiveram um melhor resultado nas questões objetivas. Nas duas escolas a média de desempenho mais baixa foi em Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

A ampliação das vagas para o Ensino Médio em Irecê tem uma escala crescente, considerando a ampliação de vagas para o Ensino Fundamental Anos finais na rede municipal e a renda crescente da cidade, associado à migração de pessoas das cidades vizinhas e de outras regiões.

Além da ampliação de vagas e de escolas para atender aos alunos no Ensino Médio, é importante estabelecer metas de redução da evasão e repetência que se observa no segmento conforme apresenta o quadro abaixo:

Tabela 23 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono na Rede Estadual em Irecê – 2012/2013

		TAXA DE APROVAÇÃO					
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Aprov. Média	Total Aprovação
2012		48,6	60,7	69,7		-	58,2
2013		68,4	69,4	79,7		-	71,1
		TAXA DE REPROVAÇÃO					
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Aprov. Média	Total Aprovação
2012		36,9	21	15,3			25,8
2013		17,4	16,4	12,3			15,6
		TAXA DE ABANDONO					
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Aprov. Média	Total Aprovação
2012		14,2	14,2	8,0	-	-	12,5
2013		14,4	18,3	15	-	-	16,0

Fonte: MEC – INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ao analisar os dados apresentados na tabela 23, é possível perceber que o índice de aprovação das escolas públicas estaduais vem crescendo, inclusive no 1º ano que era um dos problemas das escolas do Ensino Médio. Entretanto, percebe-se que o índice de evasão aumentou. Esta, acontece mais no turno noturno por questões do ingresso destes jovens no mercado de trabalho em outras localidades ou quando ausentam temporariamente para outros estados de acordo com calendário agrícola.

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia está, neste momento, fazendo um diagnóstico do Ensino Médio noturno, com o objetivo de pensar numa política que atenda às especificidades deste público, através de um referencial próprio para o noturno. Ainda sobre a evasão no segmento, é importante ressaltar que há evasão no turno matutino e vespertino, mesmo que em menor índice e, que podem estar relacionadas à qualidade do ensino e à dificuldade de a escola mobilizar saberes da/e para a juventude na contemporaneidade.

A melhoria da qualidade de ensino, a ampliação de vagas e a estruturação das escolas do segmento são ações mobilizadoras para uma ressignificação da escola, para a redução do abandono/evasão escolar que podem e devem ser uma mobilização conjunta entre estado e sociedade civil organizada. Muitos setores do comércio e da prestação de serviços têm contribuído oferecendo estágio remunerado para jovens que estejam devidamente matriculados e que tenham frequência satisfatória, contribuindo para a redução do abandono na escola, como: Caixa Econômica, Banco do Nordeste, Ministério Público, a Coelba, Embasa, dentre outras empresas e entidades.

Outros aspectos pertinentes que caracterizam o Ensino Médio em Irecê merecem ser apresentados para a compreensão dos problemas e das possibilidades para a melhoria da qualidade de ensino e dos resultados do segmento. Não há, até o momento, parceria com a Secretaria de Assistência Social para a redução da evasão entre os alunos deste segmento, e a ausência de políticas públicas das esferas estadual e municipal contribuem para a manutenção dos índices de evasão e repetência.

A compreensão de que a melhoria do Ensino Médio consiste em ações públicas e privadas, com o incentivo e apoio da sociedade civil organizada, são necessários para a articulação de ações conjuntas, interpretando os índices para além dos índices, ouvindo os sujeitos do processo sobre suas expectativas em relação à escola, e articulando políticas públicas entre as esferas.

3- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Não podemos perder de vista que a educação no Brasil, em seu percurso histórico tem se adaptado, e algumas vezes servido, aos mais diferentes modelos sociais e econômicos. Uma das modalidades historicamente afetadas - Educação Profissional - em muitos momentos foi moldada aos interesses e manutenção da classe social dominante, modelo de educação

também utilizado em alguns momentos da história da educação brasileira, como forma de oferecer às classes trabalhadoras uma formação sem criticidade e que as preparassem apenas para ocupar funções subservientes na escala produtiva do país, resguardando, assim, para as elites, outro modelo de educação - o ensino científico e propedêutico que os habilitavam aos cursos acadêmicos formadores da elite intelectual brasileira.

Navegou por diversas concepções até chegar aos novos modelos propostos pela sociedade civil, através de intensos debates e diversas lutas, até chegar às novas concepções da legislação em vigor, pregando um novo paradigma, no qual além da formação técnica, promova a formação do educando, preparando-o para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania. Percebe-se que a Educação Profissional no Brasil é um campo fecundo de discussões, proporcionando-nos uma imensa possibilidade de levantar e discutir pontos que venham a torná-la mais enfática e eficaz nas suas propostas.

Diante das novas concepções propostas para a educação profissional, que venham a estimular a sociedade a participar na organização dos arranjos produtivos, na qual esta se insere, surge um novo momento da Educação Profissional no Brasil, preocupado principalmente com a formação cidadã e com a inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Atualmente o município de Irecê conta com instituições de Educação Profissionalizante no âmbito federal, estadual e particular que atendem a alunos com o ensino médio e técnico-profissionalizante, ensino profissionalizante por cursos livres e/ou profissionalizantes para concluintes do Ensino Médio.

No quadriênio 2007/2010 a educação profissional avançou de forma significativa em Irecê, com a mudança da estrutura de ensino da antiga ESAGRI que passou a ser denominada de Centro de Educação Profissional (CETEP), pertencente à rede pública estadual. O CETEP, em 2007, era um grande desafio para a DIREC 21 e equipe gestora da escola, a qual estava com funcionamento precário e atendimento a apenas 86 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária.

O Governo da Bahia vem fazendo investimentos para ampliação da estrutura física e diversificação no atendimento aos alunos do Território de Irecê, contando com o reconhecimento e a credibilidade da comunidade escolar. A matrícula de 2011 está com aproximadamente 443 alunos nos cursos de: Agropecuária, Edificações, Biocombustível, Técnico em Enfermagem, Recursos Humanos, Agroindústria e Agente Comunitário.

O Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê (CETEP) oferece o curso de Agropecuária com o Ensino Médio, integrado, na forma anual, em 4 anos, e subsequente em dois anos, na forma semestral - PROEJA. Além do curso agropecuário, o CETEP oferece também cursos técnicos em:

Tabela 24 - Cursos Técnicos Oferecidos pelo CETEP em Irecê

CURSOS TÉCNICOS	EIXO	ANO DE IMPLANTAÇÃO
Enfermagem	Amb. saúde e Segurança	2010
Gerência em Saúde	Amb., saúde e Segurança	2008
Recursos Humanos	Gestão de negócios	2008
Biocombustíveis	Produção industrial	2010
Apicultura	Produção alimentícia	2009
Edificações	Infraestrutura	2008
Agente Com. de Saúde	Amb. Saúde e segurança	2011
Agroindústria	Produção industrial	2011

Fonte: DIREC 21

A estrutura para oferecer Educação Profissional pelo CETEP, com base nos padrões estruturais sugeridos pelo MEC, atende satisfatoriamente às necessidades dos cursos. Compreende-se que no eixo de Ambiente, Saúde e Segurança têm-se professores com especialidades que atendam aos cursos, o laboratório está em fase de estruturação e, diante destes avanços, ainda precisa melhorar no que diz respeito ao material de uso nos próprios laboratórios, assim como professores preparados para esse fim.

A parceria com a esfera municipal tem garantido suprir carências materiais que poderiam intervir na proposta do segmento. O município, mesmo considerando que o CETEP pertence ao Estado, participa com um ônibus escolar nos horários de chegada e de saída dos três turnos, para levar os alunos para o centro da cidade, já que a distância da UE é de 4 quilômetros. Esta parceria contribui significativamente nas ações para os estágios, especialmente no setor público municipal, bastante receptivo, como também as empresas da cidade. Esses estágios, em momento algum perdem o seu caráter pedagógico e formativo, visto que, o CETEP está sempre em contato com as empresas/instituições acompanhando os alunos.

Esse acompanhamento constante e efetivo se dá objetivando o confronto entre teoria e prática, compreendendo, assim, que a construção de competências deixa claro o conhecimento a serviço da laboridade; o indivíduo constrói seus saberes e se constrói como ser do processo, intensificando-se como um sujeito ético e profissional, preocupado com a contextualização do

seu aprender, mas, sem perder o foco da regionalidade, do Estado e da generalidade, construindo-se em sujeito cômico e capaz de saber fazer e fazer para a vida cidadã.

No contexto regional, constroem-se saberes que possam imediatamente servir à coletividade do território de identidade de Irecê, pensando-se mais especificamente no ser humano do campo, no pequeno agricultor, construindo-se além da técnica, as chamadas “gambiarras” (especificamente em agropecuária), tão essenciais na roça e nos pequenos povoados. Neste sentido, não podemos deixar de especificar que se aprende também a ser o cidadão que serve de empregado, mas um indivíduo cômico de sua participação no desenvolvimento do Território, aquele que aprende, além das ações de subsistência, o lado técnico profissionalizante.

Recentemente Irecê foi contemplado com uma instituição federal de elevada importância para o seu território: o Instituto Federal da Bahia (IFBA). O IFBA é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, com sua prática pedagógica multicampi e descentralizada.

No caso específico do Campus de Irecê há uma grande expectativa por parte de toda a comunidade do território, pois esta instituição está inserida em uma região com forte caráter agrícola e com um grande potencial de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico e a presença de uma instituição como o IFBA poderá subsidiar e potencializar esse desenvolvimento.

O Campus de Irecê do Instituto Federal da Bahia conta atualmente com 308 estudantes nos cursos de Informática, Eletromecânica e Biocombustíveis, 08 técnicos administrativos, sendo 03 de nível superior e 05 de nível médio, 17 professores, todos graduados na área da disciplina em que lecionam e alguns mestres e doutores. Conta também com 12 vigilantes, 05 auxiliares de serviços gerais, 01 jardineiro, 01 auxiliar de reprografia, 01 recepcionista e um motorista.

Atualmente, os três cursos técnicos oferecidos à comunidade são divididos nas modalidades Integrada e subsequente, sendo que na modalidade integrada há oferta do ensino médio integrado ao ensino técnico com duração de 4 anos, e na modalidade subsequente atendem-se a estudantes que já concluíram o ensino médio e que, portanto, tem duração de quatro

semestres (2 anos).

Ressalta-se que esta é uma instituição que chegou recentemente ao território de Irecê, mas que é centenária na oferta de educação profissional no Brasil, pois foi fundada em 1908 e até então é referência de qualidade na educação técnica, profissional e tecnológica. Entende-se que o seu foco deve ser a compreensão dos arranjos produtivos locais, ofertando uma formação que seja referendada e referenciada pela comunidade, atentando sempre para o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito particular, existem duas UE de formação profissional no curso de Técnico em Enfermagem, abrangendo toda a microrregião de Irecê. A Escola de Enfermagem Andaraí, que atende principalmente à população de baixa renda e o Centro de Formação de Técnico e Auxiliar de Enfermagem (CEFAE).

4- EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Educação Superior surgiu no município de Irecê no ano de 1997, com a chegada da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), através do Núcleo de Ensino Superior do Departamento de Paulo Afonso-BA, com uma sala e apenas um curso restrito a 40 vagas iniciais. A chegada da UNEB contribuiu, desde então, com o desenvolvimento da educação de Irecê e região e fomentou o clamor da população por novos cursos e a ampliação da oferta de vagas no segmento. Atualmente esta instituição oferece os cursos presenciais de Pedagogia e Letras e atende a outros programas de formação de professores, com o Programa Especial de Formação de Professores (PROESP), a Plataforma Freire e cursos de Educação a Distância pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A demanda crescente pelo acesso ao Ensino Superior recai sobre os municípios com a necessidade descrita na LDB em seu artigo nº 62, no título VI:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (LDB,1996).

Esta demanda não atendida pela oferta pública convencional via vestibular, lançou os municípios para a constituição de parcerias na UNEB com o programa UNEB 2000 e com a Universidade Federal da Bahia com o Projeto UFBA/Irecê para a formação de professores, a Plataforma Freire e parcerias com instituições privadas de ensino superior.

As instituições de ensino superior da rede particular atendem em toda a microrregião e, nesta cidade, estabelecem seus polos de ensino, como nas Unidades de Ensino Superior do Sertão da Bahia (UESSBA), oferecendo cursos presenciais de Pedagogia, Administração de Empresas e Ciências Contábeis, além de diversos cursos de pós-graduação em áreas afins. Em 2013 foi criada a Faculdade Irece (FAI) com oferta inicial de curso de Bacharelado em Enfermagem e cursos de Pós-Graduação - *Lato Sensu*. Outras instituições particulares também oferecem cursos na modalidade à distância para atender à oferta crescente do território que se concentra em Irecê. A Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), saúde e do campo do direito, também a Universidade Anhanguera, ofertam cursos nas áreas de administração, comércio, educação

Em Irecê, a demanda de acesso ao Ensino Superior foi também atendida pela parceria constituída pela Secretaria Municipal de Educação do Município e a Universidade Federal da Bahia que, em 2003, criaram o Projeto Irecê para a formação de professores em serviço, com base nos estudos sobre complexidade, emergência e multirreferencialidade para propor uma formação que disponibilizasse múltiplas referências formativas e diversas vertentes interdependentes que articulam a educação, a cultura, a comunicação, a saúde, o ambiente, a arquitetura e o urbanismo, entre tantas outras áreas. Neste sentido, cabe destacar que o Projeto Irecê é:

Um programa que visa a integrar, em redes, tecnológicas ou não, diferentes projetos que irão incrementar, em diversas vertentes, o processo de formação dos professores, disponibilizando-lhes uma estrutura pedagógica comunicacional e administrativa interativa e flexível. Pretende, ainda, se constituir em um processo de intervenção profunda e coletiva nas práticas cotidianas desses professores, no interior de cada escola, em cada comunidade circunvizinha à escola e no município como um todo, ao tempo em que promove a formação em nível superior dos professores em exercício da rede municipal de ensino do Município de Irecê/Bahia (PROJETO IRECÊ¹², 2003).

A parceria da Prefeitura Municipal de Irecê, através da sua Secretaria de Educação com a Faculdade de Educação da UFBA/FACED garantiu no oferecimento do curso de Licenciatura em Pedagogia 193 professores formados, além dos cursos de Pós-graduação em Currículo Escolar e de Coordenação Pedagógica. Em 2013 a parceira implantou o curso de Mestrado Profissional para os professores e coordenadores efetivos do município e em 2015 há expectativa de continuação com uma 2ª turma.

12

Na jornada pela democratização do Ensino Superior e, nas emergências por ampliação de vagas para atender à formação de professores não somente em Irecê, mas em todo o território, trouxe a necessidade de constituir parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) que é um sistema criado pelo Ministério da Educação (MEC) no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior, sob os seguintes eixos fundamentais:

1. Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso.
2. Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios.
3. A avaliação da educação superior a distância, tendo por base os processos de flexibilização e regulação em implementação pelo MEC.
4. As contribuições para a investigação em educação superior a distância no país.
5. O financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

A UAB propõe a articulação das Instituições de Ensino Superior (IES) para levar o ensino superior público de qualidade aos municípios do Brasil que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos oferecidos não atendem à todos os cidadãos. As IES são responsáveis pela elaboração dos cursos e desenvolvimento de material didático e pedagógico. Assim,

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal (UAB¹³, 2006).

O município de Irecê mantém o Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil, ofereceu (desde 14/04/08), os cursos de Licenciaturas em Química, Matemática e História EAD pela UNEB e o curso de Letras Vernáculas (desde 26/02/2010), pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), ambos os cursos ainda em fase de conclusão com alguns cursistas em reoferta. Paralelamente aos cursos supracitados foi ofertado até 2012 o curso de Licenciatura em Música EAD pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e

13

parceiras: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Em março de 2015, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, também iniciou o seu primeiro curso superior trata-se do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com oferta inicial de 30 vagas e com expectativa de expansão.

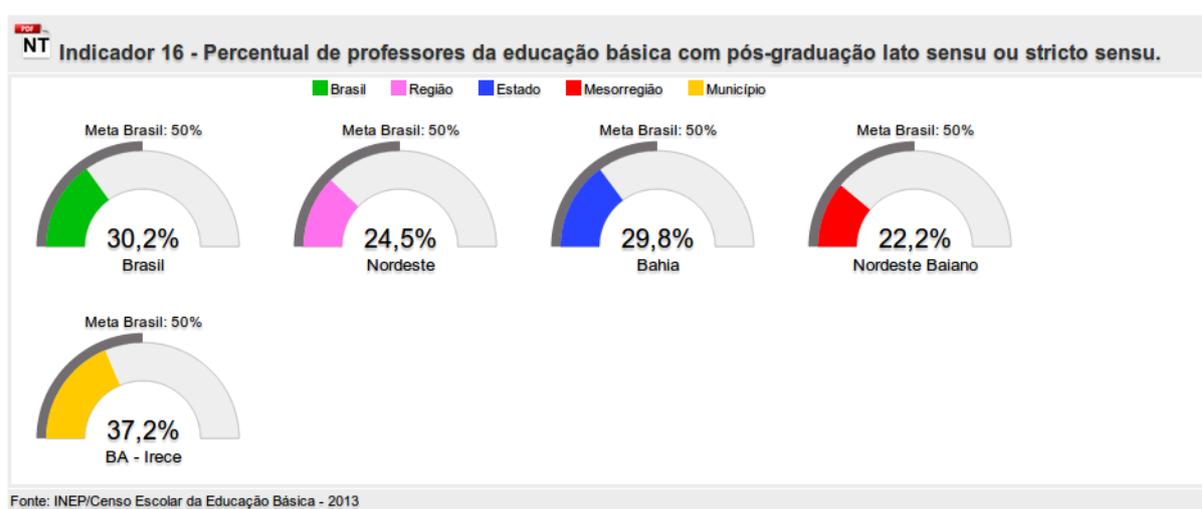
As demandas do município para cursos de Educação Superior estão relacionadas às áreas de saúde, educação (Química, Matemática, Arte, Educação Física, Letras Inglês), informática e agrícola, segundo audiência pública realizada por ocasião da vinda do Instituto Federal da Bahia (IFBA) para Irecê, pois são as áreas mais carentes de formação superior.

A expectativa é que nos próximos dez anos o ensino superior no Brasil e, sobretudo, no município de Irecê tenha se expandido ainda mais, oferecendo mais vagas para atender aos anseios da população, principalmente daquelas pessoas que não têm oportunidade de ir para os grandes centros urbanos em busca de realizar cursos de ensino superior.

Entretanto é necessário que os cursos oferecidos no município contemplem as mais diversas áreas e, sobretudo, que favoreçam o desenvolvimento educacional das crianças e jovens, através de programas de formação do professor, tanto em cursos de graduação quanto em cursos de pós-graduação, especialização, mestrado nas áreas de educação e ambiental, bem como nas pesquisas, projetos e cursos de extensão.

Indispensável, também, é o acompanhamento dos cursos através do Ministério da Educação, avaliando os meios e instrumentos de avaliação, para que o sistema educacional avance na qualidade. Assim, espera-se que a educação superior se expanda em democratização e acesso, oferecendo cursos em áreas ainda carentes, tanto em licenciaturas quanto em outras graduações e em áreas que fomentem o desenvolvimento vocacional do município, com forte caráter agrícola e com potencial de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico.

Conclui-se que o Ensino Superior em Irecê vem avançando gradativamente, tendo em vista que há 14 anos havia apenas uma universidade, oferecendo um curso, sendo hoje mais de 7 (oito) universidades oferecendo vários cursos de licenciaturas, bacharelado, de tecnólogo e pós-graduação.



Ao analisar os dados acima, percebe-se o grande avanço do município na formação docente, que supera a meta nacional, estadual. Entretanto, faz-se necessário ampliar ainda mais esses índices para atingir o percentual de 50% estabelecido em meta no PNE/2014.

Contudo, como sede do Território de Identidade de Irecê, composto por vinte municípios, há demanda frequente por novos cursos, que atendam à população deste território, estimada em 397.561 habitantes¹⁴, conforme comprovado pelas pesquisas, sendo os cursos de Direito, Enfermagem, Medicina, Psicologia, Ciências Agrárias e os de licenciatura os mais indicados pela população como necessários.

Deste modo, considera-se permanente a ampliação de vagas para cursos de graduação, pós-graduação e atualizações, tanto para professores quanto para os demais profissionais da comunidade ireceense e territorial, respeitando-se os eixos fundamentais das Políticas e da Gestão da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) para a educação a distância (conforme já citado neste documento), e também as políticas para a educação presencial, fomentando o desenvolvimento regional, nacional e, sobretudo, a formação de seres humanos mais justos, solidários e que tenham oportunidades para crescerem profissional e

14

Dados Disponíveis em <<http://www.faeb.org.br/perfil-de-territorios/irece.html>> Acesso em 29 jul. 2011.

pessoalmente, cuidando e zelando pelo ambiente do qual é parte.

5.0 CONCEPÇÕES DE ENSINO E MODALIDADES

5.1 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A educação formal de adultos no país inicia-se com a colonização portuguesa e a catequização dos povos indígenas pelos padres jesuítas. No histórico da Educação de Adultos há relação de dominação pelo acesso à cultura letrada, à informação e ao conhecimento, desta forma a Educação para Adultos no decorrer da história foi atrelada aos interesses da época e ao condicionamento do adulto trabalhador às demandas econômicas de um período: exclusão e dominação são marcas deste tempo, tendo em vista que:

As poucas escolas públicas existentes nas cidades eram frequentadas pelos filhos das famílias de classe média. Os ricos contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, que ministravam aos filhos o ensino em casa, ou os mandavam a alguns poucos colégios particulares, leigos ou religiosos, funcionando nas principais capitais, em regime de internato ou semi-internato. Em todo vasto interior do país havia precárias escolinhas rurais, em cuja maioria trabalhavam professores sem qualquer formação profissional, que atendiam as populações dispersas em imensas áreas: eram as substitutas das antigas aulas régias, instituídas pelas reformas pombalinas, após a expulsão dos jesuítas, em 1763 (Prof. Paschoal Lemme - rep. Mov. Escola Nova).

Em 1876, no Brasil Império, constam registros de educação para adultos sobre a denominação de Instrução Popular, com a intenção de que o acesso estivesse limitado aos rudimentos iniciais da escrita. Em 1882, a Lei Saraiva proíbe o voto de analfabetos e, sob este pretexto, ampliam-se as caravanas para alfabetizar, isto é, garantir que uma parte ínfima da população adulta torne-se capaz de escrever o próprio nome como conceito de “estar alfabetizado”. Em 1920 o Brasil possuía cerca de 75% de analfabetos entre a população adulta e, no mesmo período, crescia o movimento em prol da responsabilidade do estado por uma educação pública que garantisse o acesso à escola, para o fortalecimento da identidade nacional.

Neste período, marcado por um forte nacionalismo desenvolvimentista, o país lançou campanhas para alfabetização de adultos, de caráter quantitativo para reduzir o índice de analfabetismo.

Na década de 1950 a 1960, muitos movimentos em prol da alfabetização de adultos surgiram

no país como forma de organização político-social para fortalecimento das comunidades, como os Movimentos de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular, a Proposta Freiriana para alfabetização, politização e valorização da cultura popular, conferências e debates que demarcavam uma efervescência que tem fim com a instauração da ditadura militar.

Compreender esta síntese histórica da educação de adultos no país se faz necessária para situar nas políticas públicas atuais que ainda não atendem à demanda de alfabetização de adultos. Desde a década de 1970 a educação de adultos assume uma dentre duas correntes: a de educação informal, a parte da escola e, a de complementação à educação formal.

Com o processo de redemocratização do país em 1985 com as “Diretas Já”, em 1988 é promulgada a Constituição Federal que demarca uma atenção à Educação de Adultos que posteriormente será melhor definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96.

A Constituição de 1988 garantiu, no artigo 208 - inciso I o “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria” e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, havia o compromisso do Poder Público de em dez anos desenvolver esforços para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, com recursos previstos para esse fim.

Embora a Constituição assegure o acesso, as políticas públicas para a Educação de Adultos que, a partir da lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96 passa a chamar-se Educação de Jovens e Adultos (EJA), não garante um investimento que amplie a oferta, de forma a atender as especificidades deste segmento marcado pela segregação e exclusão.

Em 1996, a Medida Provisória 14 que cria o então Fundo Nacional do Ensino Fundamental, deixa a EJA fora dos investimentos deste fundo, que chega a todos os municípios reproduzindo a perspectiva de uma EJA como mera complementação à educação formal e, inviabilizando investimentos para manter o aluno trabalhador na escola, que deveria ser pensada para as suas especificidades. Em nosso município, as marcas desta reprodução estão presentes na forma como se deu a implantação da Educação para Jovens e para Adultos que neste contexto necessita ser superada para outra compreensão de que

[...] um adulto (*ou um jovem- grifo nosso*) pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de

jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva, se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 1998, p. 24).

É na compreensão do adulto que traz Magda Soares, que neste município fundamentou-se também a interpretação do jovem e adultos na escola. Desde 2000, quando instituída a EJA no município de Irecê através do Projeto Recomeço (não havia recursos previstos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e com base no que orienta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foram implantadas turmas de jovens e adultos para atender à demanda em cada bairro e reduzir o histórico índice de analfabetismo e de defasagem idade/série. A estruturação da EJA em Irecê atendeu ao que determina a Lei 9394/96 no II Capítulo, na seção V:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL,1996)

Paradoxalmente, não havendo recurso para um amplo investimento na EJA, os municípios realizam um investimento discreto para a dimensão da demanda, utilizando-se dos 25% do orçamento para a educação e das poucas parcelas do Projeto Recomeço com complementação do governo federal. O referido projeto tem como objetivo o acompanhamento e orientação direta aos adolescentes e famílias inseridos em medida socioeducativa, de modo que propicie ao adolescente desenvolvimento integral e sistêmico, a fim de que o mesmo tenha subsídios e estratégias para construir um novo projeto de vida, rompendo com o comportamento infracional e resgatando seu papel como cidadão e seus vínculos familiares.

Em 2006, com a criação da Emenda Constitucional nº 53 que estabelece O Fundo Nacional da Educação Básica através da Lei 11494/2007 que especifica: “A distribuição proporcional de recursos dos Fundos levará em conta as seguintes diferenças entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica [...]”. A Educação de Jovens e Adultos foi incluída nos recursos deste fundo, então o município passou a receber um valor específico

também proporcional às especificidades do aluno da EJA.

Hoje, para garantir a alfabetização, bem como garantir a continuidade nos estudos, a Secretaria Municipal de Educação realiza campanhas para informar e mobilizar a população com o objetivo de aumentar a demanda do curso, uma vez que o funcionamento das escolas depende dessa procura. É oferecido às escolas acompanhamento com coordenação técnica específica para a EJA.

A partir do ano de 2011, o livro didático passou a ser disponibilizado nas escolas públicas através da adesão ao Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA). Ele incorporou o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), e ampliou o atendimento, incluindo o primeiro e o segundo segmentos de EJA, que correspondem aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, distribuindo obras e coleções para alfabetizandos do Programa Brasil Alfabetizado e estudantes da EJA das redes públicas de ensino.

O município oferece também uma alimentação escolar diferenciada, uma vez que o público atendido, em sua maioria, é composto por trabalhadores que depois de um dia de trabalho pesado, às vezes, não tem tempo para realizar a refeição noturna, fator que contribui para a evasão. Portanto, com uma alimentação diferenciada o município de Irecê busca contribuir com a permanência desse aluno em sala de aula.

Através do censo escolar o município de Irecê tem captado alguns recursos municipais, estaduais e federais, como: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais de Educação (FUNDEB), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros. O município fornece o kit escolar, a farda e o transporte, possuindo a EJA “parcial” isonomia de condições em relação às demais etapas da educação básica.

A seguir são apresentados os números da matrícula inicial com base no Censo Escolar, fomentando as políticas públicas de investimento em Irecê, conforme tabela abaixo:

Tabela 25 – Matrícula Inicial na EJA no município de Irecê, por dependência administrativa e localização 2012/2014

Anos	Municipal	Estadual	Privada	Total
	Urbana	Urbana	Urbana	

2012	928	444	160	1532
2013	878	356	130	1364
2014	945	388	110	1443

Fonte: Secretaria de Educação Municipal

A análise do quadro síntese com os números da matrícula inicial demonstra que a Rede Municipal de Ensino é a grande responsável pelo acesso dos jovens e adultos à educação, como forma de inclusão e de redução dos índices de analfabetismo e de defasagem idade/série, entretanto, o estado também apresenta programas para atendimento desta demanda social em parceria com o município e com a sociedade civil.

Tabela 26 – Nível Educacional da População Jovem, 1991 e 2000

FAIXA ETÁRIA (ANOS)	TAXA DE ANALFABETISMO		% COM MENOS DE 4 ANOS DE ESTUDO		% COM MENOS DE 8 ANOS DE ESTUDO		Média de anos de estudo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
15 a 17	16,85	5,76	37,55	15,98	85,52	69,28	56,45	75,86
18 a 24	14,87	8,78	30,78	21,37	69,64	56,27	0,98	2,06

Fonte: IBGE censo demográfico

Tabela 27 – Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991 e 2000

ANO	1991	2000
TAXA DE ANALFABETISMO	32,99	22,58
% COM MENOS DE 4 ANOS DE ESTUDO	56,26	43,55
% COM MENOS DE 8 ANOS DE ESTUDO	80,42	71,04
Média de anos de estudo	3,62	4,89

Fonte: IBGE censo demográfico

Os índices de analfabetismo e defasagem idade/série/ano apresentam queda conforme aparecem na tabela acima, o que representa que as ações públicas, mais especificamente do

estado e, principalmente do município, têm garantido o acesso a este público, entretanto, é importante questionar a qualidade deste acesso, devido aos índices elevados de analfabetismo funcional. Cumpre ao município ampliar o investimento e a qualidade das ações educativas na educação de jovens e adultos, para que possa assumir esta modalidade definida nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, a qual não se restringe apenas à redução de índices e condições de acesso, pois

[...] a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (BRASIL, 2000, p. 07).

Além da função reparadora com condição de assegurar o direito civil à educação, bem como reduzir desigualdades historicamente constituídas, conforme delineado neste texto, o Parecer 11/2000 também apresentam as funções equalizadora e qualificadora, que visam garantir o acesso e contribuir para a redução das desigualdades, bem como qualificar o ensino para o atendimento deste público. Conforme Bobbio.

[...] não é supérfluo, ao contrário, chamar atenção para o fato de que, precisamente a fim de colocar indivíduos desiguais por nascimento nas mesmas condições de partida, pode ser necessário favorecer os mais pobres e desfavorecer os mais ricos, isto é introduzir artificialmente, ou imperativamente, discriminações que de outro modo não existiriam... Desse modo, uma desigualdade torna-se instrumento de igualdade pelo simples motivo de que corrige uma desigualdade anterior: a nova igualdade é o resultado da equiparação de duas desigualdades. (BRASIL, 2000, p.10):

Assim, a EJA é uma modalidade de educação básica, usufruindo de uma especificidade própria que, como tal, deve receber um tratamento consequente. A mesma está estruturada na rede municipal para o ano letivo, por semestres, sendo que cada semestre é dividido em duas etapas. São oferecidas em cada etapa, as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Inglês, Ciências e Arte. A certificação é concedida no final de cada semestre, prioritariamente, ou a cada etapa, conforme necessidade do aluno.

Nesse formato organizado por semestre, caso o aluno abandone os estudos no meio do ano e resolva retornar no ano seguinte, poderá dar continuidade aos estudos na etapa interrompida. O atendimento a este segmento é oferecido com carga horária semanal de 20 horas e 182 dias letivos e as matrículas são renovadas a cada semestre. A avaliação (Diagnóstica e Processual) somatória é distribuída entre os valores de grupo (no total de até 40%) e individual (no total

de, no mínimo, 60%) para que, assim, seja possível respeitar e conhecer tanto as particularidades quanto as necessidades do aluno. E para que essa modalidade receba um tratamento adequado, é necessário que haja uma formação continuada para os professores, subsidiando-os para todas essas particularidades e desafios que este segmento apresenta.

Portanto, é preciso haver melhorias e maior integração dessa modalidade de ensino com outros setores como saúde, trabalho, meio ambiente, cultura e lazer. A mesma tem sido contemplada de forma muito tímida nos documentos de políticas públicas; não são oferecidos horários alternativos, e é algo que se faz necessário, uma vez que esse alunado apresenta idades e interesses diferentes.

Quanto à taxa de evasão, aspecto que necessita de apoio maior, por ser uma das principais dificuldades desse segmento, embora não seja o suficiente, ações voltadas para minimizar o referido problema, como oficinas, cursos, projetos e eventos ocorrem em todos os semestre.

Outro aspecto importante é a garantia da acessibilidade ao espaço físico. As escolas, em sua maioria possuem bibliotecas, laboratórios, infocentros, cantinas, entre outros espaços, porém não são utilizados por este segmento por falta de funcionários no noturno. Assegurar quadro de funcionários (coordenador, merendeira, etc.) é algo que também deve ser repensado nas políticas públicas.

Outro aspecto relevante, é a formação continuada do professor para que por meio desta, seja possível considerar as especificidades da EJA. Em sua maioria, a equipe de professores possui formação superior.

Tabela 28 - Rede Municipal - Alunos da Educação de Jovens e Adultos atendidos em 2013 e 2014.

EJA 2013	
Escola	1º Segmento
E. M Marcionílio Rosa	214
E. M Odete Nunes Dourado	196
E M Joel Americano Lopes	326
E M Padre Cícero	56
Total sede	792
E M José Francisco Nunes(Itapicuru)	45
E M Angical	29
E M Anísio Teixeira	28
Total Rural	102
Total Geral	894

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

EJA 2014	
Escola	1º Segmento
E M Marcionílio Rosa	231
E M I Odete Nunes Dourado	166
E M Joel Americano Lopes	418
E M Padre Cícero	37
Total Sede	852
E M José Francisco Nunes(Itapicuru)	45
E M Anita M. Dourado (MEIA Hora)	16
E M Anísio Teixeira	28
E M Angical	30
Total Rural	119
Total Geral	971

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Ao observarmos as tabelas acima, é possível perceber um sutil avanço no que tange ao atendimento ao público de jovens e adultos do município, o que pode representar a busca em implementar nesta concepção e compreensão da Educação de Jovens e Adultos que o município de Irecê tem buscando implementar ações suas que colaborem para que os alunos se matriculem na EJA. É sabido porém, que ainda se faz necessário políticas públicas de acesso, reparação social e de qualificação profissional que, para atender às demandas desse público deste tempo.

É preciso ainda que seja fomentada uma, necessita de ações públicas e proposta pedagógica coerente, capaz de contemplar as especificidades do segmento supracitado. Para este fim, o município iniciou em 2010 o debate coletivo para a reestruturação e construção da Proposta Curricular com o objetivo de ampliar o diálogo com a população, através da sociedade civil organizada, o sistema municipal de educação e a administração municipal, para um amplo debate sobre o segmento, para que a modalidade EJA, possa de fato cumprir suas funções reparação, equalização e qualificação propostas nas Diretrizes do referido segmento contribuindo para além das funções apresentadas e como forma de emancipação política dos estudantes deste segmento e desenvolvimento local.

5.2- EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

O campo..., mais que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2001).

Uma filosofia de educação fundamentada nos princípios da sustentabilidade, do respeito à diversidade, à multiplicidade e singularidade dos diversos sujeitos aos quais as escolas da Rede Municipal de Educação de Irecê atendem, baseando na produção de saberes e fazeres do ser humano, requer uma proposta curricular política e pedagógica que considere as diversas e diferentes formas, oportunidades e possibilidades de aquisição e produção de conhecimentos destes sujeitos.

Dessa forma, o campo de Irecê deverá ser visto não apenas como um perímetro geográfico, mas como espaço de diferentes possibilidades de produção de vida, de cultura, de relações com a natureza, com homens, mulheres, crianças, adolescentes e jovens, e estas relações servirão como potencializadores da ação educativa, interativa e social, garantindo, assim, aos alunos e alunas que vivem no campo, a aquisição de saberes múltiplos, que considerem e valorizem a cultura local, regional e universal, oportunizando a estes discentes, a aquisição dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Neste sentido, a Rede Municipal de Educação de Irecê é composta por 37 unidades escolares, sendo que 21 destas estão na zona urbana (4 conveniadas) e 16 no campo (1 conveniada). As escolas do campo atendem atualmente aos segmentos de Educação Infantil, Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos.

A maioria dos professores que trabalham no campo é oriunda desse espaço. Os que não moram nas comunidades em que trabalham recebem uma gratificação/deslocamento que varia conforme a distância (de 3 a 10km, 10%, de 10 a 20km, 20%). Além disso, há um estímulo para o exercício da ação docente, a todos os que atuam neste espaço, com um percentual de gratificação de 5% para professor/a e coordenador/a (*Plano de Carreira, Cargos, Funções Públicas e Remuneração dos Servidores do Magistério* - Lei nº. 894 de 31 de março de 2011). Para atenderem às escolas do campo, a prefeitura municipal e a Secretaria de Educação contam com 71 profissionais. Há professores/as e coordenadores/as em número suficiente para atender às escolas do campo. Neste sentido, a Secretaria de Educação Municipal tem se empenhado para atender às necessidades destas escolas.

Quanto ao acesso às escolas, os alunos e alunas do campo vão a pé, de bicicleta, de carroça e, quando a distância é maior, contam com o transporte escolar, do Programa Nacional de Transporte Escolar e Caminhos da escola. Estes programas também atendem aos alunos/as do Ensino Médio que se deslocam do campo para a sede do município, bem como os alunos/as do Fundamental II, quando as escolas de suas comunidades não atendem a este segmento.

As condições físicas dos prédios das escolas do campo não atendem às condições exigidas pelas diretrizes operacionais para a educação básica do campo (resolução 02/2008) e nem às concretas sentidas cotidianamente pelos sujeitos educandos e educativos, a exemplo de salas específicas para a educação infantil, infocentros, apoio pedagógico, espaços para educação física, almoxarifado, cantinas, áreas de lazer, bibliotecas. Poucas têm secretarias, salas e banheiros para professor, entre outras instalações necessárias para um atendimento de qualidade. As plantas baixas das escolas não são apropriadas para o clima semiárido, nem para as realidades das comunidades do campo ireceense.

As escolas vão sendo, aos poucos ampliadas. As reformas são mantidas pela prefeitura municipal, através da secretaria de educação e dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, responsável pela captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de programas que visam à melhoria da educação.

O mobiliário vem melhorando, como resultado destas parcerias (regime de colaboração) e das somas destes recursos, embora ainda necessitem de melhorias e aumento de aquisição de mobiliários novos para atenderem a estas escolas.

Contudo, há ainda uma carência de materiais, sobretudo, contextualizados, específicos para o campo, voltados para as especificidades do Semiárido (tanto cidade quanto campo). Os alunos e professores vivem e trabalham no campo, e esta realidade é pouco evidenciada/tematizada no cotidiano das escolas, pois tanto método, quanto conteúdo e metodologia ainda se encontram na perspectiva da reprodução do colonialismo científico, da dualidade rural x urbano, implantado a partir da Revolução Industrial.

Quanto ao acesso à internet, as escolas do campo, em sua grande maioria têm internet, algumas têm laboratórios de tecnologia, telecentros (locais de acesso público gratuito às tecnologias da informação e da comunicação) que atendem à comunidade escolar e local. Em 2010, todas as escolas do campo receberam 05 computadores novos pelo Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), também através do MEC, as comunidades de Achado, Angical, Lagoa Nova, Queimada de Floriano, Meia Hora, Mocozeiro, Umbuzeiro, Fazenda

Algumas já contavam com outros computadores e assim ampliaram seus laboratórios e/ou telecentros. Assim, atendendo às necessidades e especificidades locais, passaram a atender às comunidades escolares e locais, garantindo a inclusão digital aos sujeitos do campo.

Neste sentido, muitos professores da rede municipal já têm certa experiência com o computador, pois a grande maioria passou pela graduação e pela pós-graduação em Currículo Escolar pela UFBA, cursos em que a utilização do computador é frequente, e há atividades voltadas também para a prática de sala de aula.

A formação continuada de todos os docentes da rede municipal vem sendo realizada desde 2003, numa parceria da UFBA com a prefeitura municipal. Atualmente os profissionais das escolas do campo são contemplados com o Programa Despertar por intermédio do SENAR. O programa oferece formação continuada e material didático voltado para os temas transversais, respaldados no PCN's. Esse material atende especificamente as demandas da educação ambiental. Mesmo assim, as oportunidades de atualização e aperfeiçoamento, não têm contribuído para o comprometimento dos profissionais com a transformação da realidade do campo.

A Secretaria de Educação Municipal dispõe de Coordenadores Técnicos que atendem às escolas do campo e conta com uma coordenadora técnica pedagógica especificamente para o campo, que busca atender à grande demanda do município com orientações pedagógicas e à realização de formações pontuais para os coordenadores.

Entretanto, no tocante às peculiaridades locais e regionais, pela falta de compreensão/conhecimento dos princípios históricos, antropológicos, pedagógicos, políticos, culturais e sociais que norteiam a proposta nacional de educação do campo, há lacunas muito grandes, embora os educadores/as da rede municipal de educação, tanto os do campo, quanto os que atuam na sede do município são quase todos efetivos ou concursados, e têm nível superior, porém a temática de educação do/no campo requer formação específica que possa dar conta da formação de educadores e educadoras com formação prática e epistemológica para bem atuar no campo.

Quanto às temáticas de Relações Étnicorraciais, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e as ações de combate ao preconceito, racismo e discriminação são tratadas ainda com timidez ou são, para a maioria, desconhecidas. Não há, nas propostas pedagógicas das escolas do campo, uma organização maior que contemple de forma satisfatória estas questões, embora os professores e professoras trabalhem com projetos, sequências didáticas e outras variáveis metodológicas, no sentido de considerar essas temáticas que são, ao mesmo tempo, de suma importância e obrigatórias de serem trabalhadas nas escolas.

Quanto à proposta curricular, não há uma própria para as escolas do campo. A que existe é a de toda a rede municipal, e esta não contempla as especificidades do Semiárido, nem das escolas, como também dos estudantes e educadores/as do campo. As questões sociais e culturais, de importante valor no processo educativo, pouco são consideradas nas propostas das escolas, da mesma forma que a questão da igualdade de gênero, por exemplo, que embora seja um dos pilares da educação do campo, não se encontra presente nos documentos da grande maioria das escolas, e nas que estão, não têm o lugar e tratamento político e didático-pedagógico que merecem. Contudo, vale ressaltar que uma proposta curricular está em fase de finalização para implantação, sendo esta resultado da Especialização em Currículo Escolar que contempla a educação do/no campo e que foi oferecida para os professores da rede municipal. Quanto à orientação sexual, as escolas realizam certas atividades com os alunos/as, no sentido de formá-los e informá-los sobre esta temática tão importante, até porque, a gravidez precoce ainda é um dos sérios problemas que atingem os adolescentes e jovens do campo.

Embora Irecê esteja localizado dentro do perímetro do Semiárido do Nordeste brasileiro, nas disciplinas da parte diversificada não há nenhuma voltada para esta realidade, existindo apenas Filosofia e, mesmo assim, esta não fora programada levando em consideração as características regionais e locais, pensando na economia e na cultura dos alunos/as, professores e toda a comunidade que vive no campo de Irecê.

Para atender às necessidades locais no que se referem aos períodos de produção agrícola, cultura local, etc, as escolas fazem uma adequação do calendário anual da rede municipal, noticiam e justificam-se com a Secretaria de Educação quando precisam fazer alterações. Embora haja uma compreensão da secretaria em atender às reivindicações das escolas do campo, quanto às questões locais, culturais, climáticas, dentre outras, não há uma grande diferenciação do calendário da rede.

Com os programas atuais do Governo Federal, como o programa Bolsa Família principalmente, as crianças do município que vivem no campo não trabalham na roça, mesmo porque a grande maioria das famílias, não têm a posse da terra, pois a concentração deste bem no município é alta. Não há informação de que existam escolas de assentamentos no município de Irecê, sendo apenas um acampamento (Faz. Três Marcos), localizado ao sudoeste, a 6 km da cidade.

As escolas do campo da rede municipal de Irecê, em sua maioria, são formadas por turmas

mistas e multisseriadas, o que difere da organização por ciclo. A multisseriação se dá devido ao esvaziamento do campo, pela ausência de políticas públicas de convivência com o Semiárido, que tem como uma das consequências, o número pequeno de alunos matriculados em cada ano escolar, assim, estas classes têm menor número de alunos que as classes regulares.

As escolas das comunidades do campo atendem aos segmentos de Ed. Infantil, Fundamental I, II e Educação de Jovens e Adultos. As escolas que possuem um número maior de alunos/as, contam com uma equipe gestora composta por um/a diretor/a e um coordenador pedagógico e demais funcionários/as de apoio, assim como as demais escolas da rede. As escolas que têm menor número de alunos/as, menos de 200, contam com um/a diretor/a que é nomeado/a pelo gestor público executivo.

A gestão é nucleada nas escolas menores e como todas as outras, o modelo é verticalizado. Acerca dessa nucleação, destacam-se como positivos a permanência da escola na comunidade e a garantia de que os alunos e alunas não “percam a identidade”, entretanto, muitos pais e educadores acham que a nucleação não é uma boa solução porque o diretor/a não se fixa na escola e as comunidades do campo sentem esta carência.

Com o novo plano de cargos e salários a nucleação se torna lei (Lei nº 894 de 31 de março de 2011) para as escolas do campo. Isso somente não acontecerá caso a escola aumente bastante seu número de alunos, uma vez que, no que se refere a este aspecto, conforme o informado anteriormente, as escolas do campo têm o mesmo tratamento. Esta é uma preocupação para os pais, mães e professores do campo, uma vez que essa igualdade pode contribuir ainda mais para o esvaziamento do campo. Nas escolas do campo podem existir turmas de EJA, desde que haja a demanda. Este segmento é ofertado pela secretaria municipal de educação.

Quanto ao acesso para as pessoas portadoras de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, há o acompanhamento mediado pela secretaria municipal de educação, (através da coordenação de educação especial), em que os alunos e alunas são encaminhados ao CERMULT para uma avaliação com especialistas, como também profissionais que atendem pela Secretaria de Saúde, numa parceria com a Secretaria de Educação para o acompanhamento dos alunos. Quanto à acessibilidade, as escolas não têm ainda a infraestrutura para atender aos padrões necessários, entretanto, os alunos com necessidades especiais são incluídos em salas regulares, como lhes garante a Lei 9394/96.

5.3- EDUCAÇÃO ESPECIAL

O atendimento educacional às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) passa a ser fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dentro do sistema geral de ensino. Além dessa integração, a Constituição Federal Brasileira (CFB) estabelece diretrizes para tratar a Educação Especial como modalidade de educação escolar obrigatória e gratuita, ofertada também em estabelecimentos públicos de ensino, de maneira a proporcionar aos alunos com deficiência os benefícios conferidos aos demais alunos e a integração das escolas, “sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino”.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Política Nacional de Educação Especial (1994) e, especificamente, a LDB 9394/96, que destina o Capítulo V (Artigos 58, 59 e 60) à Educação Especial, passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva, apontando novos caminhos para essa modalidade de ensino.

A partir de 2000 as crianças que apresentam algum tipo de deficiência e que estavam excluídas do ensino regular, passam a frequentar as escolas. Neste ano, também, passou a existir uma preocupação em estruturar o ambiente da escola no que se referem às instalações físicas, e assim foi promulgada a Lei Federal nº 10098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida.

A Educação Especial no município de Irecê vem sendo promovida sistematicamente nos diferentes níveis e modalidades de ensino, desde a Educação infantil, EJA e passando pelo Ensino Fundamental I e II. Na tabela abaixo, observa-se um crescente atendimento da Educação Especial nas escolas da rede municipal de ensino.

Tabela 29 - Números de alunos especiais atendidos nas escolas municipais de 2011 a 2014

Ano	Nº alunos
2011	209

2012	248
2013	279
2014	332

Fonte: INEP inep.gov.br/indicadoreseducacionais

Em Irecê, a ação que se refere à inclusão de estudantes com deficiência na rede municipal de ensino teve início em 2000, a partir da iniciativa de membros da Associação de Deficientes Visuais de Irecê e região (ADEVIR), ao lutarem por vagas e apoio pedagógico especializado em atendimento às crianças cegas matriculadas na referida rede de ensino, criando na Escola Municipal Marcionílio Rosa, a primeira Sala de Apoio da Pessoa com Deficiência Visual (Baixa Visão e Cegueira).

No ano de 2003, foi inaugurada a primeira Sala de Apoio da Pessoa com Surdez, na Escola Municipal Tenente Wilson, onde é trabalhado o Bilinguismo, tanto para os alunos matriculados, quanto às suas famílias e em orientação itinerante realizada pelas Professoras do AEE, tradutoras intérpretes de LIBRAS, nas escolas onde os estudantes surdos têm primeira matrícula, trabalho destinado a toda a comunidade escolar.

Em meados de 2004, surge no mesmo município a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), iniciando suas atividades com atendimento Psicopedagógico e Terapêutico Ocupacional, implantando em maio do mesmo ano a Escola Especial Prisma de Irecê, com oito alunos e uma professora voluntária. E a partir do ano de 2007, tentando seguir os passos na efetivação da Educação Inclusiva cria-se o Centro Especializado de Apoio Pedagógico (CEAPA) da APAE, composto por uma equipe multidisciplinar: Especialista em Educação Especial, Terapeuta Ocupacional, Psicopedagoga, Fisioterapeuta e Pedagogas, em parceria com as Escolas municipais em atendimento aos estudantes com Deficiência intelectual (leve, moderada e severa) em sua maioria e/ou física e TGD – transtornos globais do desenvolvimento, os quais tinham dupla matrícula (Escola Municipal e instituição) em ambos os espaços socioeducativos.

Tabela 30 - Matrículas da Educação Especial do Município de Irecê em 2014

	NÍVEL DE ENSINO					TOTAL
	Pré-Escola	Séries Iniciais do E. F.	Séries Finais do E. F.	EJA AI	EJA AF	
Cegueira	-	2	1	1	-	4

Baixa visão	-	14	4	5	-	23
Deficiência intelectual	18	106	61	29	2	216
Deficiência física	2	20	6	5	-	33
Deficiência auditiva	-	2	4	1	-	7
Deficiências múltiplas	1	10		1	-	12
Transtornos globais do desenvolvimento	10	20	5	-	2	37
T O T A L	31	174	81	42	4	332

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

A rede municipal de ensino oferece o atendimento a essas crianças que apresentam no ato da matrícula relatórios pedagógicos dos anos anteriores, além de laudos médicos que comprovem a condição de estudante com deficiência. Nos casos em que não apresentam laudo médico, mas, suspeita-se de alguma deficiência, a família é orientada a procurar encaminhamento médico apropriado, a saber: consulta com neurologista, terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo etc. Posteriormente ao fechamento do diagnóstico, estes alunos são atendidos (contraturno) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e /ou encaminhados para o CERMULT (Centro de Referência de Educação Inclusiva).

O município vem garantindo a efetivação da escola como espaço fundamental na valorização da diversidade e na garantia da cidadania, incentivando a matrícula de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). São oferecidos a formação de docentes e encontros pedagógicos abordando a temática da Educação Especial na perspectiva inclusiva, estes, com convite extensivo a toda a comunidade escolar.

Nas instituições filantrópicas esse atendimento se dá através do Centro Especializado de Apoio Pedagógico (CEAPA) da APAE – conforme Decreto nº 6571/2008 da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, atendimento implementado inicialmente através da adesão ao programa do MEC/SECADI, sendo estruturado a partir de 2007.

Constatou-se que a Rede Municipal necessitava de mais profissionais para atender à demanda de alunos com NEE (Deficiências e Dificuldades de Aprendizagem). Para tanto, fez-se necessário a sistematização de um Centro de Atendimento Educacional Especializado, com psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeuta ocupacional, psicólogo e fisioterapeuta, fim de se

promover uma rede de suporte geral aos alunos, consolidando a concepção genuína da educação inclusiva, ou seja, uma educação para todos.

Em meados de 2012, surge o projeto CERMULT, o qual neste período era intitulado NAE – Núcleo de Apoio Especializado, idealizado a partir da crescente demanda de estudantes que apresentavam características diversas, a citar Dificuldades de Aprendizagem, Deficiências, ambos sem laudo/diagnóstico médico e/ou questões de ordem emocional que também prejudicam no processo ensino-aprendizagem. Questões estas expostas com maior ênfase, após a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) da cidade de Irecê a partir do ano de 2009.

O CERMULT – Centro de Referência Multidisciplinar de Educação Inclusiva inaugurado em julho de 2014, trata-se de um grupo de trabalho, o qual almeja em sua plenitude a igualdade de oportunidades para todas as crianças e adolescentes com NEE – necessidades educativas especiais e/ou por alguma questão, seja de ordem cognitiva ou comportamental apresente dificuldades do processo de apropriação do conhecimento. Composto por profissionais que de forma interdisciplinar, articulam as áreas da Educação e Saúde com o propósito acima citado, referenciando o respeito a diversidade humana e a inclusão educacional de seu público alvo.

A Equipe técnico-pedagógica da Secretaria de Educação, Gestores Escolares, Professores de Artes e Educação Física da rede municipal e profissionais do CEAPA - APAE de IRECÊ, discutiram e debateram sobre duas questões fundamentais da educação: o direito a educação de qualidade para todos e a importância do projeto político pedagógico da escola, durante o II Encontro de educadores da rede municipal de Irecê (2009), com a temática: “A diversidade humana no espaço escolar”.

O encontro tinha como objetivo buscar contribuições, através do diálogo com sujeitos que fazem parte da rede municipal de educação, na elaboração do documento propositivo da educação especial na perspectiva inclusiva para o município de Irecê, um instrumento orientador, o qual tem como finalidade promover a inserção, o acesso e permanência dos estudantes com NEE no espaço escolar regular, a fim de que lhes sejam garantidas condições objetivas de darem continuidade aos seus estudos com qualidade.

Desta forma, focando que a essencial atenção às modificações necessárias neste contexto e o respeito à diversidade humana em suas especificidades lhes sejam assegurados, tanto na rede regular de ensino, quanto no trabalho complementar/suplementar das SRM – Salas de Recursos Multifuncionais em apoio aos alunos com NEE com 1ª (primeira) matrícula na Sala

Comum do ensino regular.

Os Professores que assumiram as SRM são graduados em cursos de Licenciatura em Educação e são qualificados em cursos de formação em exercício na área de Educação Especial. É garantida a participação da família e da comunidade nas discussões sobre Educação Especial nas instituições educativas da rede. São convidados para participarem dos encontros pedagógicos que discutem as questões referentes ao tema.

Embora existam parcerias com outras secretarias, urge uma melhor articulação e cooperação entre os setores da educação, saúde, assistência social e transporte, para viabilizar melhor atendimento aos estudantes com deficiências. Em relação à saúde, conta-se com marcação de atendimentos médicos com especialistas (ex: neurologista, oftalmologista, psicólogo, psiquiatra, exames laboratoriais, etc.). Há disponibilização de (02) carros para o transporte de 100 alunos com deficiência, os quais têm 2ª matrícula na SRM no contraturno à sala regular. Na Assistência Social contamos com a parceria com o programa BPC na escola (Benefício de Prestação Continuada) que beneficiem às pessoas com deficiência. Assim como também contamos, com a participação de membros da SME no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) já foi sinalizada a necessidade de se instituir o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, a fim de colaborar na garantia de direitos destes sujeitos.

No que diz respeito à oferta para a formação dos professores/as e demais profissionais desta área, seja ela inicial e/ou continuada, tem acontecido da seguinte forma: Formação em Deficiência Intelectual, 40h em 2009.

II Encontro de Educadores da Rede Municipal de Irecê, com a temática: “A Diversidade Humana no Espaço Escolar”. Objetivo: Discutir e debater sobre duas questões fundamentais da educação: O direito à educação de qualidade para todos e a importância do Projeto Político Pedagógico da Escola, 20h.

Em 2010, Curso: A inclusão dos alunos com deficiência visual e auditiva na escola inclusiva, 60h. Objetivo: Aprofundar o estudo sobre a Deficiência Visual (Baixa Visão e Cegueira) e a Deficiência Auditiva (Surdez, Introdução a LIBRAS e o Tradutor Intérprete de LIBRAS) voltado às modificações e adaptações necessárias na Sala de Aula e ao ambiente escolar, na perspectiva da inclusão de alunos com NEE – necessidades educativas especiais em Escolas da Rede Municipal de Irecê.

Seminário de Avaliação e encaminhamento de Propostas para a Educação Especial na perspectiva inclusiva, 10h. Objetivo: Avaliar as ações pensadas, socializar experiências exitosas, além de levantar novas proposições para o funcionamento da Educação Especial em nível de rede municipal.

Em 2011, Curso: Sala de recursos: contribuições acerca da inclusão dos alunos com NEE, 30h. Objetivo: Articular ações entre os Profissionais da Sala Regular e de Recursos Multifuncionais à luz da Educação Inclusiva, objetivando promover uma discussão sobre os diferentes aspectos que permeiam o processo de ensino-aprendizagem do aluno com NEE.

Em 2014 e 2015 realização da I e II Parada da Educação Especial, instituída no calendário da rede municipal de Educação o dia de mobilização, uma caminhada pelas principais ruas da cidade com a participação de professores, alunos, pais e a comunidade em geral e teve como objetivo fortalecer a Educação Especial em nosso município e valorização da diversidade, buscando apoio da sociedade Ireceense

Não há intérpretes de LIBRAS nas salas regulares, apesar da carência. Contudo, já foi instituído no Plano de Carreira do município a necessidade destes profissionais da Educação. Neste sentido, faz-se necessária a seleção pública para inserção destes profissionais na rede educacional.

Há Instrutores/Professores/Intérpretes de LIBRAS locados na Sala de Apoio da Pessoa com Surdez na Escola Municipal Tenente Wilson, que realizam um trabalho de atendimento educacional especializado (AEE).

A partir de 2010, algumas escolas, mesmo as que não se constatou matrícula de estudantes com NEE, foram adequadas com rampas, sendo muitas destas construídas sem planejamento, totalmente inadequadas para o atendimento desses alunos, como também aconteceu com alguns banheiros e alargamento de portas adaptadas.

As escolas que estão vinculadas ao programa Sala de Recursos Multifuncionais (MEC/SECADI) recebem recursos deste, que variam de R\$ 14.000,00 a R\$ 18.000,00 para serem gastos através de plano de ação nas seguintes situações: construção (mão de obra, compra de material), material pedagógico (reglete, sorobã, lupas, jogos educativos, etc), material permanente (cadeiras de rodas, bengala, etc).

Há distribuição de livros em Braille doados pelo MEC/SECADI, através do programa Livro

Acessível, para as escolas com matrícula de alunos com deficiência visual e/ou são distribuídos pela biblioteca local Hermenito Dourado, a qual também tem exemplares, CD's e DVD's com a temática da educação inclusiva à disposição tanto dos professores quanto da população. Os mobiliários são garantidos pelo próprio programa SRM, nestes espaços, porém, quando a sala regular necessita de uma prancha que se adapte/acople à cadeira de rodas de um aluno com deficiências física/múltiplas, por exemplo, esta é comprada com recursos da própria escola.

O currículo, os métodos, as técnicas, os recursos educativos e a organização do trabalho pedagógico das escolas contemplam as especificidades dos alunos com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e altas habilidades, sendo o documento propositivo da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva para o Município de Irecê-BA, um instrumento orientador. Tem como finalidade e objetivo orientar as questões pedagógicas e de estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação, Assim, foram realizados momentos de formação para estruturação, apreciação e apresentação da proposta, e independentemente desta ação, são realizadas visitas às escolas para orientar a equipe pedagógica nas suas particularidades.

5.4 EDUCAÇÃO INTEGRAL

O município de Irecê até o ano de 2011 não apresentava nenhuma iniciativa de implementação da educação integral nas unidades escolares. Tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei ° 9394/96) preconiza a oferta progressiva de Educação Integral a critério dos sistemas de ensino, iniciou-se muito timidamente com adesão do Programa do Governo Federal – Mais Educação.

O Programa Mais Educação é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. A proposta é de ampliar a jornada escolar de 4 horas diárias para no mínimo 7 horas e 35 horas semanais.

Possibilitando aos alunos atividades diferenciadas organizadas nos macro campos: Acompanhamento Pedagógico; Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Esporte e Lazer; Educação em Direitos Humanos; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Cultura Digital; Prevenção e Promoção da Saúde; Comunicação e uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica/Economia Criativa.

Evolução da adesão das escolas ao Mais Educação no município de Irecê

Ano	Nº de Alunos Inscritos	Nº de Escolas	Percentual de Escolas
2011	318	04	12,12%
2012	1.053	11	33,33%
2013	2.476	22	66,66%
2014	4.529	22	66,66%

Por ser a primeira iniciativa do município em implantar a educação integral, as escolas encontraram algumas dificuldades, como: a falta de espaço físico a contento para a realização das atividades, adequação da proposta ao currículo escolar, reorganização do transporte para alunos que residem em distritos diferentes de onde estudam, ajustes na organização do trabalho dos funcionários de apoio e da alimentação escolar, profissionais sem formação específica para atuarem com as atividades, dentre outras.

Mesmo com todas as dificuldades que se apresentaram, as atividades do programa aconteceram de maneira satisfatória e alguns resultados já são visíveis, quanto ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem dos alunos, na sociabilidade e conservação do espaço escolar. Neste ano de 2015, algumas dificuldades foram sanadas, a exemplo da seleção de monitores e/ou oficinairos especializados conforme as oficinas selecionadas e algumas escolas se adequaram quanto à disponibilidade de espaços/números de estudantes beneficiados.

6- TRANSVERSALIDADE

6.1. EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS

A educação no município, assim como nos demais cantos do país, vive uma realidade que, embora com avanços, ainda é bastante carente de qualidade, pois o direito de aprender não vigora para todas as crianças e adolescentes, jovens e adultos /as que ingressam na escola. No que concerne ao aspecto racial, isso se expressa de forma ainda mais intensa. Segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana,

estudos realizados no campo das relações raciais e educação explicitam em suas séries históricas que a população afrodescendente está entre aquelas que mais enfrentam cotidianamente as diferentes facetas do preconceito, do racismo e da discriminação que marcam, nem sempre silenciosamente, a sociedade brasileira [...] Há evidências de que processos discriminatórios operam nos sistemas de ensino, penalizando crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, levando-os à evasão e ao fracasso.

Sabe-se que a universalização do direito a aprender, correlaciona-se com o pertencimento étnico-racial, com a assunção da identidade e de valores e práticas humanísticas. Nesse sentido, o Plano Municipal de Educação visa dar concretude às políticas educacionais de humanização dos espaços educativos, de superação dos preconceitos, discriminações, de uma ampla e consistente formação docente e discente, da reformulação dos currículos das redes públicas, particulares, dos Projetos Políticos pedagógicos e regimentos internos das escolas das mencionadas redes. Também visa a Ampliação e ressignificação/substituição dos materiais didáticos, da valorização da História da África e dos Africanos e Indígenas, da luta

6.2 - EDUCAÇÃO, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Os temas transversais - Saúde, Meio Ambiente, Ética, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural, concebidos como um conjunto de conteúdos educativos comuns a todas as disciplinas, foram instituídos através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a partir dos anos 90. A função dos PCNs era subsidiar os professores e professoras no ensino das áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física, bem como garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional.

Na Rede Municipal de Irecê, esses temas foram implementados entre o final desta década e o início da outra (2000). Assim, em conformidade com a proposta do MEC, principalmente no que se referia à construção de uma base nacional comum, a secretaria buscou, paulatinamente, implementar os referidos documentos. Porém, devido à forma inconsistente, pontual e limitada, especialmente no processo de formação, bem como a falta de articulação com as especificidades das escolas, os objetivos de tais temas não foram concretizados na sua plenitude.

Atualmente, após uma trajetória de 14 anos, percebem-se que os conteúdos e as formas destes

temas, transversalizados nas disciplinas, não correspondem mais às necessidades da educação ireceente, pois nas instituições municipais de ensino, gestos de preconceitos e discriminações ainda permeiam suas realidades, principalmente no que se referem à raça e gênero, com implicações negativas nos resultados escolares e na vida de crianças, adolescentes e jovens.

Além disso, foram emergindo do contexto político-sociocultural, outras temáticas que têm relevância no processo educacional, como a igualdade de gênero, de raça e mais recentemente, a cultura que tanto transversaliza como é transversalizada nas demais áreas.

Com vistas a tornar as escolas elementos que têm importante papel a cumprir no processo de humanização e de desenvolvimento do município e, por conseguinte, do Território de Identidade de Irecê, a Secretaria Municipal de Educação vem desenvolvendo algumas ações nessa perspectiva, como: instituição de um departamento de cultura a partir de 2009 e a coordenação de educação Ambiental. No entanto, acerca das questões de gênero homossexual (referentes a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) e étnicoraciais, o município pouco tem feito para superar as desigualdades de gênero e raça, exceto a realização de um curso pontual sobre a implementação da Lei 10.649 que institui a obrigatoriedade do ensino da História Africana e Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas e apoio a um seminário sobre o combate a homofobia na escola, seguido de distribuição de material (in)formativo.

Contudo, sabe-se que esses temas e ações suscitados no presente, assim como os outros propostos pelo MEC e implementados fielmente no município na década passada, não terão aderência nos processos educativos sem que haja políticas públicas específicas para a formação adequada dos educadores/educadoras, material didático e paradidático, além da realização de ações pontuais e permanentes. Reconhecendo a importância dos temas transversais contextualizados nos processos educativos a Secretaria de Educação os inclui no plano decenal de educação.

6.3 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O município de Irecê, entre os 20 que compõem o Território de Identidade é o que apresenta o maior passivo ambiental. Da sua flora restam, aproximadamente, 4% e da fauna, o número é inferior a isto. Os solos, segundo estudo da UFBA (2006), estão compactados e com alto grau de contaminação causada pelos agrotóxicos, contribuindo, inclusive, para que o território ocupe o 1º lugar no *ranking* do consumo de veneno, na Bahia. O lixo é outro problema sério

que o município enfrenta. Devido às práticas consumistas, tanto da população local quanto da flutuante, a produção de resíduo estimada ultrapassa a média de 2kg por pessoa. Além disso, as poluições sonora e visual compõem a lista dos problemas ambientais que implicam na qualidade de vida neste município.

Destarte, apesar das graves agressões praticadas contra os recursos naturais e culturais, ainda existem bens cuja preservação é imprescindível para a sobrevivência das populações urbanas, rurais e para a memória histórica do município. Entre esses bens, encontram-se pequenas “manchas” de caatinga onde se “refugiam” espécies nativas de árvores e animais, bem como tocas, caldeirões, lajedos e lagoas onde era captada a água doce das chuvas (Faz. Nova, Umbuzeiro, Itapicuru e Lagoa Nova). Vale ressaltar que, embora tenham sido fontes de sobrevivência dos povos do campo, a maioria desses bens está abandonada, em face da aculturação.

Na perspectiva de envolver as escolas na luta pela superação dos problemas acima descritos, a Secretaria Municipal de Educação de Irecê vem buscando desenvolver um trabalho organizado através da assessoria técnica, a qual desenvolve encontros de formação, distribuição de materiais, etc e promove parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e com as escolas.

Contudo, pouca coisa foi alterada na realidade educacional, no que concerne à mudança de hábitos e reconfiguração do espaço escolar. Realidade esta que requer formação mais consistente dos educadores e educadoras; inclusão da temática no currículo, nos PPPs e planos de trabalho (das escolas); ampliação, aquisição e elaboração de materiais específicos, ações individuais e integradas, pontuais e permanentes com outras secretarias e órgãos, tendo por base a Lei de Educação Ambiental da Bahia Nº 12.056/2011.

7. GESTÃO DA EDUCAÇÃO

7.1- ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL / ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

A educação em Irecê é atendida nas esferas municipal, estadual, federal e privada. A LDB, na seção IV da Organização da Educação Nacional, art. 8 a 12, estabelece a organização e gestão da educação nacional, em que ao município compete o oferecimento de vagas e atendimento das demandas na Educação Infantil e Ensino Fundamental, mas o Estado ainda oferece o

Ensino Fundamental nos Anos Finais e com prioridade o Ensino Médio e profissionalizante; também há em Irecê o Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT) da Universidade do Estado da Bahia. A união, com a instalação do Instituto Federal da Bahia (IFBA) em Irecê, tem oferecido cursos técnico-profissionalizantes em nível médio e posteriormente em nível superior.

Ao apresentar o atendimento da educação nas esferas municipal, estadual, federal e privada objetiva-se delinear a estrutura da gestão na educação no município. O IFBA e a UNEB, mesmo que mantidas pela união e estado, têm gestão independente em função da autonomia das instituições de ensino superior. A gestão das escolas estaduais tem sua centralidade na Núcleo Regional de Educação (NRE) e as escolas municipais têm sua gestão centrada na Secretaria Municipal de Educação.

Considerando a tabela 30, a qual apresenta o número de escolas por etapa de ensino na Rede Estadual, enquanto nos anos de 2007 a 2015 há na rede estadual 03 escolas que atendem ao ensino médio e 01 escola que atende o curso profissionalizantes. Hoje, com a municipalização das escolas estaduais Antônio Carlos Magalhães e Joel Americano Lopes, há, no estado, o oferecimento do ensino fundamental na Escola Luiz Viana Filho, segundo informações da NRE.

Tabela 31 - Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Estadual em Irecê

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2011	0	0	0	0	-	-	03	-	03
2012	0	0	0	0	-	-	03	-	03
2013	0	0	0	0	-	-	04	-	04
2014	0	0	0	0	-	-	04	-	04

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>

A Educação do Município de Irecê instituiu-se como Sistema Municipal de Ensino pela Lei 686 em dezembro de 2002. Esta mesma lei cria o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (antigo Fundef) e o respectivo Conselho de Acompanhamento e controle social, estabelecendo a sua estrutura, órgãos, conselhos com respectivas composições e competências, os quais,

integradamente, constituem-se na instituição pública responsável pela execução dos programas e ações correlacionadas com a educação, compreendendo, com absoluta prioridade, os segmentos:

- Educação Infantil, destinada às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, em creches e pré-escolas;
- Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, organizados em ciclos, estabelecido pela portaria nº 686/2002 da Secretaria Municipal de Educação.

Os Conselhos que atuam na Educação Municipal, Conselho Municipal de Educação, Conselho do Fundeb e Alimentação Escolar vêm cumprindo o seu papel no controle social. O trabalho é voluntário, o que viabiliza a idoneidade do controle social da gestão pública democrática.

O Conselho Municipal de Educação é um órgão normativo, consultivo e fiscalizador do Sistema Municipal de Ensino, sendo que as deliberações do conselho se farão na forma de pareceres e resoluções, com eficácia sobre os estabelecimentos de ensino no âmbito de sua jurisdição e competência.

Já o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb é um colegiado que atua nas esferas municipal, estadual e federal, tendo como função principal acompanhar e controlar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo. O conselho deve ser independente na realização de sua ação, pois não é uma unidade administrativa do governo. Porém, deve agir harmonicamente com os órgãos da administração pública local.

O Poder Executivo deve oferecer aos conselhos o necessário apoio material e logístico – disponibilizando, se necessário, local para reuniões, meio de transporte, materiais, equipamentos etc. – de forma a assegurar a realização periódica das reuniões de trabalho, garantindo condições para que o colegiado desempenhe suas atividades e exerça efetivamente suas funções.

Entre as atribuições dos conselhos do Fundeb, estão:

- Acompanhar e controlar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb.

- Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação.
- Supervisionar a realização do censo escolar anual.
- Instruir, com parecer, as prestações de contas a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas. O parecer deve ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 dias, antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas ao Tribunal; e,
- Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento e análise da prestação de contas desses programas, encaminhando ao FNDE o demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira, acompanhado de parecer conclusivo, e notificar o órgão executor dos programas e o FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos.

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb no município é composto por nove membros, sendo:

1. 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente.
2. 1 (um) representante dos professores da educação básica pública.
3. 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas.
4. 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas.
5. 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública.
6. 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo um deles indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

O município de Irecê atende aos segmentos de Educação Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, além de oferecer curso de graduação em parceria com a UFBA para 57 professores/as da rede municipal, como também mantém os Polos da Universidade Aberta do Brasil e do Prolicen-Mus.

A Rede Municipal de ensino é composta por 38 escolas, sendo 23 localizadas na zona urbana (com quatro conveniadas) e 15 na zona rural (uma conveniada). Das 38 escolas, 4 são de porte grande, com mais de 700 alunos, 14 de médio porte, e demais de pequeno porte.

Os profissionais da Educação do município são regidos pelo plano de cargos e carreira e estatuto do magistério desde 2006, atualizados e aprovados pela Lei nº 894 e Lei nº 895 de 31 de março de 2011. A elaboração foi feita com a comissão paritária, sindicato APLB, representante do poder executivo e aprovação em plenária pelos profissionais da educação do município.

O novo plano apresenta alteração no acesso ao cargo de coordenador pedagógico (através de concurso público), direção e vice-direção (eleição direta), criação dos cargos de Intérprete de Libras, Nutricionista Escolar, Motorista Escolar, Auxiliar de Alimentação Escolar, Auxiliar de Infraestrutura Escolar, Psicólogo Escolar e Atendente de Classe. O plano de carreira vem gradativamente sendo posto em prática, obedecendo criteriosamente a todos os prazos estabelecidos para sua regulamentação. Em 2011, pela primeira vez na história da Educação de Irecê, houve o enquadramento de 19 educadores, avançando no início de 2012 para 32, e em 2015 mais 20 professores e 1 coordenadora pedagógica.

O município de Irecê tem a maior parte de sua população vivendo na zona urbana e apresenta uma área territorial pequena, com fácil acesso à zona rural, estradas em boas condições, facilitando o tráfego dos meios de transporte. Os alunos residentes na zona rural e que estudam na cidade são transportados gratuitamente, também o município oferece transporte dentro do perímetro urbano para aqueles alunos que estudam afastados de suas residências.

Tabela 32 - Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Estadual em Irecê

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2011	0	0	0	01	-	01	04	-	04

2012	0	0	0	01	-	01	04	-	04
2013	0	0	0	00	-	00	04	-	04
2013	0	0	0	00	-	00	04	-	04

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>

Tabela 33 - Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Municipal em Irecê

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2011	08	12	20	12	13	25	-	-	0
2013	08	11	19	13	14	27	-	-	0
2014	08	11	19	13	12	25	-	-	0

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>

Tabela 34 - Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Irecê, por dependência administrativa e níveis de ensino.

Níveis de ensino	Dependência administrativa					
	Estadual		Municipal		Particular	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Ed. Infantil – Creche	-	-	04	05	-	-
Ed. Infantil – Pré-escola	-	-	17	17	-	-
Ensino Fundamental Anos Iniciais	-	-	23	23	-	-
Ensino Fundamental Anos Finais	-	-	05	05	09	09
Ensino Médio	03	03	-	-	08	08
Total	03	03	49	50	17	17

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/SecretariaMunicipaldeEducação>

7.2- APOIO AO EDUCANDO

A Secretaria de Educação do município atua em parceria com os governos federal e estadual na garantia da qualidade do atendimento aos educandos da rede municipal. O Ministério da Educação (MEC)/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apresenta

iniciativas de apoio à Educação Infantil com a participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), na Formação de Professores de Educação Infantil, Programa Dinheiro Direto na Escola, desde 2010 e no Programa Pró-infância que vem garantindo a construção de creches para atender à demanda da Rede Municipal.

Todas as escolas municipais que atendem ao Ensino Fundamental e à Educação de Jovens e Adultos são atendidas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Nos anos que acontecem as escolhas dos livros são realizadas reuniões com as equipes gestoras das escolas e coordenadores técnicos da Secretaria de Educação para estudo dos manuais, e eventuais dúvidas sobre o PNLD, ficando claro para as escolas que todas têm autonomia no processo de escolha dos livros, e que a intervenção da Equipe da Secretaria é no sentido de atentar pela qualidade do material escrito e sua adequação à realidade escolar do município, assim como para o cumprimento do prazo estabelecido pelo FNDE, garantindo o direito de escolha das unidades escolares. As escolas têm muita preocupação em relação ao zelo e às devoluções dos livros didáticos ao final de cada ano letivo. Todas utilizam do termo de compromisso assinado pelos responsáveis dos alunos/as no ato da entrega dos livros.

Com relação à alimentação escolar oferecida aos alunos das escolas municipais, vem melhorando a cada ano, atendendo aos valores nutricionais de que elas necessitam. Há mais de dez anos o cardápio é feito por nutricionistas. Atualmente, temos uma nutricionista efetiva exclusiva para a demanda da Educação, além da confecção de cardápio, fornecem também toda orientação às merendeiras das escolas. Desde 2013 há uma forte articulação da Secretaria de Educação com a Secretaria de Agricultura, o que vem facilitando o cumprimento das Leis nº 11346/2006 e 11947/2009 que tratam respectivamente do fortalecimento a agricultura familiar de base agroecológica local, conforme as leis de segurança alimentar e nutricional e de alimentação escolar.

As unidades escolares têm locais para armazenamentos e refrigeração dos itens alimentícios. A quantidade da alimentação escolar distribuída é proporcional ao número de alunos de cada unidade escolar e o cardápio é o mesmo para a zona urbana e a zona rural.

Os alunos/as da rede municipal de ensino, assim como a população têm assistência médica através dos Postos da Saúde Familiar (PSF) dos seus bairros e quando as escolas apresentam

casos de crianças com problemas sérios de saúde e as famílias não conseguem atendimento, a Secretaria de Educação, na medida do possível, faz os encaminhamentos junto à Secretaria de Saúde. Irecê tem se destacado como referência no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, em 2014 com a abertura do Centro de Referência Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva intensificou esse atendimento que já era feito pela APAE e nas salas de recursos montadas em algumas escolas urbanas e rurais.

Há atualmente um número de 15 salas de recursos nas seguintes Escolas: Escola Municipal de Irecê Odete Nunes Dourado, Escola Paraíso, Escola Luiz Viana Filho, Escola José Francisco Nunes, Escola Nossa Senhora Aparecida, Escola Sinésia Caldeira Bela, Escola Marcionílio Rosa, Escola Tenente Wilson, Escola Irene Garofani, Escola Parque Ineny Nunes Dourado, Escola Joel Americano Lopes, Escola Municipal de Angical, Escola Municipal Nossa Infância, Escola Padre Cícero e Escola Duque de Caxias. Essas salas atendem a alunos com deficiência, no turno oposto da sala comum do Ensino Regular e funcionam como núcleos de atendimento tanto dos seus alunos, quanto para atender às Escolas circunvizinhas da Rede Municipal, que ainda não possuem Salas de Recursos Multifuncionais.

As instituições escolares, em parceria com a Secretaria de Saúde desenvolvem o projeto Escolas Promotoras de Saúde, com o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), que atende às crianças e adolescentes em situação de risco (HIV), tendo como objetivo a prevenção. O trabalho é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, composta por Psicólogos, Nutricionistas, Farmacêuticos, Educadores e Enfermeiros, que vão até a escola e realizam palestras, campanhas e acompanhamento de alunos com alguma necessidade especial.

Para melhor atender aos alunos do campo que estudam na zona urbana em relação ao transporte escolar, a Secretaria de Educação tem um diretor de divisão que responde por este segmento, em 2013 o município recebeu 4 ônibus e em 2014 mais 4 através da parceria com o Governo Federal, Programa Caminhos da Escola, e mais transporte conveniados atendendo um total de 19 rotas.

No tocante à leitura, há uma iniciativa da Secretaria de Educação que orienta todas as escolas da rede a terem um projeto de leitura com ações que promovam e incentivem a leitura desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental II, inclusive o município instituiu o Dia Municipal da Leitura em Irecê (Decreto-Lei nº 901/2011), considerando que, para o incentivo,

faz-se necessário o investimento no acesso aos livros, através da construção de bibliotecas e aquisição de acervo adequado às faixas etárias nas escolas.

O Município de Irecê, foi contemplado com uma parceria com o Instituto Brasil Solidário (IBS), uma entidade social sem fins lucrativos, não governamental, a qual organiza em cidades brasileiras o “Programa de Desenvolvimento Sustentável: Amigos do Planeta na Escola” e vem contribuindo significativamente com a nossa Rede de Ensino.

Duas Escolas inicialmente foram contempladas com benefícios para os alunos: as Escolas Municipais Luiz Viana Filho (1ª etapa) e a Escola José Francisco Nunes (2ª etapa), as quais já estão recebendo (1ª etapa) na área de saúde (odontologia), educação, meio ambiente, inclusão digital e cultural (diversos projetos), a exemplo da implantação de rádio e biblioteca, como também uma despoldadeira de frutas, que possa servir à comunidade em que está inserida, a pedido da Gestão da Escola José Francisco Nunes, localizada no povoado de Itapicuru.

7.3- ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

O município de Irecê está em fase de elaboração de uma nova proposta curricular para a Rede Municipal, através do convênio com a UFBA, já que existe um currículo, elaborado em dezembro de 2000, há mais de uma década, para a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Este documento encontra-se desatualizado, já não atendendo mais a demanda educacional da Rede Municipal. Diante dessa situação, a Secretaria de Educação Municipal oportunizou uma especialização em Currículo Escolar, em convênio com a UFBA finalizada em 2011, cujo trabalho de conclusão foi a revisão do currículo escolar existente e a elaboração do currículo dos anos finais do ensino fundamental.

A especialização em Currículo Escolar foi aberta para todos os professores graduados e efetivos da Rede Municipal, sendo que 63 cursistas finalizaram-na. A proposta foi apresentada a uma banca examinadora e o município conta, atualmente, com uma comissão composta por cursistas, professores do curso, técnicos da Secretaria de Educação, Doutores, Mestres e Especialistas em currículo para os ajustes finais do documento. A proposta curricular é organizada em Ciclos de Formação Humana. Durante todo o processo de elaboração, o coletivo das escolas foi convidado a participar, das várias oficinas, seminários. A Jornada Pedagógica da Rede Municipal realizada em 2013, também trouxe a temática de currículo para ser discutida em toda a Rede.

Quase todas as Escolas Municipais têm seu Projeto Político Pedagógico, encontrando-se, a

sua maioria, em trajetória de revisão a cada ano. A Equipe Técnica da Secretaria vem assessorando as equipes gestoras das escolas na construção, elaboração e revisão dos seus PPP, realizando oficinas, seminários e visitas pontuais em cada escola.

O quadro de profissionais da educação do município é composto de Diretores, Vices, e Coordenadores Pedagógicos em todas as unidades escolares, além de coordenadores técnicos para cada segmento oferecido pelo município, quais sejam:

2 Coordenadores dos anos iniciais do Ensino fundamental

01 Coordenador dos anos finais do Ensino Fundamental

01 Coordenador de Educação Infantil

01 Coordenador do/no Campo

01 Coordenador de Educação Especial

8- VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A discussão sobre a formação docente é antiga e, ao mesmo tempo, atual. Antiga, pois em toda a nossa história da Educação tem sido questionada a maneira como são formados os nossos professores; atual porque, nos últimos anos, a formação do professor tem se apresentado como ponto modal das reflexões sobre qualidade de ensino; atual, ainda, por seu significado de ampliação do universo cultural e científico daquele que ensina, dadas as necessidades e exigências culturais e tecnológicas da sociedade. Nesse sentido, a LDB nº 9394/96 favorece grandes avanços, porque seguindo também progressos notáveis nas teorias e práticas da aprendizagem, trata o professor como eixo central da qualidade da educação.

O município de Irecê iniciou o processo de formação docente tardiamente, no ano de 1997, com a contribuição da AVANTE – Avante Qualidade Educação e Vida – ONG, que tem como propósito realizar ações com vistas ao desenvolvimento e inserção social de diversos segmentos, por meio da qualificação de processos educacionais. Em Irecê, a AVANTE trabalhou com formação de professores, com o projeto “Todos pela Educação do Município” – Um Programa de Formação Continuada de Professores e de Assessoramento à Gestão da Educação em Irecê, o qual funcionou em salas piloto de duas escolas da rede.

A formação docente é um ponto relevante para garantir ensino de qualidade aos educandos.

Neste sentido, os programas de formação realizados na rede têm contribuído para atender a esta demanda de formação inicial e continuada, como por exemplo: Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), PRÓ-LETRAMENTO¹⁵, Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), assegurando a oferta de cursos de graduação, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a PLATAFORMA FREIRE¹⁶, bem como de pós-graduação.

Segundo Pedro Demo (1997), embora a valorização do profissional de educação conste, desde sempre, das leis e nunca tenha sido cumprida, com a LDB nº 9394/96 aconteceram alguns direcionamentos voltados tanto para a melhoria da formação como para o “aperfeiçoamento profissional continuado” (Art. 67, II); inclui-se, nisso, o aprimoramento profissional como parte da profissão. Essa perspectiva vem ainda mais reforçada a seguir, quando se estabelece “período reservado a estudos, planejamento e avaliação”, incluído na carga horária de trabalho (Art. 67, II). Importante iniciativa é também a inclusão da Progressão Funcional, baseada na titulação ou na habilitação e na avaliação de desempenho.

Atualmente a Rede Municipal de Ensino é formada por 495 professores efetivos, 58 professores contratados, 24 contratos de REDA, sendo que 28 estão nomeados para cargos de direção e vice-direção e 40 coordenadores efetivos. Este número poderá sofrer alterações mediante a oferta de concurso público ou enquadramento funcional, segundo o Plano de Carreira, Cargos, Funções. Públicas e Remuneração dos servidores integrantes da carreira.

A Rede Municipal de Ensino dispõe de Plano de Carreira e Remuneração e Estatuto dos Servidores do Magistério Público de Irecê desde 2006, leis nº 740/2006 e 741/2006. Estas leis, entre outros direitos, garantem o crescimento profissional, como o aperfeiçoamento profissional continuado e a Progressão Funcional baseada na titulação e na avaliação de desempenho. Na lei de 2006, muitos direitos não foram regulamentados e efetivados, a exemplo do enquadramento e a concessão de licença prêmio.

Vale salientar que estas leis foram revogadas em 31 de março de 2011, visto que o Plano de

15

É um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental.

16

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica é resultado da ação conjunta do Ministério da Educação (MEC), de Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) e das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, no âmbito do PDE - Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Carreira e o Estatuto do Magistério passaram por um processo de revisão, feita por uma comissão paritária – Prefeitura Municipal e APLB Sindicato, no sentido de assegurar a efetiva valorização dos profissionais de educação. Ao serem revogadas, entram em vigor as leis nº 894 de 31 de março de 2011 – Plano de Carreira e Remuneração e nº 895 de 31 de março de 2011 – Estatuto do Magistério Público de Irecê, retroagindo seus efeitos legais a partir de 03 de janeiro de 2011.

Ressalta-se, ainda, que revisando estes documentos, ampliam-se as Categorias Funcionais. Além dos profissionais que exercem atividades de docência e atividades de Suporte Técnico, fazem parte também os Técnicos de Nível Superior em áreas afins, Apoio Administrativo e Infraestrutura Escolar.

As leis nºs 894 e 895 de 31 de março de 2011 apresentam cargo de Coordenador Pedagógico, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de suporte pedagógico direto à docência, planejamento, coordenação e orientação educacional. A forma de ingresso para este cargo é através de Concurso Público, com a exigência de formação Superior em curso de graduação em Pedagogia, com experiência comprovada de dois anos em atividade de docência (Art. 15 § 3º do Estatuto do Magistério Público do Município de Irecê).

Além dos professores e coordenadores pedagógicos, os profissionais que dão apoio administrativo e de infraestrutura também devem ser valorizados e qualificados, pois a ação pedagógica não é uma atividade isolada, mas fruto de uma interação que envolve todo o contexto escolar.

No sentido de atender às exigências da nova LDB 9394/96, de que no prazo de 10 anos os professores do Ensino Fundamental – séries iniciais, deveriam ter Licenciatura em Pedagogia, a Prefeitura Municipal de Irecê e Secretaria de Educação aderiram ao Programa de Formação Continuada de Professores, através do projeto UFBA/IRECÊ, com o Curso de Licenciatura em Pedagogia – Ensino Fundamental/ Séries Iniciais. A primeira turma iniciou em 2004 e formou 136 professores. A segunda turma iniciou em 2009, com conclusão no primeiro semestre de 2012 e mais 56 professores foram Licenciados em Pedagogia.

Tabela 35 - Funções por Localização e Formação – Rede Municipal em 2013

Nível	Funções Docentes					
	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total

Professores		109			438		126		818	1.461
Coordenadores		12			28		03		25	68

Fonte: Secretaria de Educação do Município: Censo 2014 e o PAR (Plano de Ações Articuladas)

A Secretaria de Educação, além das formações já citadas, está sempre promovendo a formação continuada dos professores através de cursos e eventos. Estas formações foram ampliadas com a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR), o que possibilitou a participação dos professores em cursos que atendem à demanda atual nas áreas de Educação Especial, Educação no/do Campo, Gestão e cursos que contribuem para a efetivação das Leis 10639 /11645. Outra ação importante do PAR, através da Plataforma Freire (MEC/SEC. DE EDUCAÇÃO DO ESTADO), foi o oferecimento de licenciatura nas disciplinas específicas, pois se percebia que os pedagogos que ministravam aulas para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) apresentavam dificuldades no domínio do conteúdo das disciplinas específicas.

Tabela 37 - Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2015.

Cargos	Nº	Nível de Escolaridade			
		Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Ens. Superior Incompleto
Merendeira	66	11	07	56	04
Vigilante	61	07	09	54	01
Aux. Serv. Gerais	120	32	53	70	01
Secretário Escolar	21	-	-	21	-
Porteiro	0	-	-	-	-
Auxiliar de Disciplina	60	07	08	58	02

Fonte: Secretaria de Educação do município e Prefeitura Municipal

Analisando a tabela nº 37, percebe-se um avanço quantitativo em relação ao número de servidores com ensino médio completo, no entanto, é necessária evolução qualitativa destes no desempenho das suas funções. Neste sentido, a Secretaria de Educação vem planejando momentos de formação para merendeiras e auxiliares de disciplina. Através do PAR/MEC, a Secretaria de Educação fez a adesão ao Pró-funcionário, que é um curso a distância, visando a formação em nível médio dos funcionários da escola que estão em efetivo exercício, em uma habilitação compatível com a atividade exercida na unidade educacional.

Tabela 38 - Profissionais em educação, por situação funcional na Rede municipal em 2015.

Cargos	Nº Total	Situação Funcional				
		Servidor Público	Concursado Estatutário	Contrato Temporário/ REDA	Terceirizado	Nomeado
Merendeira	71		66	05	-	-
Vigilante	68		61	07	-	-
Aux. Serv. Gerais	132		120	12	-	-
Secretário Escolar	19		-	19	-	
Porteiro	0		-	-	-	-
Aux. de Disciplina	60		-	60	-	

Fonte: Secretaria de Educação do município e Prefeitura Municipal

A Secretaria de Educação apresenta um quadro de pessoal de apoio com cerca de 90% de servidores efetivos, atendendo suficientemente à demanda das escolas, conforme tabela nº 38.

Os servidores nomeados (Secretário Escolar e Inspetor de Disciplina) fazem parte da Estrutura Administrativa e do Quadro de Cargos em Comissão do Município de Irecê (Projeto de Lei Complementar nº 25, de 17 de novembro de 2008). O desempenho destes funcionários é avaliado periodicamente pela equipe de gestão da escola.

9 - RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

TABELA 39	Outras Receitas com Setor Educacional do Município de Irecê, administradas pela Prefeitura					
	Ano	Alimentação Escolar	Transporte Escolar	Convênios	Outras Receitas	TOTAL
	2007	321.472,80	23.322,95	162.240,00	364.703,03	871.738,78
	2008	353.843,60	27.805,44	61.955,42	429.365,96	872.970,42
	2009	332.596,00	33.856,92	36.486,60	448.365,17	851.304,69
	2010	450.096,00	163.574,07	300.802,99	556.172,37	1.470.645,43

Fonte: Prefeitura Municipal de Irecê

A tabela acima apresenta os dados referentes a transferências realizadas pelo FNDE, para atendimento à alimentação escolar (PNAE), transporte escolar (PNAT), creches (PNAC), recursos do Salário Educação, convênios com a união (Programa Segundo Tempo – 2007 e

2010), e convênios com o estado, especialmente para transporte escolar – Estado.

TABELA 40	Recursos aplicados em Educação pelo Governo Municipal de Irecê, por Nível ou Modalidade de Ensino – 2007/2010					
Ano	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
2007	97.752,79	10.451.516,72	0,00	0,00	52.281,13	10.601.550,64
2008	82.874,04	14.674.480,01	0,00	0,00	71.045,03	14.828.399,08
2009	176.946,44	15.014.098,04	1.230,00	0,00	35.760,71	15.228.035,19
2010	16.487,56	17.549.489,49	0,00	0,00	85.619,05	17.651.596,10

Fonte: Prefeitura Municipal de Irecê

Na tabela da parte anterior, cuja coluna referente a EJA não constam especificados os valores foi devido aos valores aplicados nesta modalidade de ensino encontrarem-se incluídos na modalidade de ensino fundamental. Quanto à coluna outros, abrange, sobretudo, Educação Especial e despesas com Nível Superior.

TABELA 41	Despesas com Educação do Município de Irecê, por categoria e elemento de despesa – 2007/2010						
Ano	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Pessoal	Material de Consumo	Sub-Total	Obras e Instalações	Equipamentos	Sub-Total	Total
2007	6.866.075,01	1.493.648,10	8.359.723,11	282.001,12	223.350,38	505.351,50	8.865.074,61
2008	9.085.585,87	2.093.725,93	11.179.311,80	1.286.562,35	511.719,15	1.798.281,50	24.156.905,10
2009	11.094.928,43	1.367.655,34	12.462.583,77	228.843,19	137.102,30	365.945,49	25.291.113,03
2010	14.069.725,87	1.587.512,95	15.657.238,82	146.865,10	240.623,35	387.488,45	31.701.966,09

Fonte: Prefeitura Municipal de Irecê

Na tabela acima, deve ser considerado que foram atendidas restritamente as despesas conforme as categorias apontadas, não representando o total de despesas com a educação no município. Conforme indicado pela planilha, os valores apresentados representam aqueles referentes aos elementos de despesas solicitados: Pessoal: 3190.04.00, 3190.13.00, 3190.13.00, 3190.34.00, 3390.35.00; para despesas com material de consumo, consideramos apenas as despesas pagas com o elemento 3390.30.00; para obras e instalações, aquelas pagas com o elemento 4490.51.00 e para equipamentos as realizadas pelo elemento 4490.52.00. Alerta-se para a não inclusão neste demonstrativo de todas as despesas adquiridas de terceiros, seja pessoa física, 3390.36.00, ou pessoa jurídica, 3390.39.00.

TABELA 42	Receitas e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Irecê em 2007/2010			
Ano	Total Recebido	Aplicação		
		Salário de Professores	Capacitação dos Leigos	Gastos com MDE
2007	7.262.874,74	4.433.234,87	0,00	10.397.394,56
2008	10.130.178,03	6.102.173,72	0,00	13.850.440,92
2009	11.034.528,10	7.644.976,54	0,00	14.792.657,15
2010	13.480.162,89	9.630.986,22	0,00	17.160.798,58

Fonte: Prefeitura Municipal de Irecê

Na tabela acima, onde a coluna referente à Capacitação de Leigos Permanece sem apresentação de valores, deu-se em função da inexistência de projeto/atividade específico, o que impossibilita a quantificação destas ações, aqui. Já os gastos com MDE, foi considerado o entendimento trazido pela resolução TCM nº 1276/2007 do que venha a ser considerado Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, ou seja, despesa realizada com o FUNDO, 60% e 40%, somados a despesas realizadas com recursos oriundos de impostos e transferências, efetivamente aplicados na Educação Básica.

TABELA 43	Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2010 (em R\$)		
Dos Recursos		Da Aplicação	
Receita de Impostos e Transferências	25% da Receita de Impostos e Transferências	Total Aplicado em Educação	% Aplicado
34.293.681,64	8.573.420,41	8.738.030,08	25,48

Fonte: Prefeitura Municipal de Irecê

A tabela acima expressa, efetivamente, o cumprimento da exigência trazida pelo artigo 212 da Constituição Federal.

TABELA 44 - RECURSOS DA EDUCAÇÃO NO PPA 2010/2013

AÇÕES	PREVISÃO				SOMAS	UTILIZAÇÃO	
	2010	2011	2012	2013		2010	2011
PROGRAMA/PROJETO/ATIVIDADE							
1- GESTÃO EDUCACIONAL	15.289.278,00	16.267.106,00	17.324.468,00	18.450.561,00	67.331.413,00	17.605.550,22	13.810.736,43
1.1 Criação do Centro de Processamento de dados na SEC	9.585,00	10.208,00	10.872,00	11.579,00	42.244,00	0,00	0,00
1.2 Construção, adequação e ampliação de escolas	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	2.982,00	43.694,86
1.3 Construção, adequação e ampliação de escolas FUNDEB 40%	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00
1.4 Manutenção de escola educação infantil	93.715,00	121.106,00	128.978,00	137.362,00	481.161,00	633,80	1.198,71
1.5 Desenvolvimento da educação especial	20.660,00	22.003,00	23.433,00	24.956,00	91.052,00	0,00	2.277,90
1.6 Desenvolvimento do ensino fundamental	1.238.055,00	1.318.529,00	1.404.233,00	1.495.508,00	5.456.325,00	2.306.658,00	1.610.446,00
1.7 Manutenção da Secretaria de Educação	332.206,00	353.766,00	376.761,00	401.205,00	1.463.952,00	708.287,71	307.528,04
1.8 Manutenção da residência estudantil	18.105,00	19.282,00	20.535,00	21.870,00	79.792,00	83.302,28	52.992,83
1.9 Administração de pessoal e encargos da Secretaria	372.206,00	396.399,00	422.165,00	449.606,00	1.640.376,00	1.023.528,14	418.403,36
1.10 Manutenção programa de Educação de Jovens e Adultos	27.600,00	50.694,00	53.989,00	57.498,00	189.781,00	0,00	0,00
1.11 Manutenção de Transporte Escolar – 25%	45.000,00	47.925,00	51.040,00	54.358,00	198.323,00	0,00	219.079,36
1.12 Manutenção Transporte Escolar PNAT/FNDE	40.000,00	42.600,00	45.369,00	48.318,00	176.287,00	48.309,67	26.842,00
1.13 Manutenção Escolas do Ensino Fundamental/sal, educação	455.000,00	484.575,00	516.072,00	549.617,00	2.005.264,00	202.147,47	128.787,10
1.14 Manutenção de Merenda Escolar Rec. Próprios	47.364,00	55.768,00	59.393,00	63.254,00	225.779,00	0,00	87.046,30
1.15 Manutenção de ações PTA. Especial – PAED/FNDE	31.950,00	34.027,00	36.239,00	38.595,00	140.811,00	0,00	0,00
1.16 Manutenção de Programa Educação – Conv. União	30.000,00	31.950,00	34.027,00	36.239,00	132.216,00	0,00	198.000,00
1.17 Manutenção de Programa Educação – Conv. estado	30.000,00	31.950,00	34.027,00	36.239,00	132.216,00	1,45	0,00
1.18 Manutenção do FUNDEB 40%	3.357.313,00	3.639.438,00	3.876.001,00	4.127.941,00	15.000.693,00	3.609.963,13	3.153.771,88
1.19 Manutenção do FUNDEB 60%	9.020.550,00	9.606.886,00	10.231.334,00	10.896.371,00	39.755.141,00	9.619.735,78	7.560.667,00
2- ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS	479.159,00	1.318.304,00	1.151.473,00	1.178.798,00	4.127.734,00	0,00	0,00
2.1 Construção de espaços recreativos e brinquedotecas	10.000,00	10.650,00	11.342,00	12.079,00	44.071,00	0,00	0,00
2.2 Construção do Centro de Formação c/ Auditório	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00

2.3 Implantação de salas c/ recursos audiovisuais	0,00	8.000,00	8.000,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00
2.4 Construção de creches escolas	0,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	1.800.000,00	0,00	0,00
2.5 Reforma de unidades escolares	42.130,00	44.868,00	47.784,00	50.890,00	185.672,00	0,00	0,00
2.6 Constr. Implant. E manutenção de Infocentros nas Escolas	40.000,00	42.600,00	45.369,00	48.318,00	176.287,00	0,00	0,00
2.7 Const. E Inst. de Salas Multifuncionais para Alunos c/ NNE	36.000,00	38.340,00	40.832,00	43.486,00	158.658,00	0,00	0,00
2.8 Informatização de escolas	7.029,00	7.486,00	7.973,00	8.491,00	30.979,00	0,00	0,00
3- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÃO	272.000,00	289.680,00	308.509,00	328.562,00	1.198.751,00	0,00	0,00
3.1 Implantação de Políticas p/ acomp. de evasão e repetência	42.000,00	44.730,00	47.637,00	50.733,00	185.100,00	0,00	0,00
3.2 Manutenção do Programa de alfabetização de Adultos	30.000,00	31.950,00	34.027,00	36.239,00	132.216,00	0,00	0,00
3.3 Manutenção Programa de formação Educadores – FUNDEB 40%	200.000,00	213.000,00	226.845,00	241.590,00	881.435,00	0,00	0,00
4- FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFIS.SERV.APOIO ESCOLAR	65.000,00	69.225,00	73.724,00	78.516,00	286.465,00	18.048,56	105.059,32
4.1 Manutenção do Prog. Formação de Educadores e Cap. professores	55.000,00	58.575,00	62.382,00	66.437,00	242.394,00	18.048,56	105.059,32
4.2 Adesão ao Programa PROFUNCIÁRIO	10.000,00	10.650,00	11.342,00	12.079,00	44.071,00	0,00	0,00
5- ENSINO PRÉ-ESCOLAR	146.012,00	155.503,00	165.611,00	176.376,00	643.502,00	15.853,76	0,00
5.1 Manutenção do FUNDEB – PREESCOLA 60%	71.355,00	75.993,00	80.933,00	86.194,00	314.475,00	0,00	0,00
5.2 Manutenção do FUNDEB – PREESCOLA 40%	74.657,00	79.510,00	84.678,00	90.182,00	329.027,00	115.853,76	0,00
6- ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	484.498,00	515.990,00	549.529,00	585.248,00	2.135.265,00	522.053,48	353.736,81
6.1 Manutenção do Programa de Distrib. Merenda Escolar – PNAE/FNDE	484.498,00	515.990,00	549.529,00	585.248,00	2.1135.265,00	522.053,48	353.736,81
TOTAL GERAL DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO	16.735.947,00	18.615.808,00	19.573.314,00	20.798.061,00	75.723.130,00	18.161.506,02	14.269.532,56

Obs: Para preenchimento do campo relativo ao **Total Utilizado**, referente ao exercício de 2011, os valores consignados representam a execução orçamentária do período compreendido entre janeiro e agosto.

10. DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME DO MUNICÍPIO DE IRECÊ

Em todos os seus espaços, tempos e processos, a escola deve oferecer oportunidade para que se desenvolva um novo olhar sobre os direitos de cada cidadão e sua criticidade. Desta forma, a oportunidade do município de Irecê de construir um Plano Municipal de Educação propicia que estes direitos possam ser assegurados para a comunidade escolar a partir de discussão dialógica com os membros envolvidos em cada eixo do documento, condição peculiar ao público que almeja uma educação de qualidade, que respeite a diversidade humana em sua plenitude.

Nesta perspectiva, apresentamos diretrizes, metas e estratégias do PME do município de Irecê em consonância com o Plano Nacional de Educação PNE, as quais devem ser adotadas pelo município nos próximos dez anos, possibilitando melhor garantia de ensino-aprendizagem e de direitos aos estudantes assistidos no referido município, formação continuada aos profissionais da educação, bem como melhorias na infraestrutura das unidades de ensino, tanto no âmbito público, quanto no privado.

10.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS

O município de Irecê estabeleceu diretrizes em consonância com o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014. São elas:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual;
- IV – melhoria da qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX – valorização dos/as profissionais da educação;

X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

1.1) criar comissão em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância para promover a busca ativa de crianças em idade correspondente a creche e pré-escola, do campo e da cidade, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.2) mapear o número de crianças de 0 a 5 anos que estão fora da escola;

1.3) identificar no mapeamento as crianças com necessidades especiais existentes na faixa etária de 0 a 5 anos que estão fora da escola;

1.4) ampliar a oferta de matrículas em creches em 20% a cada ano de vigência do plano;

1.5) definir metas de expansão para a oferta da educação infantil no município segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.6) garantir o atendimento de aproximadamente 80% da população de 0 a 3 anos e de 20% dos alunos de 4 e 5 anos, em tempo integral, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil;

1.7) empenhar-se no atendimento de educação infantil das populações do campo, nos respectivos espaços de vida, redimensionando quando for o caso a distribuição territorial da oferta e configurando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças de modo atender às especificidades dessas comunidades;

1.8) concluir as 03 creches do Projeto PROINFANCIA e construir no mínimo 03 unidades para atender o percentual estabelecido neste plano (mínimo de 50%), considerando a demanda de cada comunidade / bairro, para definir as prioridades;

1.9) ampliar a oferta de vagas para a pré-escola na rede pública de Educação Infantil, conforme as especificidades do município, considerando os Parâmetros Nacionais de Qualidade e os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil;

1.10) estabelecer normas, procedimentos quando firmar parcerias com as Creches e Pré-Escolas conveniadas de acordo com o documento: “Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil”;

1.11) fomentar e subsidiar a elaboração, de modo participativo, no âmbito do Conselho Municipal de Educação, de diretrizes e orientações para a organização, funcionamento de instituições de Educação Infantil, no sistema municipal de educação, de acordo com a legislação em vigor, com base nas Diretrizes e Orientações Nacionais, bem como as normas complementares estaduais;

1.12) estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração/ adequação de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, observando as orientações e a legislação educacional em vigor;

1.13) criar e implementar a avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada dois anos, com base no documento: “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil” orientados pelo MEC, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.14) garantir espaços e mobiliários que favoreçam as experiências das crianças com ambientes físicos, que reflita uma concepção de educação e cuidado que supra as necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo, social e criativo em 100% das escolas de educação infantil;

1.15) possibilitar salas amplas e arejadas, seguras e aconchegantes, bem iluminadas e limpas, possibilitando a visão do espaço externo, favorecendo o bem-estar, em todas as escolas que atendem a educação infantil, em 100% das escolas de educação infantil;

1.16) criar espaços externos bem cuidados, cobertos, com piso adequado ou tanque de areia com proteção, jardim, grama, árvores e áreas para brincadeiras e jogos;

1.17) possibilitar espaços que proporcionem o registro e a divulgação dos projetos educativos desenvolvidos e das produções que trazem as manifestações da expressão infantil e que estimulam as trocas e novas iniciativas, em todas as escolas da educação infantil;

1.18) garantir a aquisição de recursos tecnológicos para o desenvolvimento da aprendizagem infantil e diversificação do trabalho do professor em todas as escolas de educação infantil;

1.19) adaptar espaços para refeições em todas as escolas que atendem a educação infantil;

1.20) reformar a instalação elétrica e hidráulica, seguindo padrões adequados à educação infantil, além de proteção nas colunas, espelhos e tomadas, em todas as escolas;

1.21) adquirir mobiliário com proteção planejada ao tamanho das crianças e adequação dos mobiliários já existentes, além de bebedouros, vasos sanitários, pias e chuveiros em número suficiente e acessíveis às crianças, em todas as escolas que atendem a educação infantil;

1.22) possibilitar espaços organizados para a leitura, como biblioteca ou cantinho de leitura, biblioteca móvel, equipado com estantes, livros, revistas e outros materiais acessíveis às crianças e em quantidade suficiente, em todas as escolas que atendem a educação infantil;

1.23) garantir acessibilidade na educação infantil, criando e/ou adequando espaços. Aquisição de equipamentos, mobiliários, brinquedos, materiais didáticos e livros acessíveis para acolher as crianças com deficiência, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.296/2004, além de bebedouros, pias e vasos em número suficiente e acessíveis às crianças;

1.24) garantir material individual de higiene, de qualidade e em quantidade suficiente, guardado em locais adequados (sabonetes, fraldas, escovas de dentes e outros itens) em todas as escolas que atendem a educação infantil;

1.25) garantir materiais pedagógicos e audiovisuais que incentivam o conhecimento e o respeito às diferenças entre brancos, negros, indígenas, pessoas com NEE e que valorize a cultura local/ regional, em todas as escolas de educação infantil;

1.26) estabelecer parcerias (Universidades, Prefeitura, Secretarias, Comunidade) para realização de oficinas para elaboração de materiais didáticos, jogos e brincadeiras em todas as escolas de educação infantil;

1.27) oferecer escolas exclusivas para o atendimento da educação infantil, observando as orientações dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil;

1.28) adquirir anualmente equipamentos e materiais didático-pedagógicos, tecnológicos, brinquedos, jogos e acervo literário, adequados, que responda aos interesses das crianças e para as diferentes situações de uso, para 100% das escolas que atendem a educação infantil;

1.29) acompanhar as adequações das unidades escolares públicas e particulares em relação à acessibilidade, através do Conselho Municipal de Educação;

1.30) manter coordenação pedagógica em todas as escolas da educação infantil, com experiência comprovada e carga horária de 40h semanais;

1.31) formular e executar políticas públicas de formação inicial e continuada para professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais de educação que trabalham em instituições de educação infantil (específica para creche e pré-escolas), de modo que progressivamente o atendimento nesse segmento, seja realizado por profissionais com formação em nível superior (Licenciatura em Pedagogia) com experiência em educação infantil, durante a vigência do plano;

1.32) garantia de condições que assegurem a formação continuada em serviço, principalmente para os profissionais que atendem creche;

1.33) estabelecer parcerias com Universidades Públicas / Particulares para oferecer curso de pós-graduação em educação infantil para os profissionais que atendem neste segmento;

1.34) realizar concurso público específico para profissionais da educação infantil. Em caso de substituição, que seja de profissionais habilitados, conforme a legislação em vigor;

1.35) garantir atendente de classe nas salas de Educação Infantil em todas as escolas urbanas e do campo;

1.36) ampliar e assegurar 70% dos recursos de alimentação da agricultura familiar, para proporcionar alimentação de qualidade durante toda a vigência do plano e garantir uma alimentação adequada para todas as crianças atendidas nas instituições de Educação Infantil públicas e conveniadas;

1.37) promover projetos e ações, em caráter complementar, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade, além de programas de orientação e apoio às famílias, articulando as áreas de educação, saúde e assistência social;

1.38) possibilitar oferta de profissional auxiliar do condutor de veículo, capaz de zelar pela segurança e a harmonia das crianças no veículo.

ENSINO FUNDAMENTAL

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6

(seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

2.1) implantar atividade de contraturno, com aulas diversificadas de acordo com as demandas e especificidades de cada Unidade Escolar;

2.2) otimizar e adequar as necessidades educativas dos educandos às oficinas de letramento e linguagem matemática já oferecidas pelo Programa Mais Educação;

2.3) buscar parcerias com as Universidades para implantação de apoio pedagógico nas Unidades Escolares às crianças com maiores dificuldades de aprendizagem;

2.4) construir propostas de direito, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento por ano de ensino com base nos direitos de aprendizagem;

2.5) implantar grêmios estudantis nas Unidades Escolares garantindo a representação de adolescentes e jovens na gestão escolar como instrumento de materialização de desejos e expressões de suas reivindicações;

2.6) garantir formação continuada específica para todos os profissionais do ensino fundamental, buscando parcerias e apoios para atender as diferentes modalidades da educação;

2.7) ampliar o número de adesões aos programas de formação que permitam melhorar cada vez mais a qualidade de educação;

2.8) elaborar proposta para atendimento na educação integral;

2.9) criar núcleo de estudos em avaliação para acompanhamento e monitoramento de avaliações internas e externas, elaborando intervenções pedagógicas e formação continuada a fim de atingir e superar metas projetadas pelo IDEB;

2.10) buscar parcerias com outras entidades de apoio ao menor (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Assistência Social) buscando o fortalecimento de estratégias e ações que integrem a família à escola monitorando o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar;

2.11) garantir na portaria de matrícula do ensino fundamental I, o número máximo de 30 alunos e, no fundamental II 35, garantindo melhor condição de trabalho para que o professor possa acompanhar a qualidade de aprendizagem de sua turma;

2.12) assegurar na Proposta Curricular da rede o ensino das leis 10.639/03 e a 11.645/08 do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na organização do trabalho pedagógico na grade horária interna das escolas para o desenvolvimento destas

ações;

2.13) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo didático entre a escola, e o ambiente comunitário, seja no âmbito das escolas urbanas, do campo, das comunidades itinerantes, indígenas e quilombolas, realizando monitoramento dos infocentros bem como a disponibilização de materiais e profissionais qualificados para o atendimento;

2.14) promover atividades de estímulos e habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

2.15) atualização do plano de avaliação da Rede Municipal de Educação de Irecê, a fim de acompanhar e monitorar as avaliações externas e internas pelo núcleo de avaliação, a ser objeto de discussão nos trabalhos pedagógicos.

ENSINO MÉDIO

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

ESTRATÉGIAS:

3.1) fomentar junto aos setores econômicos a necessidade de abertura de vagas de estágios para os estudantes do ensino médio;

3.2) garantir através de parceria entre o governo municipal, estadual e federal, nas instituições públicas das três esferas, vagas de estágios para estudantes do ensino médio das escolas públicas;

3.3) implementar uma política de gestão e de infraestrutura física, garantindo acessibilidade nas escolas do ensino médio, partindo inicialmente, de um inventário das necessidades físicas e de acessibilidade das escolas;

3.4) atender às necessidades diagnosticadas pelas Unidades Escolares;

3.5) reduzir, no mínimo em 2% ao ano, a repetência e a evasão, de forma a diminuir para quatro anos o tempo médio para a conclusão desse nível de escolaridade através da

implantação do projeto Ensino Médio Inovador nas escolas da rede pública estadual;

3.6) prover a atuação de coordenador pedagógico, em 100% das unidades escolares do ensino médio, mediante a realização de concurso público para atender às demandas pedagógicas das Unidades Escolares;

3.7) efetivar em todas as instituições educacionais públicas e privadas do município, o cumprimento das Leis 10.639/03 e a 11.645/08 do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, através do desenvolvimento de projetos pedagógicos e projetos em parceria com entidades afins;

3.8) oferecer atendimento especializado para os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem nas diferentes áreas do conhecimento, garantindo aulas suplementares no contraturno com estudantes estagiários das universidades locais;

3.9) implementar uma sala multidisciplinar nos Núcleos Regionais de Educação e nas Unidades Escolares Polos para atenderem aos alunos com dificuldades de aprendizagem;

3.10) efetivar em todas as instituições educacionais públicas e privadas do município, o cumprimento da Lei 11.769/09 ensino de música;

3.11) realizar concurso público para professores licenciados em música;

3.12) realizar a formação continuada para os professores, gestores e demais trabalhadores de educação na área de Educação Especial;

3.13) oferecer cursos específicos de Libras, Braille e outros de educação inclusiva aos profissionais da educação que atendam às necessidades especiais, em parceria do Estado com o Município;

3.14) implementar programas de aprendizagem de agricultura familiar e afins para o ensino médio no campo (EMITEC);

3.15) oferecer para os alunos do campo cursos e oficinas relacionadas às áreas de técnicas agrícolas sustentáveis;

3.16) ofertar transporte escolar para os alunos que moram em bairros distantes das escolas a partir de parcerias entre governo estadual e o governo municipal;

3.17) induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas do ensino médio, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a forma e o aprimoramento ação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS:

4.1) garantir políticas públicas de formação continuada através de parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES) e fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade, autonomia e independência funcional dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.2) mapear o número de pessoas com deficiência do município e fazer levantamento anual das pessoas com deficiência, fazer a divulgação dos dados mapeados;

4.3) garantir a inserção, acesso e a permanência de todos os estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas escolas da rede municipal de ensino;

4.4) realizar campanha de divulgação em rádios, redes sociais, outdoors, jornais, panfletos e eventos, no sentido de fortalecer a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas do município, incluindo capacitação para toda comunidade escolar;

4.5) garantir espaços satisfatórios conforme as normas da ABNT NBR 9050: 2004, de apoio no ensino/aprendizagem para os estudantes com necessidades educativas especiais com implantação das salas de recursos multifuncionais oferecidas pelo MEC e solicitação de mais salas conforme necessidade do município;

4.6) garantir a adequação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) conforme as normas da ABNT NBR 9050: 2004, de apoio no ensino/aprendizagem para os estudantes público da educação especial (deficiência – motora, cognitiva e sensorial, TGD – transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) e construir novos espaços visando ampliar a oferta do atendimento às escolas urbanas e do campo;

4.7) ampliar recursos financeiros para adequar as escolas para atender os alunos público da educação inclusiva, garantindo a acessibilidade física em todos os espaços das escolas, conforme normas da ABNT NBR 9050: 2004, tanto no mobiliário, adequação arquitetônica, quanto de comunicação e sinalização;

4.8) realizar fiscalização dos recursos financeiros oriundos dos repasses diretos para atender os alunos público da educação especial, tanto no mobiliário, adequação arquitetônica, quanto de comunicação e sinalização;

4.9) garantir recursos para a compra de mobiliário, material didático-pedagógico e permanente (reglete, cadeira de rodas, impressora Braille, jogos educativos – LIBRAS e Braille, e de cunho alfabetizador, entre outros.) para serem destinados ao trabalho nas Salas de Recursos Multifuncionais e para as salas comuns do ensino regular que tenham alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

4.10) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir disponibilização de material didático próprio, mobiliário e recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.11) garantir a formação dos tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues e realizar seleção pública após levantamento da necessidade do município;

4.12) disponibilizar transporte escolar adaptado para os estudantes os quais têm 2ª (segunda) matrícula na SRM no contraturno a sala comum para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação da sua residência aos espaços mencionados, sendo campo ou sede com motorista e monitores qualificados;

4.13) adquirir mais transportes escolares com monitores através do programa Caminho da Escola;

4.14) promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar;

4.15) articular parceria com as Secretarias de Educação, Saúde e Ação Social, através de programas a exemplo de: CAPS, NASF, CREAS, CRAS, BPC na Escola e Centro de Atenção Básica, na garantia de direitos a pessoa com deficiência;

4.16) promover parcerias com as famílias, instituições comunitárias, profissionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as

condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.17) ampliar o Centro Multidisciplinar de Apoio a Educação Inclusiva (CERMULT), visando a pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia, psicologia e tecnologia assistiva, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantir no orçamento municipal da educação recursos destinado ao Atendimento Educacional Especializado;

4.18) definir indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.19) desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, para os estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) - com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.20) ofertar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no diurno para assegurar o acesso e a permanência dos alunos público da educação especial, os quais se encontram em defasagem escolar distorção idade/série, bem como garantir a formação profissional destes em colaboração com os diversos setores da sociedade que corroboram com a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho;

4.21) promover a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

ALFABETIZAÇÃO

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS:

5.1) assegurar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes até o término dos três primeiros anos do ensino fundamental, para que todas as crianças possam estar com pleno domínio de leitura e escrita até 8 anos de idade;

5.2) estruturar processos pedagógicos nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com estratégias desenvolvidas na pré-escola através do oferecimento de formações continuadas aos professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares;

5.3) criar um núcleo de estudo e avaliação para o ciclo de alfabetização que acompanhará instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, implementando medidas pedagógicas, construídas pelos profissionais alfabetizadores, para que todos os alunos estejam alfabetizados até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e das práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização que contribuam para a melhoria do fluxo escolar, bem como o processo de aprendizagem dos(as) alunos(as);

5.5) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiências, considerando as suas especificidades;

5.6) reativar as bibliotecas escolares em todas as escolas, garantindo o acesso a um acervo de paradidáticos e periódicos diversificados e adequados a cada faixa etária, ressaltando a importância do quantitativo a ser adquirido pelas unidades escolares que estejam compatíveis com a portaria de matrícula do ano vigente;

5.7) buscar parcerias com movimentos sociais com o propósito de ampliar e consolidar os processos de alfabetização no campo.

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

ESTRATÉGIAS:

6.1) oferecer atendimento em tempo integral a 50% da população estudantil, com a construção de Centros Culturais por bairros que atendam duas escolas próximas e também a

comunidade com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.2) promover a oferta da educação básica pública com apoio da união em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, passe ser igual a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;

6.3) buscar parcerias e adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;

6.4) garantir o atendimento para as crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação na faixa etária de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar ou suplementar em salas de recursos multifuncionais;

6.5) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos com o equipamento público, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques;

6.6) promover nas escolas projetos de enriquecimento curricular de formação dos estudantes em diversas áreas, com vistas ao desenvolvimento integral, convivência, trabalho coletivo e promoção do bem estar psicossocial;

6.7) ampliar e melhorar as estruturas físicas das escolas urbanas e do campo, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaço para atividades culturais (centros culturais), bibliotecas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos para a educação de tempo integral.

APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos iniciais do ensino fundamental (4,3) (com base na realidade da Bahia) Irecê (4,5)	(4,6)	(4,9)	(5,1)	(5,3)
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Anos finais do ensino fundamental (3,4) (com base na realidade da Bahia) Irecê (3,6)	(4,0)	(4,3)	(4,5)	(4,8)
Ensino médio	4,3	4,7	5,2	5,2
Ensino Medio (2,8) (com base na realidade da Bahia)	(3,6)	(4,1)	(4,5)	(4,6)

para o Ideb:

ESTRATÉGIAS:

7.1) estabelecer e implantar, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

7.2) constituir, em colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.3) criar um plano de avaliação para o acompanhamento e rendimento de aprendizagem na rede, induzindo o processo contínuo de autoavaliação das escolas, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas;

7.4) buscar atingir e/ou superar as metas do Ideb, diminuindo as diferenças entre as unidades escolares garantindo equidade da aprendizagem;

7.5) incentivar o desenvolvimento das tecnologias educacionais para todas as modalidades educacionais incentivando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem;

7.6) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.7) manter coordenação pedagógica em todas as unidades escolares da sede e do campo, como agente de mobilização do espaço escolar, sendo sugerido que haja remanejamento dos coordenadores de 20h para as unidades menores e estabelecer coordenação de 40h para as unidades maiores na perspectiva da educação integral e o bom andamento do processo educativo;

7.8) criar uma proposta de regularização do fluxo escolar a fim de reduzir a distorção

idade-ano;

7.9) desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial;

7.10) garantir material didático e de expediente de qualidade e em quantidade suficiente às Unidades Escolares, definindo a quantidade proporcional ao número de alunos a serem distribuídos nas unidades;

7.11) criar e expandir projetos e programas de incentivo à leitura para professores e alunos;

7.12) adequar currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência.

ESCOLARIDADE MÉDIA

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ESTRATÉGIAS:

8.1) institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

8.2) implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

8.4) promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

9.1) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.2) realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade;

9.3) executar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS:

10.1) identificar e atender à demanda de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município, em todas as modalidades da educação básica;

10.2) realizar o mapeamento do público de jovens e adultos a serem matriculados na EJA.

10.3) mapear as informações da Educação de Jovens e Adultos conforme dados do IDH, Censo e Índice de Analfabetismo do município para realizar a matrícula;

10.4) realizar um diagnóstico para levantamento da demanda de cursos profissionalizantes que possam ser inseridos na realidade da EJA;

10.5) manter programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.6) possibilitar o acesso para os alunos da rede municipal, considerando às especificidades geográficas (periferia, bairro, centro, campo, etc.);

10.7) garantir matrícula na EJA considerando à diversidade étnicorracial e de gênero e sexual;

10.8) garantir o transporte escolar e/ou outras formas de locomoção para o público da EJA;

10.9) estabelecer parceria entre Município, Estado, Entidades filantrópicas, empresas públicas e privadas, Ongs, Movimentos Sociais para garantir ensino profissional direcionado a EJA, atendendo as especificidades campo e cidade;

10.10) realizar convênio e parceria de estágio (formativo e profissional) entre Município com: Estado, Entidades filantrópicas, Empresas públicas e privadas, Ongs e Movimentos Sociais, estabelecendo sistema de cotas como incentivo para estudantes da EJA da rede municipal no comércio/empresas mediante acordo com o Sindicato dos Comerciantes;

10.11) garantir a oferta de cursos profissionalizantes de forma integrada nos ensino fundamental e médio;

10.12) melhorar a qualidade da alimentação escolar, garantido refeições de qualidade com o cardápio diferenciado para os estudantes da EJA, considerando aspectos culturais, regionais e nutricionais;

10.13) garantir recursos no orçamento da educação municipal e aumentá-lo, gradualmente, para aquisição e produção de materiais didáticos para professores e alunos, a fim de adquirir recursos tecnológicos para atender as demandas da EJA campo e cidade;

10.14) fomentar a integração da EJA com a educação profissional, em cursos

planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação à distância;

10.15) garantir a formação e valorização dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino, oportunizando formação continuada dos professores e adequando a realidade e a demanda da EJA;

10.16) ofertar concurso público específico ou processo seletivo para professores da EJA;

10.17) garantir formação continuada específica para todos os profissionais (vigilante, profissional da alimentação escolar, inspetor, equipe técnica da secretaria escolar, pessoal de apoio e educadores) que atuam nesse segmento;

10.18) ofertar curso de Pós-graduação stricto sensu específico para os professores, gestores e coordenadores da EJA, em parceria com o governo Estadual e Federal;

10.19) possibilitar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.20) implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio;

10.21) ampliar a parceria do município com o estado e governo federal com os programas de alfabetização, oferecendo a formação para os professores que atuam nesses programas;

10.22) manter programa de alfabetização de jovens e adultos, garantindo a alfabetização da população analfabeta;

10.23) ofertar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no diurno para assegurar o acesso e a permanência dos alunos com idade entre 15 a 17 anos, os quais se encontram em defazagem escolar distorção idade/série.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

11.1) desenvolver ações que possibilitem a divulgação dos cursos profissionalizantes existentes na região em parceria com o Estado, União e iniciativa privada, estabelecendo parcerias entre os órgãos Municipais, Estaduais, Federais, iniciativas privadas e movimentos sociais no sentido de criar e ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e de geração de renda;

11.2) realizar um diagnóstico da educação profissional no sistema municipal de educação com a participação de todos os atores envolvidos;

11.3) efetivar parceria com empresas, instituições e ONGS de forma a garantir o desenvolvimento na atuação profissional;

11.4) criar estratégias e efetivar parcerias com o setor privado, públicos e movimentos sociais para oferta de cursos profissionalizantes;

11.5) definir políticas de educação profissional no município, em regime de colaboração com o Estado e a União;

11.6) estabelecer parceria com os órgãos Federal, Estadual e Municipal a fim de garantir cursos em consonância com a realidade do município;

11.7) realizar um diagnóstico para levantamento dos cursos que estejam em consonância com a realidade do município.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público

ESTRATÉGIAS:

12.1) prover junto ao governo federal para ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil,

considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais, uniformizando a expansão no território;

12.2) articular junto ao governo federal para ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.3) ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior e fortalecer as parcerias com as escolas públicas das redes estadual e municipal no oferecimento de espaço para estágios dos estudantes da UAB e das IES;

12.4) expandir e consolidar a oferta de vagas no âmbito da Universidade Aberta do Brasil;

12.5) assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

12.6) fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;

12.7) ampliar o acervo da Biblioteca Municipal e criar parcerias com instituições existentes na cidade para o uso dos espaços laboratoriais, e assegurar a acessibilidade às pessoas com deficiência;

12.8) estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública;

12.9) fortalecer as redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação;

12.10) oferecer uma residência estudantil em Salvador e garantir a infraestrutura básica para atender aos estudantes ireceenses de baixa renda, que estiverem cursando o ensino superior em instituições públicas ou em instituições privadas como bolsista;

12.11) oferecer condições de moradia aos estudantes ireceenses de baixa renda, que cursam o ensino superior em instituições públicas ou em instituições privadas como bolsista,

localizadas em outros Estados da Federação através de um auxílio moradia estudantil (regulamentado através de projeto de lei municipal);

12.12) aumentar a oferta de cursos de nível superior a distância nas diversas áreas do conhecimento através de parcerias junto às instituições públicas e privadas;

12.13) oferecer nas instituições públicas o acesso a bolsas de trabalho, de iniciação científica e monitoria.

TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIAS:

13.1) dialogar com a universidade do Estado da Bahia, o Instituto Federal da Bahia, a Universidade Federal da Bahia e demais universidades que compõe a Universidade aberta do Brasil e que mantenha programas no âmbito do Território de Identidade de Irecê, a política de ampliação do quantitativo de mestre e doutores, em acordo com as expectativas de produção de conhecimento sobre o desenvolvimento regional e o apoio da rede aos órgãos locais de planejamento;

13.2) induzir processo contínuo de autoavaliação das políticas de formação superior, dos cursos e das instituições de educação superior regionais, envolvendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e o desenvolvimento territorial;

13.3) promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações

etnicorraciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.4) elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu*;

13.5) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento);

13.6) fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;

13.7) promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais técnico-administrativos da educação superior;

13.8) induzir a permanência de mestres e doutores das IES juntos aos cursos de formação de professores, inicial e continuada, por meio dos cursos de pedagogia e licenciaturas;

13.9) oferecer Mestrado Profissional em Educação pela CAPES às equipes gestoras, professores e coordenadores do município de Irecê através de parceria com a Universidade Aberta do Brasil e Universidades Públicas instaladas no Território.

PÓS-GRADUAÇÃO

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

ESTRATÉGIAS:

14.1) construir coletivamente um plano para formação de mestres e doutores, no conjunto das IES que atuam no Território de Identidade de Irecê (TII);

14.2) planejar o conjunto dos campos para formação dos mestres e doutores, consideradas as necessidades do desenvolvimento regional;

14.3) articular com as instituições de ensino superior a construção de um plano estratégico para cobertura de demandas, com destaque para educação do campo, educação especial, educação científica e alfabetização;

14.4) expandir o financiamento da pós-graduação *stricto sensu* por meio das agências oficiais de fomento; bem como, da cooperação entre os municípios para financiamento de despesas decorrentes dos programas para formação de professores municipais do TII;

14.5) expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância, para a qualificação e titulação de professores e demais profissionais que atuam no magistério;

14.6) implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado;

14.7) ampliar a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente os de mestrado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;

14.8) manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;

14.10) promover o intercâmbio científico e tecnológico, regional, estadual, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão presentes no TII;

14.11) ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação e produção de conhecimentos tecnológicos;

14.12) ampliar esforços para a formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes;

14.13) aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico territorial através da pesquisa, ampliando a cooperação científica com Instituições de Educação Superior - IES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT;

14.14) estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade do TII, bem como a gestão de recursos hídricos no semiárido para mitigação dos efeitos da seca e geração de

emprego e renda na região.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS:

15.1) criar um banco de dados a nível de município referente a necessidade de formação de professores por nível de ensino, etapas e modalidades da Educação;

15.2) criar programa de orientação para aposentadoria e qualificação/requalificação dos profissionais da rede de educação do município;

15.3) reprogramar e garantir em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, as ações do Plano Estratégico de Formação de Profissionais do Magistério da Rede Pública de Educação Básica, de modo que garanta a formação em licenciatura à todos os professores;

15.4) buscar parceria junto ao MEC para construção do prédio do Polo de Apoio Presencial de Irecê UAB, o qual será transformado em centro de referência em formação do Território de Irecê.

15.5) fortalecer o Polo da Universidade Aberta do Brasil em Irecê, buscando parcerias junto a órgãos, como: UNIPPI, Instituições de Ensino Superior (IES), além de outras entidades públicas para o fomento de licenciaturas para os professores e professoras.

15.6) implementar programas específicos para formação inicial e continuada, inclusive em nível de pós-graduação, de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial e educação infantil;

15.7) fomentar as IES para a ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada de professores para a educação escolar indígena, do campo, que reconheçam o ensino intercultural e bilíngue, a diversidade cultural e o desenvolvimento regional e as especificidades étnico-culturais de cada comunidade;

15.8) fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de maior demanda, para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

15.9) fomentar e apoiar as IES na criação e consolidação dos Fóruns de Licenciatura e Comitês Gestores de Formação inicial e continuada de professores, devendo cada IES até o fim do primeiro ano de vigência deste PME, instituir um Projeto Institucional de Formação de Professores, para orientar os Projetos de Cursos de Graduação, formação continuada e Pós-Graduação na área;

15.10) implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;

15.11) apoiar os programas federais e programas estaduais de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

15.12) valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

15.13) fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério;

15.14) implementar programa de formação para produção e uso de tecnologias e conteúdos multimidiáticos e novas tecnologias em regime de colaboração entre União, Estado e Município, com base nos princípios de desenho universal e acessibilidade, garantindo acesso para todos atores envolvidos no processo educativo;

15.15) promover em articulação com as IES o reconhecimento da escola de educação básica e demais instâncias da educação como espaços estratégicos à formação inicial e continuada dos professores e demais profissionais do magistério;

15.16) fomentar e apoiar a plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos;

15.17) assegurar que as questões de diversidade cultural-religiosa, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, do Estatuto da Criança e do Adolescente e Direitos Humanos

sejam tratadas como temática nos currículos de formação inicial e continuada de professores.

FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS:

16.1) promover articulação entre o Polo UAB e IES públicas para ampliar a oferta de cursos de pós-graduação para a formação de professores de Libras, português escrito para surdos, professores alfabetizadores em língua portuguesa como segunda língua para surdos, professores alfabetizadores, para atendimento educacional especializado e todas as modalidades da educação básica;

16.2) elevar gradativamente a atual taxa de 37,2% (fonte: INEP) de professores e professoras com formação *lacto sensu*, em que o município encontra-se acima da taxa estadual e nacional, para atingir a meta de 50%;

16.3) elaborar políticas públicas de qualificação à partir de um diagnóstico das demandas de formação na área de atuação dos profissionais da educação em níveis *stricto sensu e lacto sensu*; e garantir em regime de colaboração entre União, Estado, as ações do Plano Estratégico de Formação de Profissionais do Magistério da Rede Pública de Educação Básica, de modo que garanta a formação à todos os professores;

16.4) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e do Município;

16.5) fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público;

16.6) promover articulação entre o Polo UAB e IES públicas para ampliar a oferta de cursos de pós-graduação para a formação de professores de Libras, português escrito para surdos, professores alfabetizadores em língua portuguesa como segunda língua para surdos, professores alfabetizadores, para atendimento educacional especializado e todas as modalidades da educação básica.

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Meta 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME, em conformidade ao PNE.

ESTRATÉGIAS:

17.1) implementar em conformidade com a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, Plano de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei no11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar;

17.2) garantir condições de permanência, no caso dos professores na modalidade de EJA, assegurando condições dignas de trabalho em igualdade com os demais docentes da educação básica;

17.3) implementar política de incentivo ao acesso à cultura para os profissionais de educação, inclusive com a criação de cotas para gratuidade e meia entrada para teatro, cinema, show e demais espaços culturais;

17.4) garantir para todos os trabalhadores da educação premiação através de gratificação financeira para os que apresentarem publicações científicas, literárias e artísticas na área de educação;

17.5) promover e ofertar programas de prevenção e tratamento de doenças físicas, mentais e emocionais suscetíveis aos profissionais da educação, por meio de ações intersetoriais de educação, saúde e assistência social;

17.6) garantir a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à

diversidade a todos os profissionais da educação;

17.7) implementar políticas de formação para os profissionais da educação, para a aplicação da Lei 11.645/2008, que contemplem o respeito às relações étnico-raciais.

17.8) implementar políticas de formação continuada específicas para os profissionais da educação no/do campo;

17.9) garantir que a admissão dos profissionais da educação seja através de concurso público, de provas e títulos respeitando as qualificações mínimas exigidas pelas leis federais em vigor;

17.10) garantir que 100% dos professores do fundamental II, possuam formação nas áreas específicas de atuação;

17.11) assegurar a participação do sindicato dos profissionais da educação nas negociações de interesse da categoria conforme a Constituição Federal de 1988;

17.12) assegurar aos profissionais da educação horários, dentro da carga horária, reservados para estudo e aperfeiçoamento profissional, conforme prevê o Plano de Carreira;

17.13) implantar um plano de melhoria e adequação às condições de trabalho dos profissionais de educação, dando continuidade de maneira gradativa.

PLANO DE CARREIRA

Meta 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS:

18.1) estruturar as redes públicas de educação básica de modo que 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 70% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

18.2) implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ou não, após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação;

18.3) assegurar em conformidade com o Plano de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*;

18.4) garantir a implantação dos direitos apresentados no Plano de Carreira dos profissionais de educação do município, como: readaptação funcional, assegurando acompanhamento às readaptações orientadas por uma junta médica, conforme prevê a referida Lei;

18.5) elaborar um plano para concessão de licenças-prêmio, aos profissionais da educação que garanta a celeridade, buscando atingir um percentual anual mínimo de 5% para cada cargo/função;

18.6) assegurar conforme disposto no Estatuto do Magistério Municipal, benefícios que garantam progressão salarial na carreira;

18.7) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

18.8) assegurar revisão do Plano de Carreira Cargos e Funções Públicas e Remuneração dos Servidores do Magistério de Irecê, acrescentando aos profissionais de educação o direito a Plano de Saúde.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS

19.1) implantar o Fórum de Educação para coordenar conferências municipais, bem como acompanhar e subsidiar o trabalho desenvolvido pela gestão escolar;

19.2) estimular, em todas as escolas municipais, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.3) estimular o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização da gestão escolar;

19.4) desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados como etapa da adesão;

19.5) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos políticos pedagógicos, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.6) desenvolver programas de formação de gestores escolares, oferecendo subsídios para a elaboração e apresentação do plano de gestão, o qual sua aprovação mediante banca examinadora será um dos critérios de elegibilidade de provimentos dos cargos;

19.7) garantir momentos de seminários avaliativos para demonstração da aplicabilidade do plano de gestão como requisito de permanência do cargo;

19.8) estabelecer critérios técnicos de mérito e desempenho para a implantação, execução e avaliação da gestão escolar;

19.9) definir formas de consulta pública à comunidade para implantação, execução e eleição da gestão escolar, observando o quanto estabelecido na Lei Municipal nº 895/2011 (Estatuto do Magistério Público do município de Irecê).

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Meta 20: Acompanhar o processo de ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º(quinto) ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, previsto em lei.

ESTRATÉGIAS:

20.1) criar o Fundo Municipal de Educação;

20.2) fortalecer o monitoramento e dar visibilidade ao planejamento do Plano de Ações Articuladas (PAR) através da Comissão Municipal de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do PME;

20.3) acompanhar a aplicabilidade dos recursos destinados à educação municipal através dos Conselhos FUNDEB, CAE e EDUCAÇÃO;

20.4) garantir a permanência dos instrumentos de publicidade dos recursos públicos, garantindo a transparência na gestão e aplicação dos recursos públicos;

20.5) estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e dos demais instrumentos orçamentários do município;

20.6) proporcionar formação para professores e gestores sobre a aplicabilidade dos recursos e verbas.

11 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME DE IRECÊ

No decorrer da elaboração/adequação do PME, ficou evidente que a educação do município tem avançado em muitos aspectos, mas ainda há muito a se conquistar. Para tanto, o poder público municipal deve comungar com as ideias estabelecidas no documento e se comprometer para realizá-las. Sabe-se que, para acontecer uma boa gestão, é necessário, em primeiro lugar, planejamento, prioridades, capacidade de usar bem os recursos e colocar em prática os planos de ações para a melhoria da educação, já que o planejamento da educação implica a continuidade das ações e inovações tecnicamente consistentes, bem projetadas e executadas.

Neste sentido, a partir da aprovação do PME para que este tenha uma boa executoriedade, é preciso que se crie uma comissão de acompanhamento, monitoramento e avaliação que garanta a continuidade das ações, ao longo dos dez (10) anos. A comissão deverá ser não governamental, formado por representantes das redes de ensino, da sociedade civil, dos conselhos da educação, dos pais dos alunos e também, por representantes dos alunos dos últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio.

A sistemática de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PME deve propiciar informações qualitativas e quantitativas que permitam um melhor gerenciamento da sua

execução, permitindo que sejam tomadas medidas necessárias ao cumprimento do plano no decorrer do processo.

O Plano Municipal de Educação é um documento bem estruturado e elaborado dentro da realidade e necessidade da população ireceense, submetido à Câmara Municipal, de onde aprovado, irá à sanção do prefeito, o qual deverá oferecer condições para sua implementação. Não é um plano da Rede de Ensino Municipal, mas um plano de Educação do Município. Este está integrado ao Plano Estadual de Educação e ao Plano Nacional de Educação (PNE), porém mais integrado, ainda, à realidade, à vocação, às políticas públicas do município, e sua proposta de desenvolvimento é que determina as metas e as estratégias de suas ações na educação escolar.

Por fim, a avaliação aqui é entendida como processo constante de monitoramento e acompanhamento das ações realizadas em função do cumprimento das diretrizes, metas e estratégias do PME.

REFERÊNCIAS:

BAHIA, Secretaria da Educação. **Plano Estadual de Educação da Bahia**/Secretaria da Educação. Salvador, BA: SEC, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

_____. **Conselho Nacional de Educação: Câmara da Educação Básica**. Brasília: Parecer nº 04/2000, 2000.

_____. **Declaração de Salamãca e linha de ação sobre necessidade de ação para satisfazer as necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomitiem/Tailândia: UNESCO, 1990.

_____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. (Parecer nº. 36, resolução nº. 01 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação), 2001.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Lei 11.769, de 18 de agosto de 2008. **Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica**. Brasília, DF, 2008.

_____. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira"**. Brasília, DF, 2003.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases - LDB**. Brasília. DF: Congresso Nacional, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documentos norteadores para elaboração de Plano Municipal de Educação – PME – 2 ed. Atual. - / elaboração: Clodoaldo José de Almeida Souza**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e renda per capita. Disponível em: <www.ibge.gov.br e www.pnud.org.br>. Acesso em: maio de 2015.

_____. **Dados educacionais**. Portal do Inep. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: maio de 2015.

Caderno Multidisciplinar. **Educação e Contexto do Semi-árido Brasileiro**. V.12006. Juazeiro: Selo Editorial, RESAB, 2006.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas-SP: Papyrus, 1997 – (Col. Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. **Contribuições para o estudo da demografia no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE/CNE, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População 1996**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: maio de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Brasília, DF.: IBGE, 2001. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: maio de 2015.

IRECÊ, Prefeitura Municipal. **Estatuto do magistério Público de Irecê**. Lei nº 741, de 02 de agosto de 2006.

_____, Prefeitura Municipal. **Estatuto do Magistério Público do Município de Irecê**. Lei nº 895, de 31 de março de 2011.

_____, Prefeitura Municipal. **Plano de Carreira, cargos, funções públicas e remunerações dos servidores do magistério do município de Irecê**. Lei nº 894, de 31 de março de 2011.

_____. Prefeitura Municipal. **Conselho Municipal de Educação**. Resolução nº 01/2007.

_____. Prefeitura Municipal. Decreto nº 901, 12 de maio de 2011. **Dispõe sobre a institucionalização do Dia Municipal da Leitura**. Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado da Bahia, Poder Legislativo, Irecê-BA, 2011. Disponível em: <www.diariooficialdosmunicipios.org/camara/irece>.

_____. Prefeitura Municipal. **Documento Propositivo da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva para o Município de Irecê – BA**. Fevereiro de 2010.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei nº 686, de 26 de dezembro de 2002. Do sistema municipal de ensino**. Irecê, BA, 2002.

_____. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Participativo do Município de Irecê**. Lei Complementar nº 15, de 31 de dezembro de 2008. Projeto de Lei complementar nº 011/2008, Irecê: BA, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão organizadora**. Brasília: MDA, MEC, 2010.

POPULAÇÃO do território de identidade de Irecê. Disponível em: <<http://www.faeb.org.br/perfil-deterritorios/irece.html>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ. Site oficial. Disponível em: <<http://irece.ba.gov.br>>.

_____. Site Oficial. Disponível em: <<http://www.irece.ba.gov.br/news/ihistoria.asp>>

REIS, Edimerson dos Santos. **Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável: avaliação de uma prática educativa.** Juazeiro-Bahia: Gráfica e Editora Franciscana, 2004.

RUBEM, Jackson. **Irecê – História, Casos e Lendas.** Irecê-Ba: Print Fox, 2001.

_____, Jackson. **Irecê para Crianças de todas as idades.** Irecê, BA: Print Fox, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

SAVIANI, Dermeval, 1994. **Pedagogia-Crítica: primeiras aproximações.** Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

UNIVERSIDADE Aberta do Brasil. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br>. Acesso em: [maio 2015](#).>



Imagens aéreas de Irecê. Fonte: <http://www.irece.ba.gov.br/news/ifotosx.asp>



Fotos da Câmara Municipal - Audiência que Instituiu o Dia Municipal da Leitura em Irecê. Arquivo da Secretaria de Educação.



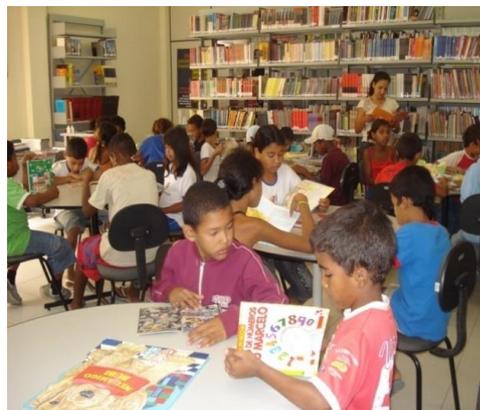
Desfile de Carroças pelas ruas da cidade. Fonte: <http://www.irece.ba.gov.br/news/ifotosx.asp>



Arraiá das Caraíbas - Fonte: <http://irece.ba.gov.br/noticia/401>



Igreja de São Domingos localizada ao lado da prefeitura. Foto: Procissão de São Domingos. Fonte: <http://www.irece.ba.gov.br/news/ifotosx.asp>



Fotos: Biblioteca Municipal Hermenito Dourado. Arquivo da Biblioteca.



(Fotos: Coletivo dos professores das Salas de Recursos Multifuncionais). Fonte: Secretaria de Educação



Fotos: II Encontro de Educadores da Rede Municipal de Ensino – Outubro de 2009.
Fonte: Secretaria de Educação



Fotos: Seminário de Avaliação e encaminhamento de Propostas para a Educação Especial na perspectiva inclusiva. Fonte: Secretaria de Educação



Fotos: Curso - A inclusão dos alunos com deficiência visual e auditiva na escola inclusiva. Local: ADEVIR/ Julho - Agosto de 2010 APAE/ Setembro - Outubro de 2010 Fonte: Secretaria de Educação



Fotos: Seminário de Avaliação e encaminhamento de Propostas para a Educação Especial na perspectiva inclusiva. Fonte: Secretaria de Educação



Fotos :I e II Parada da Educação Especial 2014 e 2015. Fonte: Secretaria de Educação

